

SOCIOLOGIA *ON LINE*

Número 29

Revista da Associação Portuguesa de Sociologia (APS)

SOCIOLOGIA ON LINE

Três números por ano

n.º 29, agosto 2022

Diretora: Madalena Ramos (Iscte – Instituto Universitário de Lisboa; madalena.ramos@iscte-iul.pt)

Diretoras Adjuntas: Dalila Cerejo (CICS.NOVA, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade NOVA de Lisboa, NOVA FCSH; dalilacerejo@fcs.h.unl.pt) e Benedita Portugal e Melo (Instituto de Educação da Universidade de Lisboa, IE-ULisboa; mbmelo@ie.ulisboa.pt)

Conselho de Redação: Paulo Peixoto (Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra, FEUC); Dalila Cerejo (CICS.NOVA, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade NOVA de Lisboa, NOVA FCSH); Lígia Ferro (Faculdade de Letras da Universidade do Porto, FLUP); Alexandra Aníbal (Câmara Municipal de Lisboa); Ana Maria Brandão (Instituto de Ciências Sociais da Universidade do Minho, ICS-UMinho e CICS.NOVA.UMinho); Bruno Dionísio (Universidade de Évora e CICS.NOVA.UÉvora); Nuno Amaral Jerónimo (LabCom – Universidade da Beira Interior e Vilnius Gedimino Technikos Universitetas, Lituânia); Nuno Dias (Iscte – Instituto Universitário de Lisboa e DINÂMIA'CET_iscte); José Carlos Marques (Instituto Politécnico de Leiria e CICS.NOVA.IPLeia) e Vitor Sérgio Ferreira (Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa, ICS-ULisboa)

Conselho Editorial: Ana Delicado (Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa, Portugal); Ana Nunes de Almeida (Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa, Portugal); Ana Romão (Academia Militar e Centro Interdisciplinar de Ciências Sociais, CICS.NOVA, Portugal); Anália Torres (Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas da Universidade de Lisboa, Portugal); António Firmino da Costa (Iscte – Instituto Universitário de Lisboa, Escola de Sociologia e Políticas Públicas, Portugal); António Teixeira Fernandes (Faculdade de Letras da Universidade do Porto, Portugal); Arturo Rodríguez Morató (Facultad de Economía da Universitat de Barcelona, Espanha); Bernard Lahire (Centre national de la recherche scientifique da Université Lyon II, França); Carlos Fortuna (Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra, Portugal); Eleni Nina-Pazarzi (Universidade de Piraeus, Grécia); Gilberta Rocha (Centro de Estudos Sociais da Universidade dos Açores, Portugal); Gonzalo Saravi (Centro de Investigaciones y Estudios Superiores en Antropología Social de la Ciudad de México, México); Hustana Vargas (Faculdade de Educação da Universidade Federal Fluminense, Brasil); Jack Barbalet (Institute for Humanities and Social Sciences da Australian Catholic University, Austrália); João Arriscado Nunes (Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra, Portugal); João Ferreira de Almeida (Iscte – Instituto Universitário de Lisboa, Escola de Sociologia e Políticas Públicas, Portugal); João Peixoto (Instituto Superior de Economia e Gestão da Universidade de Lisboa, Portugal); João Sedas Nunes (CICS.NOVA, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade NOVA de Lisboa, Portugal); Jorge Caleiras (Instituto da Segurança Social, Portugal); José A. Amozurrutia (Centro de Investigaciones Interdisciplinarias en Ciencias y Humanidades da Universidad Nacional Autónoma de México, México); José Augusto Palhares (Instituto de Educação da Universidade do Minho, Portugal); José Carlos Venâncio (Universidade da Beira Interior, Portugal); José Machado Pais (Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa, Portugal); Juarez Dayrell (Faculdade de Educação da Universidade Federal de Minas Gerais, Brasil); Luís Baptista (CICS.NOVA, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade NOVA de Lisboa, Portugal); Luísa Veloso (Iscte – Instituto Universitário de Lisboa, Escola de Sociologia e Políticas Públicas, Portugal); Manuel Carlos Silva (Centro Interdisciplinar de Ciências Sociais, CICS.NOVA.UMinho, Portugal); Manuel Fernández-Esquinas (Consejo Superior de Investigaciones Científicas, Espanha); Mar Venegas (Faculdade de Educação da Universidade de Granada, Espanha); Maria Alice Nogueira (Faculdade de Educação da Universidade Federal de Minas Gerais, Brasil); Maria das Dores Guerreiro (Iscte – Instituto Universitário de Lisboa, Escola de Sociologia e Políticas Públicas, Portugal); Maria de Lourdes Lima dos Santos (Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa, Portugal); Marta Cocco da Costa (Universidade Federal de Santa Maria, Brasil); Monika Schroettle (Faculty of Rehabilitation Sciences da Dortmund University, Alemanha); Nicolle Pfaff (Universidade de Essen, Alemanha); Paola Borgna (Universidade de Turin, Itália); Renate Klein (College of Education and Human Development da University of Maine, EUA); Sofia Gaspar (CIES-Iscte – Centro de Investigação e Estudos de Sociologia) e Vania Baldi (Departamento de Comunicação e Arte da Universidade de Aveiro, Portugal)

Assistente Editorial: Marta Luís Pereira

Propriedade do Título: Associação Portuguesa de Sociologia | NIPC: 501990704

Apresentação da Revista: A *SOCIOLOGIA ON LINE* é a revista científica da Associação Portuguesa de Sociologia, apresentando uma política de acesso livre e encontrando-se todos os artigos publicados disponíveis gratuitamente online. Nesta revista publicam-se artigos originais incluindo trabalhos de investigação, pequenos ensaios ou resenhas de obras publicadas. Aceitam-se propostas para publicação de textos escritos em português, espanhol, francês e inglês

Edição: Associação Portuguesa de Sociologia

Normas para os Autores/as: Os textos apresentados para publicação deverão ser textos originais e respeitar as normas de publicação da revista disponíveis online e na última página de cada número da revista

Sistema de Arbitragem: Os artigos enviados para publicação são sujeitos a avaliação independente de pelo menos dois especialistas, sob condições de duplo anonimato

Indexação: Está indexada na SciELO Portugal, Latindex, ERIH PLUS, DRJI e OAJI, e classificada na QUALIS-CAPES (Brasil). Aguarda indexação na SHERPA/RoMEO e The Publication Forum (Finlândia).

Sede da Redação: Associação Portuguesa de Sociologia | Avenida Prof. Aníbal de Bettencourt, 9 | 1600-189 Lisboa

Contactos: Telefone: 217804738 | Fax: 217940274 | *E-mail:* sociologiaonline@aps.pt

Conceção Gráfica e Composição: Lina Cardoso

Capa: Isabel Rebelo

Web Design: Factis

Revista de Acesso Livre: <http://revista.aps.pt>

ISSN: 1647-3337

Nº de Registo na Entidade Reguladora para a Comunicação Social: 125823



SOCIOLOGIA ON LINE

Three issues per year

N.º 29, August 2022

Editor: Madalena Ramos (Iscte – Instituto Universitário de Lisboa; madalena.ramos@iscte-iul.pt)

Associate Editors: Dalila Cerejo (CICS.NOVA, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade NOVA de Lisboa, NOVA FCSH; dalilacerejo@fcsch.unl.pt) e Benedita Portugal e Melo (Instituto de Educação da Universidade de Lisboa, IE-ULisboa; mbmelo@ie.ulisboa.pt)

Board Members: Paulo Peixoto (Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra, FEUC); Dalila Cerejo (CICS.NOVA, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade NOVA de Lisboa, NOVA FCSH); Lígia Ferro (Faculdade de Letras da Universidade do Porto, FLUP); Alexandra Aníbal (Câmara Municipal de Lisboa); Ana Maria Brandão (Instituto de Ciências Sociais da Universidade do Minho, ICS-UMinho e CICS.NOVA.UMinho); Bruno Dionísio (Universidade de Évora e CICS.NOVA.UÉvora); Nuno Amaral Jerónimo (LabCom – Universidade da Beira Interior e Vilnius Gedimino Technikos Universitetas, Lituânia); Nuno Dias (Iscte – Instituto Universitário de Lisboa e DINÂMIA'CET_iscte); José Carlos Marques (Instituto Politécnico de Leiria e CICS.NOVA.IPLeiria) and Vitor Sérgio Ferreira (Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa, ICS-ULisboa)

Advisory Editors: Ana Delicado (Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa, Portugal); Ana Nunes de Almeida (Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa, Portugal); Ana Romão (Academia Militar e Centro Interdisciplinar de Ciências Sociais, CICS.NOVA, Portugal); Anália Torres (Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas da Universidade de Lisboa, Portugal); António Firmino da Costa (Iscte – Instituto Universitário de Lisboa, Escola de Sociologia e Políticas Públicas, Portugal); António Teixeira Fernandes (Faculdade de Letras da Universidade do Porto, Portugal); Arturo Rodriguez Morató (Facultad de Economía da Universitat de Barcelona, Spain); Bernard Lahire (Centre national de la recherche scientifique of Université Lyon II, France); Carlos Fortuna (Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra, Portugal); Eleni Nina-Pazarzi (University of Piraeus, Greece); Gilberta Rocha (Centro de Estudos Sociais da Universidade dos Açores, Portugal); Gonzalo Saravi (Centro de Investigaciones y Estudios Superiores en Antropología Social de la Ciudad de México, Mexico); Hustana Vargas (Faculdade de Educação da Universidade Federal Fluminense, Brazil); Jack Barbalet (Institute for Humanities and Social Sciences, Australian Catholic University, Australia); João Arriscado Nunes (Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra, Portugal); João Ferreira de Almeida (Iscte – Instituto Universitário de Lisboa, Escola de Sociologia e Políticas Públicas, Portugal); João Peixoto (Instituto Superior de Economia e Gestão da Universidade de Lisboa, Portugal); João Sedas Nunes (CICS.NOVA, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade NOVA de Lisboa, Portugal); Jorge Caleiras (Instituto de Segurança Social, Portugal); José A. Amozurrutia (Centro de Investigaciones Interdisciplinarias en Ciencias y Humanidades da Universidad Nacional Autónoma de México, Mexico); José Augusto Palhares (Instituto de Educação da Universidade do Minho, Portugal); José Carlos Venâncio (Universidade da Beira Interior, Portugal); José Machado Pais (Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa, Portugal); Juarez Dayrell (Faculdade de Educação da Universidade Federal de Minas Gerais, Brazil); Luís Baptista (CICS.NOVA, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade NOVA de Lisboa, Portugal); Luísa Veloso (Iscte – Instituto Universitário de Lisboa, Escola de Sociologia e Políticas Públicas, Portugal); Manuel Carlos Silva (Centro Interdisciplinar de Ciências Sociais, CICS.NOVA.UMinho, Portugal); Manuel Fernández-Esquinas (Consejo Superior de Investigaciones Científicas, Spain); Mar Venegas (Faculdade de Educação da Universidade de Granada, Spain); Maria Alice Nogueira (Faculdade de Educação da Universidade Federal de Minas Gerais, Brazil); Maria das Dores Guerreiro (Iscte – Instituto Universitário de Lisboa, Escola de Sociologia e Políticas Públicas, Portugal); Maria de Lourdes Lima dos Santos (Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa, Portugal); Marta Cocco da Costa (Universidade Federal de Santa Maria, Brazil); Monika Schroettle (Faculty of Rehabilitation Sciences of Dortmund University, Germany); Nicolle Pfaff (Universidade de Essen, Germany); Paola Borgna (Universidade de Turin, Italy); Renate Klein (College of Education and Human Development of University of Maine, USA); Sofia Gaspar (CIES-Iscte – Centro de Investigação e Estudos de Sociologia) e Vania Baldi (Departamento de Comunicação e Arte da Universidade de Aveiro, Portugal)

Editorial Assistant: Marta Luís Pereira

Copyright: Associação Portuguesa de Sociologia | NIPC: 501990704

About the Journal: SOCIOLOGIA *ON LINE* is the scientific journal of the Portuguese Sociological Association. It has an open access policy, with all published articles freely available online. This journal publishes original research on social sciences; short essays and book reviews. Proposals for publication can be written in English, Portuguese, Spanish or French

Publisher: Associação Portuguesa de Sociologia

Submission Guidelines: Only original papers complying to the journal's guidelines, available online and at the last page of each number, are accepted for publication

Refereeing: SOCIOLOGIA *ON LINE* uses a double-blind peer review system with papers being independently evaluated by at least two experts

Abstracting and Indexing: Is indexed in SciELO Portugal, Latindex, ERIH PLUS, DRJI and OAJI, and is classified in QUALIS-CAPES (Brazil). Is under review in SHERPA/RoMEO and The Publication Forum (Finland).

Editorial Office: Associação Portuguesa de Sociologia | Avenida Prof. Aníbal de Bettencourt, 9 | 1600-189 Lisboa

Contact: Phone: 217804738 | Fax: 217940274 | E-mail: sociologiaonline@aps.pt

Design and Typeset: Lina Cardoso

Cover: Isabel Rebelo

Web Design: Factis

Open access journal available at: <http://revista.aps.pt>

ISSN: 1647-3337

Number in Entidade Reguladora para a Comunicação Social: 125823



ÍNDICE

ARTIGOS

Uma década de políticas sociais de velhice em Portugal: Trajetórias e opções de 2006 a 2015	11
<i>Anabela Ferreira Correia, Elvira Pereira e Dália Costa</i>	
A importância da <i>internet</i> para os adultos mais velhos que vivem sós: Um estudo sobre os países do Sul da Europa	38
<i>Patrícia Silva, Alice Delerue Matos e Roberto Martinez-Pecino</i>	
Redução das desigualdades no âmbito da Agenda 2030 da ONU	54
<i>Sara Franco da Silva, Maria do Carmo Botelho, Rosário Mauritti, Nuno Nunes, Luís Cabrita e Daniela Craveiro</i>	
Plágio no ensino superior: Mensurar o que os alunos fazem, sabem e julgam saber	90
<i>César Morais, Madalena Ramos, Adriana Cardoso, Sónia P. Gonçalves, Rosária Ramos, Rosalina Pisco Costa e Joaquim P. Gonçalves</i>	
O <i>dark tourism</i> e o desafio à preservação da memória: Uma abordagem à musealização da Fortaleza de Peniche	109
<i>Catarina Ribeiro</i>	
Normas para Autores/as	135



CONTENTS

ARTICLES

A decade of old age social policies in Portugal: Trajectories and options from 2006 to 2015	11
<i>Anabela Ferreira Correia, Elvira Pereira and Dália Costa</i>	
The importance of the internet for older adults living alone: A study on Southern European countries	38
<i>Patrícia Silva, Alice Delerue Matos and Roberto Martinez-Pecino</i>	
Reducing inequalities in the framework of the UN 2030 Agenda	54
<i>Sara Franco da Silva, Maria do Carmo Botelho, Rosário Mauritti, Nuno Nunes, Luís Cabrita and Daniela Craveiro</i>	
Plagiarism in higher education: Measuring what students do, know and believe they know	90
<i>César Morais, Madalena Ramos, Adriana Cardoso, Sónia P. Gonçalves, Rosária Ramos, Rosalina Pisco Costa and Joaquim P. Gonçalves</i>	
Dark tourism and the challenge of memory preservation: An approach to the Peniche Fortress conservation	109
<i>Catarina Ribeiro</i>	
Submission Guidelines	138



ARTIGOS
ARTICLES

UMA DÉCADA DE POLÍTICAS SOCIAIS DE VELHICE EM PORTUGAL

Trajetórias e opções de 2006 a 2015

A DECADE OF OLD AGE SOCIAL POLICIES IN PORTUGAL

Trajectories and options from 2006 to 2015

Anabela Ferreira Correia

FUNÇÕES: Concetualização, Análise formal, Aquisição de financiamento, Investigação, Metodologia, Visualização, Redação do rascunho original, Redação – revisão e edição

AFILIAÇÃO: Centro de Administração e Políticas Públicas, Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas, Universidade de Lisboa. Rua Almerindo Lessa, 1300-663, Lisboa, Portugal

E-mail: anamfcorreia@yahoo.com | ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-8434-8941>

Elvira Pereira

FUNÇÕES: Concetualização, Metodologia, Supervisão, Visualização, Redação – revisão e edição

AFILIAÇÃO: Centro de Administração e Políticas Públicas, Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas, Universidade de Lisboa. 1300-663, Lisboa, Portugal

E-mail: epereira@iscsp.ulisboa.pt | ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-7177-4535>

Dália Costa

FUNÇÕES: Concetualização, Metodologia, Supervisão, Visualização, Redação – revisão e edição

AFILIAÇÃO: Centro de Administração e Políticas Públicas, Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas, Universidade de Lisboa. 1300-663, Lisboa, Portugal

E-mail: dcosta@iscsp.ulisboa.pt | ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-5184-3487>

Resumo: A dignidade fundamenta uma conceção dualista de direitos constitucionais, direitos de liberdade, tributários de uma dignidade pessoal e direitos sociais, subsidiários de uma dignidade social (Neto, 2014), cuja garantia é da responsabilidade do Estado. O aumento da esperança de vida articulado com um persistente risco de pobreza e privação material na população com 65 ou mais anos, tornam pertinente uma análise das políticas sociais de velhice na garantia do direito a uma vida com dignidade. Este artigo apresenta resultados de um estudo que procura identificar alterações e/ou processos de reconfiguração de medidas e políticas com impacto na garantia dos direitos das pessoas idosas a uma vida digna e a referência específica ao termo dignidade, a partir da observação documental de medidas legislativas publicadas entre 01/01/2006 e 31/12/2015. Identificam-se quatro períodos temporais refletindo opções políticas, condicionantes internas e externas e verifica-se uma quase ausência do termo dignidade e da sua definição ou interpretação.

Palavras-chave: dignidade, políticas sociais de velhice, pessoas idosas, necessidades.

Abstract: Dignity grounds a dualistic conception of constitutional rights, freedom rights, tributary to personal dignity and social rights, subsidiary to social dignity (Neto, 2014), which the State is responsible to ensure. The increase of life expectancy, combined with a persistent risk of poverty and material deprivation in the population aged 65 and over, calls for an analysis of old age social policies designed to guarantee the right to a life with dignity. This article presents the results of a study that seeks to identify changes and/or reconfiguration processes of measures and policies with an impact on guaranteeing the rights of old people to a dignified life. Based on a document analysis of legislative measures, published between 01/01/2006 - 31/12/2015, we based our search for specific references to the term

dignity. Four periods are identified reflecting political options, internal and external constraints and we concluded that there is an almost absence of the term dignity and its definition or interpretation.

Keywords: dignity, old age social policies, old people, needs.

Introdução

Uma vida com dignidade é aquela em que existe a possibilidade de acesso ao bem-estar social entendido como o nível de bem-estar que uma sociedade proporciona e outorga aos seus cidadãos, garantindo a realização dos seus direitos de cidadania e a satisfação das suas necessidades (Pereirinha, 2008a).

A Constituição da República Portuguesa (CRP) outorga um conjunto de direitos e apresenta uma apreciável descrição dos direitos sociais de cidadania, embora, não ofereça uma definição dos conceitos de dignidade ou de dignidade social. É na “política de terceira idade” (denominação utilizada na CRP) que se assume o dever de “(...) proporcionar às pessoas idosas oportunidades de realização pessoal, através de uma participação ativa na vida da comunidade” (Lei Constitucional n.º 1/2005, 2005, n.º 2 do art.º 72º). Dever que assume uma relevância crescente, num contexto de envelhecimento demográfico articulado com o aumento da esperança de vida e de transformação do modelo de cuidado no contexto familiar.

O conhecimento científico, a nível nacional, bem como os indicadores sobre pobreza e privação material entre as pessoas idosas¹ em Portugal, evidenciam que um elevado número destes cidadãos não vive de acordo com o seu direito a uma vida com dignidade, configurando uma falha num dever constitucionalmente consagrado e conferindo pertinência a uma análise da trajetória e opções das políticas sociais de velhice², em Portugal, na sua relação com o direito a uma vida com dignidade.

Fazendo parte de um trabalho mais extenso³, este artigo tem como objetivo identificar alterações e/ou processos de reconfiguração com possível impacto na garantia do direito das pessoas idosas a uma vida digna, bem como, o modo como o termo dignidade ou termos associados se apresentam nos diplomas referentes a

1 Neste artigo adotamos a definição do Instituto Nacional de Estatística (INE) que determina que uma pessoa idosa é toda aquela que pertence à classe de idade de 65 anos ou mais anos (INE [Instituto Nacional de Estatística], 2020).

2 Políticas sociais de velhice definem-se como “o conjunto das intervenções públicas, ou ações coletivas, que estruturam, de forma explícita ou implícita, as relações entre a velhice e a sociedade” (Fernandes, 1997, p.22).

3 Parte deste artigo é baseado na Tese de Doutoramento *A dignidade nas políticas sociais de velhice: contributo para uma nova agenda do envelhecimento em Portugal*, versão definitiva, após provas públicas, submetida em 28 de julho de 2022 no ISCSP/ULisboa.

políticas sociais de velhice publicados no período compreendido entre 01/01/2006 e 31/12/2015⁴. Este artigo incide, apenas, sobre a segunda fase do referido trabalho, na qual se realizou a análise de diplomas referentes a medidas de políticas sociais de velhice publicadas no período selecionado.

Primeiramente, apresenta-se o enquadramento teórico que suportou a análise efetuada. Seguidamente, serão explicitados os principais aspetos metodológicos a que se seguirá a apresentação de resultados. Termina-se com a respetiva discussão de resultados e algumas conclusões.

Enquadramento teórico

Na tradição cristã católica a dignidade é concebida como um atributo inerente aos seres humanos, suportado pelo ensinamento bíblico de que estes “foram criados à imagem e semelhança de Deus” (Imbach, 2014, p. 64). Contudo, novas formas de perspetivar o mundo e o lugar do ser humano, resultantes do próprio processo civilizacional da Europa ocidental, vieram questionar a perspetiva abstracionista (Hill, JR, 2014). Assim, a ideia de dignidade distanciou-se do criacionismo cristão e ganhou novo significado assente na racionalidade, na autonomia individual e na responsabilidade moral do ser humano (Kant, 1785/1995; Novais, 2016). Em outros contextos culturais verifica-se a substituição da ideia de dignidade pela ideia do dever de seguir princípios de atuação em comunidade (An’xian, 2014; Braarvig, 2014; Donnelly, 1982; Lorberbaum, 2014; Maróth, 2014).

Independentemente do contexto é, portanto, consensual uma ideia de respeito pela vida — a de cada ser humano e a dos que fazem parte da comunidade. Com base neste princípio, foi possível articular as posições de diferentes povos e culturas num acordo onde a dignidade humana se afirmou como fundamento da Declaração Universal dos Direitos Humanos (DUDH) — (Resolution No. A/RES/217(III)A) — (Donnelly, 1982; McCrudden, 2008, citado em Habermas, 2010). Com efeito, após o final da II Guerra Mundial, uma ideia de dignidade, distintamente “humana”, assumiu-se como um alicerce permanente em face da brevidade dos poderes políticos, permitindo veicular, a nível mundial, uma ideia de unidade baseada na salvaguarda do ser humano (Moreira, 1963).

4 A escolha do período temporal justifica-se com a criação do Complemento Solidário para Idosos (CSI) e sua entrada em vigor a 1 de janeiro de 2006. No que respeita ao seu término — 31 de dezembro de 2015, trata-se do ano completo mais recente à data da submissão, por parte da primeira autora, do plano de trabalhos ao Concurso para Atribuição de Bolsas de Doutoramento e Pós-Doutoramento 2016, da Fundação para a Ciência e a Tecnologia (FCT), aprovado para financiamento em janeiro de 2017.

Em Portugal, a dignidade encontra-se consagrada na CRP, não como uma dignidade metafísica, mas como uma dignidade humana – de facto. Aliás, no texto fundamental “prefere-se a fórmula ‘dignidade da pessoa humana’, em lugar de ‘dignidade humana’” (Loureiro, 2017, citado em Correia, 2022, p. 80) como fundamento de uma conceção dualista de direitos constitucionais, “como os direitos de liberdade, tributários duma dignidade pessoal e direitos sociais, subsidiários duma dignidade social” (Neto, 2014, citado em Correia, 2022, p. 81), atuando como um princípio interpretativo (Novais, 2016), por exemplo, da conceção de segurança social, cuidados de saúde e educação.

No caso das pessoas idosas, a CRP estabelece que “as pessoas idosas têm direito à segurança económica” (Lei Constitucional n.º 1/2005, 2005, art.º 72º). Precedem-lhe direitos fundamentais como o direito à igualdade, em cuja base constitucional reside o direito à “mesma dignidade social” (Lei Constitucional n.º 1/2005, 2005, art.º 13º), que “não é mais do que um corolário da igual dignidade humana de todas as pessoas (cfr. art.º 1º) e que consiste na proclamação imediata da idêntica validade cívica de todos os cidadãos” (Canotilho & Moreira, 2007, p. 337) e direitos sociais, nomeadamente, a incumbência do Estado de assegurar que “o sistema de segurança social protege os cidadãos na doença, velhice, invalidez, viuvez e orfandade, bem como no desemprego e em todas as outras situações de falta ou diminuição de meios de subsistência ou de capacidade para o trabalho” (Lei Constitucional n.º 1/2005, 2005, n.º 3 do art.º 63º). Daqui decorre o direito à garantia de uma vida com dignidade fundada na imperatividade de satisfação das necessidades deste grupo de população, por meio da adequação dos rendimentos para alcançar este fim.

Posto isto, é na CRP que se determina a garantia de igualdade de dignidade social, se estabelece “um princípio de disciplina das relações entre o cidadão e o Estado” (Canotilho & Moreira, 2007, p. 338) e se reafirma o direito dos cidadãos a viver uma vida digna.

Infere-se, assim, que a dignidade representa um princípio fundamental de carácter normativo, na ordem constitucional e na ordem jurídica. Na primeira é regulada a interpretação e o alcance das normas constitucionais, impondo ao Estado o dever do seu cumprimento. Na segunda, são reafirmadas as regras jurídicas básicas de sociabilidade numa comunidade (Loureiro, 2017). Se, juridicamente, o direito à dignidade se encontra constitucionalmente respaldado, é em comunidade que se vivenciam as necessidades e aspirações das pessoas, interligadas com as características individuais, contextos sociais e políticos. Logo, uma análise sociológica revela a noção que a dignidade é um conceito indeterminado, porque em diálogo permanente com a pluralidade da vida concreta das pessoas.

Reconhece-se, portanto, a dificuldade em identificar o significado da dignidade, e em concreto, o sentido que lhe atribuem as pessoas idosas. Em Portugal, Correia e colegas (2016) identificaram, segundo a perspetiva das próprias pessoas idosas, as necessidades consideradas fundamentais para uma vida digna, onde todas as necessidades foram consideradas importantes ainda que o maior consenso tenha prevalecido em torno de necessidades como a subsistência, segurança, identidade, afeição, lazer, compreensão e liberdade, nas definições propostas por Pereira et al. (2013) e Pereirinha et al. (2020), conferindo, assim, um conteúdo a uma conceção de dignidade. Identificam-se, ainda, outros estudos internacionais que procuraram explorar o significado da dignidade para as pessoas idosas. Entre as dimensões que as pessoas consideraram fundamentais, ressaltou o respeito pela identidade pessoal, pela igualdade de direitos, pela autonomia pessoal e condição de cidadania (Calnan et al., 2006; Woolhead et al., 2004). Igualmente, o reconhecimento do mérito pessoal e o cumprimento de princípios morais, bem como, o respeito pela garantia de direitos de cidadania, como o direito a acesso aos meios necessários para a existência e para a liberdade (Ariño-Blasco et al., 2005; Bayer et al., 2005; Nordenfelt, 2003, 2004; Nordenfelt & Edgar, 2005; Stratton & Tadd, 2005; Tadd, 2005).

A condição de cidadania pressupõe que os fins se imponham como demandas aos decisores políticos (Spicker, 1993). Ora, o juízo político sobre a relevância destes fins não é, necessariamente, coincidente com a perspetiva do cidadão, porquanto as necessidades humanas fundamentais são “finitas, poucas e classificáveis, as mesmas em todas as culturas e em todos os períodos históricos”, contudo, “as formas de satisfação e os bens económicos utilizados nos processos da satisfação são variáveis” e “modificam-se de acordo com o padrão de valores dominante em cada sociedade, as práticas sociais, o tempo, as culturas e os estratos sociais” (Max-Neef et al., 1991, citado em Correia, 2022, p. 93).

Por isso, verificam-se dificuldades na classificação das necessidades sociais (Bradshaw, 1972) e na alocação de recursos económicos às políticas públicas (Pereirinha, 2008a), recursos esses que são escassos.

Neste particular, Sen (2003) deu um contributo significativo ao deslocar o foco das necessidades para as capacidades básicas e fins fundamentais a que o ser humano deve poder ter acesso para viver a vida que valoriza com razão. Por sua vez, Nussbaum (2003) clarificou que uma vida digna “é aquela onde existe a possibilidade de ser capaz de aceder a funcionamentos com valor” (p. 40) concetualizados como direitos fundamentais no contexto civilizacional onde a pessoa se encontra inserida. Identificou, assim, as capacidades fundamentais para os alcançar: vida, saúde física, integridade física, sentidos, imaginação e pensamento,

emoções, razão prática, associação, outras espécies, brincar e domínio sobre o próprio ambiente (Nussbaum, 2014). Esta lista apresenta duas características: *i*) algumas das capacidades podem concorrer para um mesmo funcionamento, onde se combina a componente interna com as componentes externas adequadas e necessárias para aceder a essa capacidade; *ii*) as capacidades recobrem os denominados direitos humanos de primeira e de segunda geração (Nussbaum, 2000). Ora, a perspetiva de igualdade e universalidade do direito a uma vida com dignidade, defendida por estes autores, confere-nos “uma medida da incontornabilidade concetual das capacidades ou fins alcançados pelo acesso à satisfação das necessidades que esses direitos consignam, como mínimo para uma vida com dignidade” (Correia, 2022, p. 147).

Articulando estes contributos teóricos, em Portugal, o projeto Rendimento Adequado em Portugal (raP) criou uma nova matriz de necessidades (Tabela 1), que se configuram como suporte fundamental para uma vida com dignidade, baseada na “classificação de necessidades e formas de satisfação” desenvolvida por Max-Neef e colegas (1991), combinada com a definição de necessidades em termos de capacidades proposta por Sen (2003) e aprofundada por Nussbaum (2003), integrando, ainda, o contributo de Costanza et al. (2007), acrescentando as categorias de “transcendência” e “reprodução” e alterando as categorias “proteção” e “tempos livres” para “segurança” e “lazer” (Correia et al., 2016, p. 373).

Nesta matriz encontra-se subjacente “a consideração que as necessidades são finitas, classificáveis, não hierarquizáveis e as mesmas em todas as culturas e tempos históricos, e a distinção entre estas, as suas formas de satisfação e os bens económicos” (Correia et al., 2016, p. 373) que se alteram de acordo com o contexto cultural e o tempo histórico. O foco encontra-se no “ser capaz de, em que o ser exprime a existência humana e a autonomia, fundamento da sua natureza racional, *i.e.*, combinando o domínio ontológico com as lógicas e condições de possibilidade que determinam os processos subjetivos de escolha dos diferentes modos de satisfação das necessidades” (Correia, 2022, pp. 100-101).

Precisamente, as condições de possibilidade remetem para o acesso a meios materiais que permitam a satisfação das necessidades. Logo, em situação de carência, torna-se necessário convocar a materialização das funções económicas e sociais do Estado, assegurando a garantia do direito constitucional à igualdade de dignidade social, através de normativos que garantam e promovam o acesso ao bem-estar, nomeadamente, pelas pessoas idosas, que não se encontram no mercado de trabalho e não têm acesso a rendimentos provenientes do trabalho.

Em Portugal, o modelo de bem-estar social conjuga aspetos do modelo *bismarckiano*, baseado no estatuto ocupacional, com uma estrutura segmentada em

Tabela 1 Matriz de necessidades raP

Necessidades	Definição (<i>ser capaz de</i>)
Subsistência	viver uma vida de duração normal e saudável e satisfazer, no dia-a-dia, as condições necessárias para o alcançar
Segurança	estar e de sentir-se seguro contra riscos sociais e naturais e a violência
Afeição	estabelecer, desenvolver e manter relações significativas de proximidade e intimidade, de sentir afeto e poder manifestá-lo
Compreensão	usar os sentidos, imaginar, pensar e raciocinar sobre as pessoas e o mundo em geral de forma informada e cultivada pela educação
Participação	viver de forma responsável em relação com os outros na sociedade, afiliar-se em organizações sociais e participar na vida coletiva
Lazer	experimentar vivências agradáveis de repouso e distração da sua própria escolha
Criação	usar a imaginação e o pensamento para desenvolver ações ou trabalhos expressivos da sua própria escolha
Transcendência	experimentar, sozinho ou em comunidade, vivências de elevação espiritual, de contemplação ou outras que transcendam a natureza física das coisas
Identidade	formar uma imagem positiva de si, poder sentir-se respeitado, reconhecido e valorizado pelos outros e não ser nem se sentir excluído
Liberdade	fazer escolhas livres sobre as coisas práticas da vida e as formas de realização pessoal presente e futura, num contexto de igualdade de oportunidades

Fonte: Adaptado de Pereirinha et al. (2020, p. 114).

função de diferentes categorias profissionais e do modelo *beveridgiano*, baseado na cidadania, patenteado na garantia de proteção social conferida a todas as pessoas que não tenham tido ligação ao mercado de trabalho (Ferrera, 1999). Esta garantia materializa-se em mecanismos operacionalizados pelo sistema de segurança social através das políticas sociais de velhice e de respostas sociais (Carvalho & Pinto, 2014). Estes mecanismos são financiados, direta ou indiretamente, através dos impostos, das transferências do Estado em sede do Orçamento Geral do Estado e via contribuições para o sistema de Segurança Social, ainda que, com uma percentagem menor do Produto Interno Bruto (PIB) em despesa com encargos sociais, comparativamente aos países setentrionais (Caeiro, 2008; Pereirinha, 2008b). Dado que a sociedade portuguesa atualmente apresenta um “apreciável grau de desfamiliarização em relação às pessoas idosas” (Saraceno & Keck, 2010, citado em Correia, 2022, p. 252) eventuais lacunas da rede de proteção são atenuadas com o recurso à denominada “sociedade-providência”, constituída pela rede de relações baseada em laços de parentesco (Santos, 1995).

Assim, as especificidades socioeconómicas existentes no modelo português e a presença de algumas das características de outros modelos de bem-estar social tipificados por Esping-Andersen (1990), sugerem uma aproximação a um modelo

bismarckiano subdesenvolvido (Guillén et al., 2001). Em específico, no que respeita às pessoas idosas, apresenta características de um modelo do Sul da Europa, com uma tendência para a sobreproteção que contrasta com falhas na proteção eficaz deste grupo de população (Ferrera, 1997).

Por sua vez, a análise da natureza e do impacto de fatores endógenos e exógenos nos modelos de bem-estar social ocidentais, tem evidenciado a importância de condicionalismos de natureza económica, ou mesmo política, colocando em causa o direito a uma vida digna e à satisfação das necessidades. Na nossa história recente, as alterações às políticas públicas do Estado Social foram dominadas por critérios de contenção de custos (Bridgen, 2019), determinados por fatores económicos, perante os quais os decisores políticos enveredaram por opções minimalistas (Walker, 2018) visando a diminuição da despesa pública.

Em Portugal, desde os anos 80 do século XX, vários estudos têm evidenciado uma elevada e persistente vulnerabilidade da população idosa à pobreza, entendida como carência de recursos económicos suficientes para a satisfação das necessidades essenciais (e.g., Almeida et al., 1994; Bruto da Costa et al., 1985; Bruto da Costa et al., 2008; Capucha, 2005; Fernandes, 2001; Guerra et al., 2010; Mauritti, 2004). A vulnerabilidade à pobreza (monetária) da população idosa, medida pela taxa de pobreza após transferências sociais, diminuiu, contudo, de forma substancial até 2012, ano em que registou o valor de 14,6% (Diogo et al., 2021). Apesar desta evolução positiva na taxa de pobreza, Lopes (2012, 2015) aponta para a persistência de carências específicas nesta população (e.g., pobreza energética, pobreza habitacional e a dificuldade em aceder a cuidados de saúde e/ou medicamentos). Efetivamente, Pereira (2010) apontou as debilidades da medição da pobreza através do indicador utilizado, abrindo caminho para um novo olhar sobre a pobreza, as necessidades das pessoas idosas e os recursos económicos considerados adequados para a sua satisfação, perspetiva que foi aprofundada em estudos subsequentes, nomeadamente, os de Pereirinha et al. (2017), Pereira (2019) e Pereirinha e Pereira (2019). Como corolário, os valores oficiais da taxa de privação material para os anos de 2006 a 2015 (Figura 1), confirmam a situação desvantajosa em que vivem as pessoas com 65 ou mais anos.

Relativamente aos dados apresentados, verificamos que, no período analisado, a taxa de privação material no grupo etário das pessoas com 65 ou mais anos é sempre superior a 20%, sendo superior à do grupo etário dos 18 aos 64 anos (com uma exceção em 2013), e superior à do grupo etário dos 0-17 anos apenas no início do período (entre 2006 e 2008). Regista-se uma diminuição desta taxa entre 2006 e 2011, e um aumento a partir daí com um pico em 2014, tanto no total, como por sexo e, de novo, uma diminuição em 2015. É de notar que, no grupo etário dos 65 ou mais

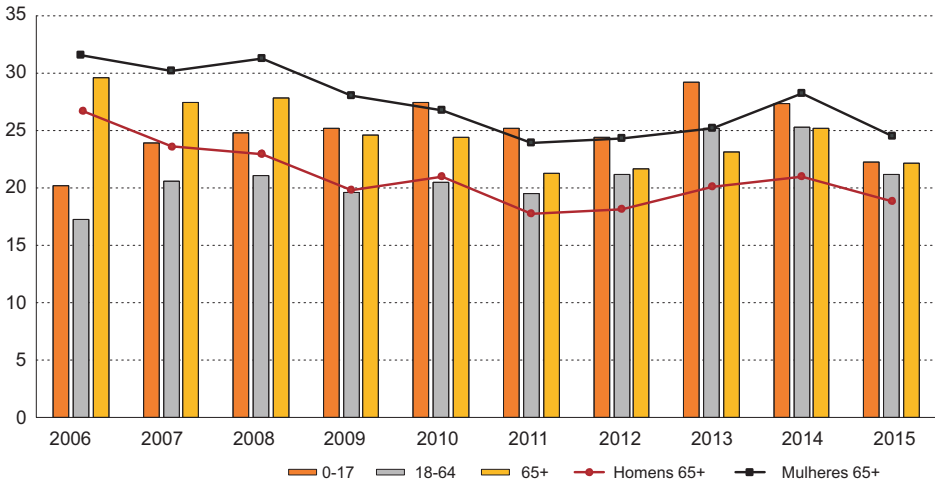


Figura 1 Taxa de privação material por grupo etário e por sexo no grupo com 65 ou mais anos (2006-2015)
 Fonte: Adaptado de Correia (2022, p. 57).

anos, os valores observados nas mulheres são consideravelmente mais elevados do que os observados nos homens, o que nos revela a maior incidência da privação material entre as mulheres.

Retomando os contributos indicados, recuperemos Pereirinha et al. (2017) que no âmbito do projeto raP, e tendo como referência a atualização realizada para 2017, mostraram “através da construção de orçamentos de referência, incluindo as pessoas idosas, que os valores mínimos garantidos das pensões de velhice e invalidez do regime geral da segurança social estavam, de uma forma geral, aquém do necessário para as pessoas com 65 ou mais anos obterem um padrão de vida digno, em Portugal” (p. 13) (Tabela 2).

Verificamos que só no casal, ambos com mais de 30 anos de carreira contributiva, o valor garantido se aproximava do rendimento adequado, tal como estimado neste estudo (Pereirinha et al., 2017). Num estudo posterior, Pereirinha e Pereira (2019) estimaram que 53,4% dos Agregados Domésticos Privados (ADPs) constituídos por pessoas idosas a viverem sós e 40,3% dos ADPs constituídos por casais de pessoas idosas, em 2016, se encontravam em défice social, na aceção de que se encontra nesta situação alguém que tenha um rendimento inferior ao mínimo necessário para viver com dignidade na sociedade em que reside. Igualmente, verificaram que de entre estas pessoas, 25,4% dos ADPs de pessoas idosas sós e 23,7% dos ADPs de casais de pessoas idosas, se encontravam na “zona cinzenta”, definida como a percentagem de pessoas que estão em défice social sem, no

Tabela 2 Rendimentos mínimos mensalizados para pessoas com 65 ou mais anos (2017)

	Indivíduo só		Casal	
	Valor (euros)	Em % raP	Valor (euros)	Em % raP
Valor mínimo das pensões de velhice e invalidez do regime geral da Segurança Social (mais de 30 anos) + Benefícios em espécie	481	76,0	941	93,0
Complemento solidário para idosos + Benefícios em espécie	469	74,0	823	82,0

Fonte: Adaptado de Pereirinha et al. (2017, p.13).

entanto, serem considerados “oficialmente” pobres, por terem um rendimento disponível superior ao limiar da pobreza oficial em Portugal (Pereirinha & Pereira, 2019).

Estes dados sugerem que, em Portugal, muitas pessoas idosas não têm um rendimento adequado para ter acesso a formas de satisfação das necessidades essenciais para uma vida com dignidade. Esta circunstância interpela o Estado numa das suas funções: a atividade de conceção de políticas para a promoção do bem-estar social (Alcock, 2008) centradas em direitos de cidadania (Pereirinha, 2008a), tornando pertinente a caracterização da adequação de um conjunto de políticas sociais de velhice na garantia do direito das pessoas idosas a uma vida digna.

Aspetos metodológicos

Na consecução do objetivo definido, efetuou-se uma observação documental das medidas legislativas constantes de diplomas publicados no período de 01/01/2006 a 31/12/2015, sendo utilizadas as seguintes fontes (ver também Correia, 2022): *i*) sítio eletrónico da Segurança Social, no separador “Documentos e Formulários / Legislação”, procedendo-se à seleção através dos diplomas apresentados; *ii*) sítio eletrónico do Diário da República, em que foram selecionados os diplomas de âmbito nacional, excetuando os Decretos Legislativos Regionais, através de palavras-chave que identificassem a referência a pessoas com 65 ou mais anos, tendo em conta os termos mobilizados para este efeito na literatura e na legislação, incluindo o texto constitucional. Efetuou-se, ainda, o cruzamento com outras fontes mais específicas, embora avulsas.

No processo de análise dos dados, calculou-se a distribuição e frequência dos diplomas classificados segundo os seguintes critérios: *i*) ano; *ii*) entidade emitente, e *iii*) direitos sociais selecionados em articulação com as áreas específicas do

sistema de Segurança Social português. Nesta classificação, optou-se por mobilizar como categorias principais os direitos que se encontram consagrados no Capítulo II da CRP (Lei Constitucional n.º 1/2005, 2005) – Direitos e Deveres Sociais, nomeadamente: artigo 63.º – Segurança social e solidariedade; artigo 64.º – Saúde; artigo 65.º – Habitação e Urbanismo e o artigo 72.º – “Terceira idade”, este último relativo aos direitos das pessoas idosas.

Na análise da trajetória das medidas de políticas sociais de velhice incidiu-se sobre o conteúdo das medidas. Observou-se o contributo teórico da abordagem das capacidades de Sen (2003), aprofundada por Nussbaum (2003), partindo do “pressuposto de que uma vida com dignidade é aquela onde existe a possibilidade de poder satisfazer adequadamente as necessidades que permitirão aceder a fins valorizados pela pessoa, concetualizados como direitos fundamentais” (Nussbaum, 2003, citado em Correia, 2022, p. 292). Para este efeito foi utilizada uma grelha de observação com as seguintes dimensões: *i*) enquadramento apresentado no preâmbulo da medida; *ii*) justificação, *i.e.*, fatores internos e/ou externos implicados; *iii*) objeto; *iv*) opção seguida pelo legislador; *v*) identificação de medidas anteriores que tenham estado na génese da medida analisada; *vi*) efeitos/resultados que se perspetivam possam ter existido ao nível da garantia das necessidades das pessoas idosas e nos seus direitos.

Por último, identificaram-se as alterações e processos de reconfiguração, tendo como critério a identificação de mudanças de trajetória das políticas sociais e de fatores internos e/ou externos que tenham originado essas mudanças.

Efetou-se, ainda, a recensão do termo dignidade ou termos associados. Na seleção dos termos associados, foi efetuada uma análise proposicional, identificando-se “referentes com valor referencial” (Guerra, 2006, p. 64). Os critérios usados foram *i*) categorização semântica, com o termo dignidade; *ii*) categorização lexical, baseada nas palavras identificadas como pertencentes à mesma família de palavras que dignidade. Foram identificados os termos: digno(a); condigno(a); dignificação. A recensão dos termos teve como critério a frequência da sua aparição nas medidas analisadas.

Resultados

Foi recenseado um total de 190 diplomas contendo termos que identificavam a referência a pessoas com 65 ou mais anos.

A análise da distribuição e frequência dos diplomas selecionados por ano (Figura 2), revelou a existência de 124 diplomas, (65% do total), de 2006 até setembro de 2011, com destaque para os anos de 2006 e 2007. A partir do 2º semestre de 2011, em concreto setembro de 2011, com o início das medidas ao abrigo do Programa de Assistência Económica e Financeira (PAEF), até ao final de 2015 verificou-se uma

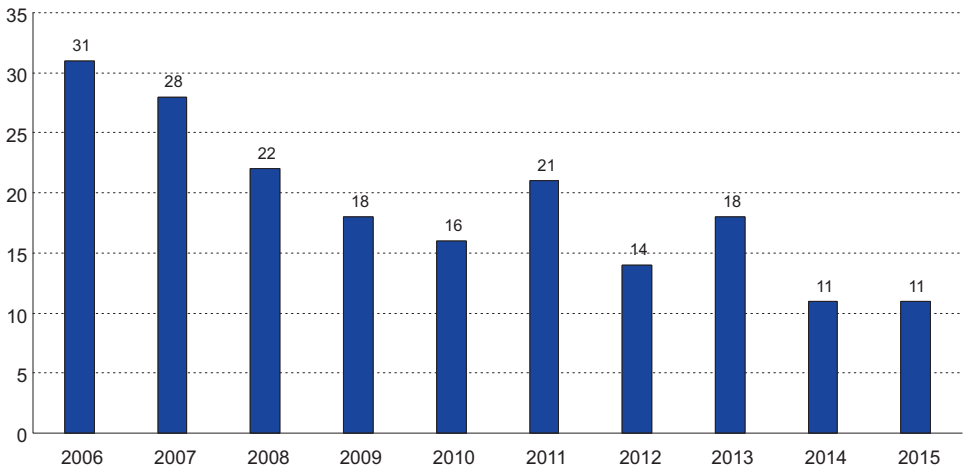


Figura 2 Distribuição e frequência dos diplomas por ano, adaptado de Correia (2022, p. 203)

diminuição da atividade legislativa, com 66 diplomas, (35% do total).

Na distribuição e frequência por entidade emitente (Figura 3) verificou-se a “prevalência de diplomas emitidos pelo Ministério com a tutela da segurança social, seguido do Ministério das Finanças. Com uma presença menor seguiu-se o Ministério da Saúde, o Conselho de Ministros e a Assembleia da República (*e.g.*, Orçamentos de Estado)” (Correia, 2022, p. 204).

Na categorização pelos direitos sociais de cidadania selecionados, em articulação com as áreas específicas do sistema de Segurança Social português, (Figura 4), foi possível constatar um maior número de diplomas abrangendo o direito à Segurança Social e solidariedade, com 36,3% dos diplomas e 10,5% de diplomas afetos à ação social⁵. No direito à Saúde registaram-se 23,2% do total dos diplomas. O direito à Habitação e Urbanismo representou 13,2% do total. Finalmente, nos direitos da Terceira idade foram registados 16,8% dos diplomas.

A análise da trajetória das medidas na sua relação com a garantia do direito das pessoas idosas a uma vida digna permitiu identificar quatro períodos diferentes delimitados por fatores de natureza distinta: um primeiro período que decorre de 2006 até à aprovação da IV Lei de Bases da Segurança Social, em janeiro de 2007 (reforma da Segurança Social), um segundo período que decorre daí até ao final do primeiro semestre de 2011, quando se conjuga a mudança de ciclo político com o

5 Na organização do sistema de Segurança Social português o sistema de proteção social de cidadania abrange o subsistema de solidariedade e o subsistema de ação social.

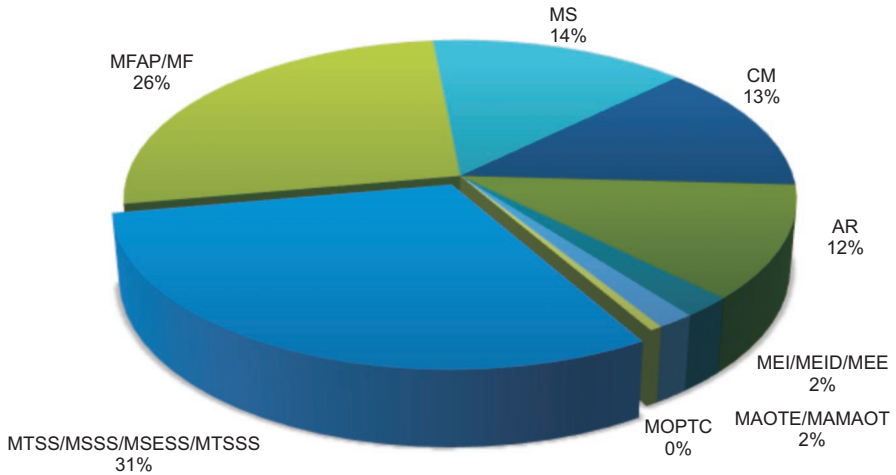


Figura 3 Distribuição e frequência dos diplomas por entidade emitente, adaptado de Correia (2022, p. 204)

Legenda: **AR**-Assembleia da República; **CM**-Conselho de Ministros; **MAOTE**-Ministério do Ambiente, Ordenamento do Território e Energia; **MAMAOT**-Ministério da Agricultura, do Mar, do Ambiente e do Ordenamento do Território; **MEI**-Ministério da Economia e da Inovação; **MEID**-Ministério da Economia, Inovação e Desenvolvimento; **MEE**-Ministério da Economia e do Emprego; **MF**-Ministério das Finanças; **MFAP**-Ministério das Finanças e da Administração Pública; **MOPTC**-Ministério das Obras Públicas, Transportes e Comunicações; **MS**-Ministério da Saúde; **MTSS**-Ministério do Trabalho e da Solidariedade Social; **MSSS**-Ministério da Solidariedade e Segurança Social; **MSESS**-Ministério da Solidariedade, Emprego e Segurança Social; **MTSSS**-Ministério do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social.

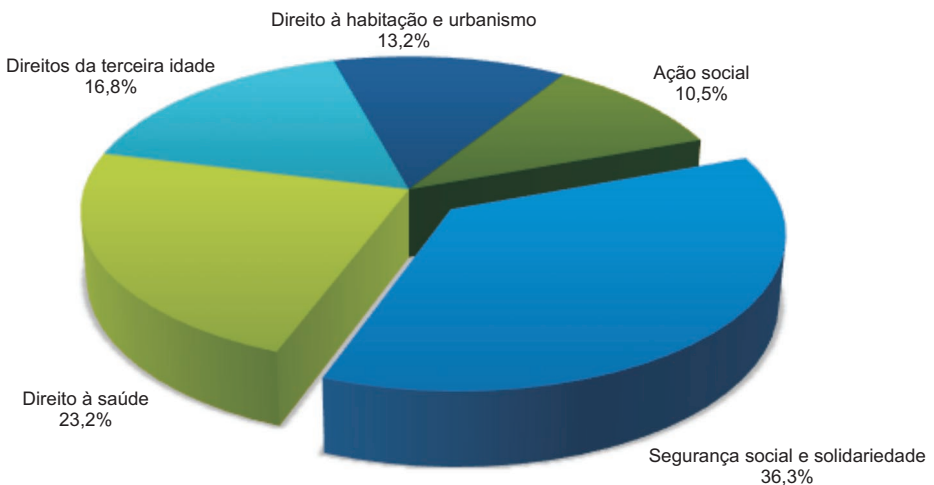


Figura 4 Distribuição e frequência dos diplomas por direitos sociais, adaptado de Correia (2022, p. 205)

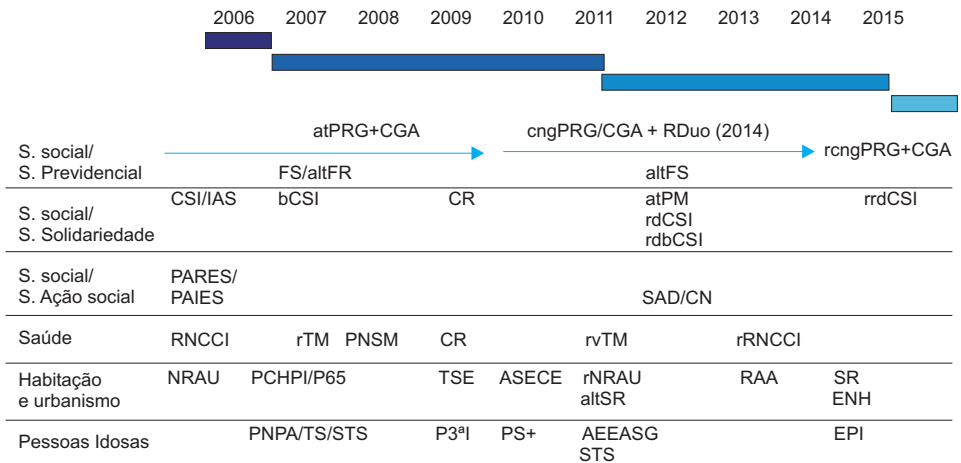


Figura 5 Períodos temporais e medidas de política social por direitos sociais/área da segurança social, adaptado de Correia (2022, p. 245)

Legenda: **atPRG+CGA**: Atualização das pensões do regime geral ou previdencial e CGA; **cngPRG/CGA + RDuo (2014)**: Congelamento das pensões do regime geral ou regime previdencial e da CGA para 2011, 2012, 2013, 2014 e 2015 e em 2014 manutenção do congelamento e regime de duodécimos para os montantes adicionais do RG e subsídio de Natal da CGA; **rcngPGR+CGA**: Reversão do congelamento das pensões do regime geral ou previdencial e CGA; **FS/altFR**: Fator de sustentabilidade/Alteração do fator de redução das pensões; **altFS**: Alteração da fórmula do fator de sustentabilidade e alteração da idade da reforma; **CSI**: Complemento solidário para idosos; **IAS**: Indexante de apoios sociais; **bCSI**: Benefícios adicionais em saúde para beneficiários do CSI; **CR**: Regime de condição de recursos; **atPM**: Atualização da Pensão Mínima; **rdCSI**: Redução do CSI; **rdbCSI**: Redução dos benefícios em saúde para beneficiários do CSI; **rrdCSI**: Reversão da redução do CSI; **PARES**: Programa de Alargamento da Rede de Equipamentos Sociais; **PAIES**: Programa de Apoio ao Investimento em Equipamentos Sociais; **SAD/CN**: Regras para Serviço de Apoio Domiciliário / Implementação Centros de Noite; **RNCCI**: Rede Nacional de Cuidados Continuados Integrados; **rTM**: redução Taxas Moderadoras; **PNSM**: Plano Nacional de Saúde Mental; **rvTM**: Revisão Taxas Moderadoras; **rRNCCI**: Reestruturação da RNCCI; **NRAU**: Novo Regime de Arrendamento Urbano; **PCHPI**: Programa de Conforto Habitacional para Pessoas Idosas; **P65**: Iniciativa Porta 65- Programa Porta 65 — Residência (Coabitação) Apoiada; **TSE**: Tarifa social de energia; **ASECE**: Apoio Social Extraordinário ao Consumidor de Energia; **rNRAU**: Revisão do NRAU; **altSR**: alteração Subsídio de Renda; **RAA**: Regime de Arrendamento Apoiado; **SR**: Subsídio de Renda; **ENH**: Estratégia Nacional de Habitação; **PNPA**: Plano Nacional de Promoção da Acessibilidade; **TS/STS**: Programa Turismo Sênior/Saúde e Termalismo Sênior; **P3ªI**: Passes Terceira Idade; **PS+**: Passe Social +; **AEEASG**: Ano Europeu do Envelhecimento Ativo e Solidariedade Intergeracional; **EPI**: Estratégia de Proteção do Idoso.

início da execução das medidas na área orçamental previstas no memorando de entendimento celebrado no contexto do PAEF, que marcam este terceiro período, que termina com a mudança de ciclo político já num contexto de recuperação económica. Os períodos temporais, assim como, as correspondentes medidas de política de política social, encontram-se na Figura 5.

No primeiro período, a que correspondeu o ano de 2006, as medidas identificadas sugerem, de uma forma geral, uma opção política de melhoria da garantia do direito das pessoas idosas a uma vida digna e à satisfação das suas necessidades

(Correia, 2022). Destacou-se a regulamentação e entrada em vigor do Complemento Solidário para Idosos (CSI), medida criada com o objetivo de reduzir a pobreza no grupo das pessoas idosas. Por sua vez, o Indexante de Apoios Sociais (IAS) fixou as regras de atualização do valor mínimo das pensões e outras prestações da Segurança Social. Ainda que este indexante estivesse sujeito ao crescimento da economia e se anteviesse alguma dependência de fatores internos e externos (o que, de facto, veio a acontecer) estabeleceu um referencial único para a atualização e/ou conceção de diversas prestações. Igualmente, o Programa de Alargamento da Rede de Equipamentos Sociais (PARES) e o Programa de Apoio ao Investimento em Equipamentos Sociais (PAIES) visaram o apoio à instalação de equipamentos para as pessoas idosas sem suporte familiar. Na área da saúde, a criação da Rede Nacional de Cuidados Continuados Integrados (RNCCI) e, na área da habitação, o Novo Regime de Arrendamento Urbano (NRAU), foram medidas que procuraram garantir os direitos das pessoas idosas, embora, futuros condicionalismos de ordem económica tenham levado à sua reconfiguração.

O segundo período inicia-se em janeiro de 2007 com a entrada em vigor da revisão da Lei de bases da Segurança Social, constituindo-se como um marco na trajetória do sistema português, já que terá sido a primeira vez que se assumiu uma opção política pela “adequação do sistema às modificações resultantes de alterações demográficas e económicas” (Lei n.º 4/2007, 2007, art.º 64º) como justificação para a criação de um fator de sustentabilidade aplicável às pensões do regime previdencial e, ainda em 2007, extensível às pensões da Caixa Geral de Aposentações (CGA). Neste período verificou-se, então, a criação daquele fator, introduzindo uma penalização sobre as pensões de velhice, justificada pela necessidade de salvaguardar a sustentabilidade futura do sistema de Segurança Social. À data, sobre as pensões de velhice apenas incidia a penalização resultante da aplicação do fator de redução da pensão por antecipação, também alterado neste período. No campo da saúde, as taxas moderadoras no acesso à prestação de cuidados de saúde beneficiaram de uma redução de 50% para os utentes com idade igual ou superior a 65 anos, já que estes cidadãos, de acordo com a avaliação efetuada pelo Governo, apresentavam uma maior necessidade de cuidados de saúde. Contudo, a criação do regime de “condição de recursos”, em 2010, alterou as regras de acesso a um conjunto de apoios sociais ou subsídios, sujeitos a condição de recursos (*e.g.*, redução das taxas moderadoras ou a comparticipação em medicamentos), reduzindo o número de potenciais beneficiários. Por outro lado, registaram-se medidas que estabeleceram benefícios adicionais em saúde para os beneficiários do CSI. Também, na área da Habitação e Urbanismo, de registar a criação do Programa de Conforto Habitacional para Pessoas Idosas (PCHPI) e do Programa Iniciativa Porta

65-Residência (Coabitação) Apoiada (P65). De referir, ainda, a criação das tarifas sociais para o apoio no pagamento de energia, dirigido a segmentos de população mais vulnerável. No que respeita aos direitos da Terceira idade, registou-se a criação do Plano Nacional de Promoção da Acessibilidade (PNPA), dos Passes “Terceira Idade” (P3ªI) e a continuação dos programas Turismo Sénior (TS).

No terceiro período, que decorreu do segundo semestre de 2011 ao final de novembro de 2015, houve lugar à criação de medidas de ajustamento económico decorrentes do PAEF, com a introdução de alterações, sobretudo, assentes numa lógica de contenção de custos. Foi mantida a não atualização das pensões do regime geral da Segurança Social e da CGA, para 2012 e até 2015. Em 2014, foi criado o regime de pagamento em duodécimos do montante adicional das pensões de invalidez, velhice e sobrevivência e do subsídio de Natal e, ainda, a redução do CSI para um valor total de 4909 euros/ano, bem como, de alguns benefícios em saúde que lhe estavam associados. Mormente, uma das alterações mais significativas consistiu na alteração da fórmula de cálculo do fator de sustentabilidade e a adequação da idade normal de acesso à pensão de velhice à alteração daquele fator, o que representou a substituição de uma idade fixa (65 anos) para o acesso à pensão de velhice por uma idade calculada de acordo com a evolução de indicadores demográficos e variável todos os anos, e que foi justificada pela necessidade de “contenção da despesa pública no longo prazo com caráter de definitividade obrigando à redução da despesa no setor da segurança social” (Decreto-Lei n.º 167-E/2013, 2013, Enquadramento). Pelo contrário, manteve-se a atualização dos valores das pensões mínimas. No subsistema de ação social foram revistas as normas de instalação e funcionamento dos estabelecimentos de apoio social para pessoas idosas e houve lugar à criação da resposta Centro de Noite (CN). Na área da saúde, em 2011, verificou-se a revisão do regime das taxas moderadoras que, segundo o legislador, visava a reforma do sistema de saúde e a garantia da sustentabilidade do SNS. Assim, deixou de ser aplicada a redução de 50% aos utentes com idade igual ou superior a 65 anos e o regime de “condição de recursos”. A isenção de pagamento passou a abranger os utentes com comprovada situação de insuficiência económica, entre outros cidadãos. Em 2014, houve lugar à redefinição das condições de instalação e funcionamento da Rede Nacional de Cuidados Integrados Continuados (RNCCI) e, em 2012, registou-se a revisão do Novo Regime de Arrendamento Urbano (NRAU) e a criação da Estratégia Nacional de Habitação (ENH). Ainda, em 2011, foi criado o Apoio Social Extraordinário ao Consumidor de Energia (ASECE) que permitiu acumular a tarifa social com um desconto ao preço do fornecimento de energia elétrica e de gás natural, destinado a consumidores economicamente vulneráveis. De referir, ainda, a adoção do Ano Europeu do Envelhecimento Ativo e Solidariedade Intergeracional (AEEASG) e a publicação da

Tabela 3 Referência ao termo dignidade ou termos associados

Ano/Ref ^a	Dignidade	Condigno(a)	Dignificação	Digno(a)
2006	DL 101/2006	DL 158/2006		
	RCM 82/2007			
2007			Lei 4/2007	Lei 4/2007
	RCM 5/2011		RCM 5/2011	
2011	DL 17/2011			
	RCM 61/2011			
2012	P 67/2012			
2013	P 38/2013			
	DL 136/2015			
2015	RCM 63/2015	RCM 63/2015		RCM 63/2015

Fonte: Adaptado de Correia (2022, p. 243).

Estratégia de Proteção do Idoso (EPI). Detetámos a manutenção do Programa Saúde e Termalismo Sénior (STS) e alterações em medidas na área dos transportes públicos, em que a criação, em 2011, do Passe Social + (PS+) veio conceder uma bonificação de 50% aos beneficiários do CSI e aos reformados e pensionistas de menores rendimentos, cabendo lembrar que, aquando da sua criação, em 2006, o P3^aI conferia desconto a todas pessoas com 65 ou mais anos. Em 2011 passou a abranger os agregados com menores rendimentos e, em 2012, o desconto foi reduzido de 50% para 25%, situação minimizada com o PS+.

O quarto período refere-se ao mês de dezembro de 2015, marcado pela mudança de ciclo político, já num contexto de recuperação económica, que relevámos pelo início da reversão de algumas das medidas restritivas dos períodos anteriores, tais como a não atualização das pensões do regime previdencial da Segurança Social e da CGA e a redução do CSI.

Por último, no que respeita à referência ao termo dignidade ou termos associados (Tabela 3) constatou-se que o “termo dignidade ou termos associados (*e.g.*, condigno (a), digno(a)) surgem, apenas, em 11 diplomas representando 28 referências, das quais 14 se encontram concentradas na EPI” (Correia, 2022, p. 243).

Discussão de Resultados

Na identificação de possíveis alterações e/ou processos de reconfiguração que se perspetiva possam ter marcado (positivamente ou negativamente) o acesso à garantia do direito das pessoas idosas a uma vida digna e à satisfação das suas

necessidades, é de salientar, no primeiro período, uma opção por medidas que poderão ter melhorado o acesso a essa garantia. De destacar a regulamentação do CSI, medida que reconfigurou o regime de mínimo sociais em Portugal, ao estabelecer uma transferência monetária complementar a atribuir à população idosa em comprovado risco de pobreza. De salientar, também, os programas PARES e PAIES, e, ainda que o seu objetivo fosse o apoio às pessoas idosas com dependência, não podemos esquecer que estas estruturas permitem o inter-relacionamento entre pessoas da mesma coorte geracional, podendo satisfazer outras necessidades essenciais, na aceção defendida por Max-Neef e colegas (1991).

O segundo período revelou-nos a coexistência de duas opções políticas. A primeira levou à conceção de medidas que podem ter conduzido a melhorias na garantia dos direitos da população idosa com menos recursos, portanto, mais pobre. Incluem-se neste grupo, os benefícios adicionais para os beneficiários do CSI, como reposta à falta de acesso a bens e serviços de saúde das pessoas idosas mais pobres, conforme, reiteradamente, salientado por alguns estudos publicados em Portugal, como o de Capucha (2005). Igualmente, as medidas tomadas no campo do direito à habitação (*e.g.*, PCHPI, P65) assumem a existência de dificuldades, por parte das pessoas idosas de mais baixos recursos económicos, a uma habitação digna e confortável. A dificuldade em aquecer a casa de modo apropriado, em caso de baixas temperaturas, em virtude dos altos custos da energia foi, igualmente, alvo de medidas direcionadas à diminuição dos encargos com a aquisição de energia, entre as quais as tarifas sociais de fornecimento de energia elétrica e de gás natural, destinadas a “clientes finais economicamente vulneráveis” (onde se incluem os beneficiários de CSI). Ainda assim, questões como a pobreza habitacional e a pobreza energética têm continuado presentes na nossa sociedade, conforme salientado por Lopes (2012, 2015). No que respeita aos direitos da Terceira idade, verificou-se a implementação do PNPA e dos P3^ªI, estes últimos em meio urbano, importantes para a melhoria da mobilidade das pessoas idosas, cujas dificuldades são justamente apontadas como uma das causas para o isolamento, impedindo-as de estabelecer relações sociais ou mesmo de aceder a contextos diversificados (Guerra, 2010). Por sua vez, os Programas TS terão sido uma opção política importante em dimensões significativas, *e.g.*, lazer, participação, nas definições propostas por Pereirinha et al. (2020) Ainda que previssem uma comparticipação de acordo com os rendimentos do agregado familiar, o que, certamente não seria comportável por todas as pessoas idosas, foram as únicas medidas numa área onde verificámos uma quase ausência de legislação.

A segunda opção refletiu-se nas penalizações aplicadas sobre as pensões do sistema de Segurança Social. Com o argumento de que o “envelhecimento da população tinha expressão a médio, mas sobretudo a longo prazo (...) com impacto na economia

e nas finanças públicas” (Decreto-Lei n.º 187/2007, 2007, Enquadramento), devido ao aumento da despesa com pensões, a que acrescia a erosão das contribuições motivada pelas alterações verificadas no mercado de trabalho, foi criado o fator de sustentabilidade que representou uma reconfiguração significativa num sistema que não previa penalizações, para além da resultante da aplicação do fator de redução da pensão por antecipação. Por sua vez, o regime de “condição de recursos”, teve como objetivo a criação de um “quadro harmonizado de acesso às prestações sociais não contributivas” (Decreto-Lei n.º 70/2010, 2010, Enquadramento), mas, não deixou de ser uma medida em que se adotaram critérios de contenção da despesa, aliás, assumidos pelo legislador. Estas medidas terão representado um recuo na garantia do acesso a capacidades básicas de algumas pessoas idosas que, não estando entre as mais pobres, não têm rendimento para viver com dignidade, mas que já não são considerados pobres, a designada “zona cinzenta” (Pereirinha & Pereira, 2019, p. 20) e, de algum modo, revelaram um entendimento estrito, por parte do poder político, do significado do direito constitucional à dignidade (Lei Constitucional n.º 1/2005, 2005, art.º 1º).

Perto do final deste segundo período, a opção pela penalização das pensões refletiu-se na não atualização das pensões de velhice e invalidez do regime previdencial e da CGA, para 2011, interrompendo a atualização anual dos respetivos valores, praticada até essa data. Não se podendo ignorar o impacto na economia portuguesa da crise financeira mundial (2008-2009) não deixa de denotar uma aparente relegação para segundo plano do efetivo acesso aos direitos das pessoas idosas, relembrando que a garantia do direito a acesso aos meios necessários para a existência e para a liberdade foi apontada como uma das dimensões da dignidade com significado para as pessoas idosas (Ariño-Blasco et al., 2005; Bayer et al., 2005; Nordenfelt, 2003, 2004; Nordenfelt & Edgar, 2005; Stratton & Tadd, 2005; Tadd, 2005) e, igualmente, identificada no estudo conduzido, em Portugal, por Correia e colegas (2016).

O terceiro período, situou-se no espaço cronológico denominado de “era de austeridade”, ancorado numa lógica de contenção de custos (Bridgen, 2019). Em Portugal, coincidiu com a acomodação de regras supranacionais, vertidas em medidas de “contenção orçamental em setores como as pensões, a administração pública, a saúde ou a educação, acompanhadas de medidas em áreas que não implicavam um esforço orçamental significativo (e.g., AEEASG, EPI) e, outras envolvendo um menor esforço orçamental (e.g., STS), com o objetivo de diminuir o défice das contas públicas, aliás expresso nos objetivos do PAEF” (Correia, 2022, p. 253)⁶. A revisão do NRAU, em 2012, é paradigmática de uma medida que, a jusante, originou medidas

6 “(...) 1. Fiscal policy: Objectives – Reduce the Government deficit to below EUR 10,068 million (equivalent to 5.9% of GDP based on current projections) in 2011, EUR 7,645 million (4.5% of GDP) in 2012 and EUR 5,224 million (3.0% of GDP) in 2013 (...)” (MoU [Memorandum of Understanding], 2011, p. 2).

que não tiveram expressão significativa (RAA, SR), mas que “terá representado um retrocesso na proteção do direito à habitação, pois embora, tivesse mantido a proteção dos arrendatários com 65 ou mais anos, introduziu um critério de condição de recursos que poderá ter criado condições para o aumento das rendas” (Correia, 2022, pp. 248-249), conduzindo à não aceitação das propostas dos senhorios e ao abandono das habitações, com prejuízo de direitos de cidadania.

No quarto período, a não atualização das pensões e dos complementos sociais foi revertida, inserindo-se numa lógica de devolução de direitos sociais (Bridgen, 2019). No caso português, este processo associa-se a uma conjuntura política e económica específica, com a mudança de ciclo político, já num contexto de recuperação económica. Contudo, Bridgen (2019) sugere a necessidade de enquadrar este tipo de alteração, numa tendência de reversão da lógica de austeridade, que não “se limita a atores políticos concretos e aos respetivos acordos de governação” (Bridgen 2019, citado em Correia, 2022, p. 253).

Por sua vez, a quase ausência do termo dignidade ou termos associados nos diplomas analisados sugere a omissão de um fundamento da CRP. Contudo, no caso da EPI, que decorria da observação dos Princípios das Nações Unidas para as Pessoas Idosas e da Carta Europeia dos Direitos Fundamentais, normativos onde o direito à dignidade e a uma existência condigna se encontram salvaguardados, o legislador teve o cuidado de referir diversas vezes o conceito (14 referências). Não obstante, não densifica o seu conteúdo, embora as referências ao “direito das pessoas idosas a uma existência condigna” (Resolução do Conselho de Ministros n.º 63/2015, 2015, Enquadramento) e ao “ambiente adequado às suas necessidades, digno, seguro e protetor” (Resolução do Conselho de Ministros n.º 63/2015, 2015, alínea d) da Medida 1) se aproximem de algo mais concreto.

Nas restantes referências, verificamos que “a dignidade se apresenta como um conceito indeterminado” (Engisch, 2014, citado em Correia, 2022, p. 243). A denotar um carácter mais concreto, apenas as menções a “habitação condigna” (Decreto-Lei n.º 158/2006, 2006, Enquadramento) e “dignidade das condições de vida das pessoas” (Decreto-Lei n.º 17/2011, 2011, Enquadramento), assinaladas em dois diplomas, nos remetem para dimensões menos abstratas do que é viver com dignidade, embora, sem a particularização do seu significado. Igualmente, expressões como “dignificação humana” (Lei n.º 4/2007, 2007, Artigo 12.º), “dignificação da pessoa humana” (Resolução do Conselho de Ministros n.º 5/2011, 2011, Enquadramento) e “condições dignas de vida” (Lei n.º 4/2007, 2007, Artigo 19.º) “contêm, em si, uma ideia de necessidade de promoção de ações que contribuam para uma vida com dignidade da pessoa, ainda que não especifiquem o seu significado” (Correia, 2022, p. 243).

Ao sermos remetidos para a DUDH, afigura-se-nos uma qualidade abstrata a fundamentar a atribuição dos direitos. Não se rebate um conceito de dignidade como o da DUDH, mas a indeterminação do seu conteúdo pode contribuir para explicar, ainda que parcialmente, as oscilações no nível de garantia de satisfação, eventualmente, a denotar alguma maleabilidade (Patrick & Simpson, 2020), por parte dos decisores políticos, perante os direitos das pessoas idosas.

Conclusões

Do ponto de vista da trajetória das medidas de política social analisadas, identificam-se quatro diferentes períodos temporais sob a influência de ciclos económicos e políticos, onde se sucederam alterações e/ou reconfiguração das medidas de política social destinadas às pessoas idosas, traduzidas em oscilações na garantia do direito das pessoas idosas a uma vida digna.

Entre estas alterações, salientem-se as aplicadas no sistema de segurança social e solidariedade a implicarem reduções nas pensões e complementos, com impacto num número significativo de pessoas idosas, as quais têm nas pensões da Segurança Social o seu único rendimento. Efetivamente, pode considerar-se que a criação de medidas restritivas ao valor das pensões, numa sociedade em que “a posse de recursos económicos possibilita, na razão da sua suficiência, a condição de autonomia para fazer as escolhas que cada um considera como certas para a vida que pensa valer a pena ser vivida” (Correia, 2022, p. 238) tem implicações no acesso à liberdade, no sentido proposto por Pereira et al. (2013) e Pereirinha et al. (2020), tendo, igualmente, em conta “o carácter sistémico do processo de satisfação das necessidades” (Max-Neef et al., 1991, citado em Correia, 2022, p. 296). Em sentido contrário, “o CSI foi, e continua a ser, um exemplo de um complemento de índole monetária que, conforme os estudos e os dados estatísticos demonstram, tem contribuído para a melhoria da garantia da satisfação das necessidades das pessoas idosas” (Correia, 2022, p. 238).

Como nota final e ainda que as medidas analisadas pretendam abranger diferentes direitos sociais, o entendimento estreito do direito das pessoas a uma vida digna e do significado da dignidade que aí encontramos, confronta o conhecimento produzido pela academia, o sentir das próprias pessoas e colide com a CRP. Neste contexto, sugere-se que uma densificação do significado de dignidade, ancorada em referenciais concretos daquilo que é necessário para uma vida digna e baseada no conhecimento científico já existente, é fundamental para a garantia do direito das pessoas idosas a uma vida digna.

Financiamento

Este trabalho teve o financiamento de uma bolsa de doutoramento, concedida a Correia, A. F. pela Fundação para a Ciência e Tecnologia, IP (FCT), com a Ref.^a SFRH/BD/115031/2016, comparticipada pelo Fundo Social Europeu e por fundos nacionais do Ministério da Ciência Tecnologia e Ensino Superior.

Notas

Por decisão pessoal, as autoras do texto escrevem segundo o novo acordo ortográfico.

Referências

- Alcock, P. (2008). The subject of social policy. In P. Alcock, M. May, & K. Rowlingson (Eds.), *The student's companion to Social Policy* (3^a ed., pp. 3-10). Blackwell Publishing.
- Almeida, J. F., Capucha, L., Costa, A. F., Machado, F. L., Nicolau, I., & Reis, E. (1994). *Exclusão social factores e tipos de pobreza em Portugal* (2^a ed). Celta.
- An'xian, L. (2014). Human dignity in traditional Chinese Confucianism. In M. Düwell, J. Braarvig, R. Brownsword, & D. Mieth (Eds.), *The Cambridge handbook of human dignity. Interdisciplinary perspectives* (pp. 177-181). Cambridge University Press.
- Ariño-Blasco, S., Tadd, W., & Boix-Ferrer, J. (2005). Dignity and older people: the voice of professionals. *Quality in Ageing and Older Adults*, 6(1), 30-36.
<https://doi.org/10.1108/14717794200500006>
- Bayer, T., Tadd, W. & Krajcik, S. (2005). Dignity: the voice of older people. *Quality in Ageing and older adults*, 6(1), 22-29. <https://doi.org/10.1108/14717794200500005>
- Braarvig, J. (2014). Hinduism: the universal self in a class society. In M. Düwell, J. Braarvig, R. Brownsword, & D. Mieth (Eds.), *The Cambridge handbook of human dignity. Interdisciplinary perspectives* (pp. 163-169). Cambridge University Press.
- Bradshaw, J. (1972). A taxonomy of social need. In G. McLachlan (Ed.), *Problems and progress in medical care* (pp. 1-11). Oxford University Press.
- Bridgen, P. (2019). The retrenchment of public pension provision in the liberal world of welfare during the age of austerity – and its unexpected reversal, 1980-2017. *Social Policy & Administration*, 53(1), 16-33.
<https://onlinelibrary.wiley.com/doi/abs/10.1111/spol.12444>
- Bruto da Costa, A., Silva, M., Pereirinha, J., & Matos, M. (1985). *A pobreza em Portugal*. Cáritas Portuguesa.
- Bruto da Costa A., Baptista I., Perista P., & Carrilho P. (2008). *Um olhar sobre a pobreza. Vulnerabilidade e exclusão social no Portugal contemporâneo*. Gradiva.
- Caeiro, J. (2008). *Políticas públicas, políticas sociais e estado providência*. Universidade Lusíada de Lisboa.

- Capucha, L. (2005). *Desafios da pobreza*. Celta Editora.
- Calnan, M., Badcott, D., & Woolhead, G. (2006). Dignity under threat? A study of the experiences of older people in the United Kingdom. *International Journal of Health Services*, 36(2), 355-375.
- Canotilho, J. J. & Moreira, V. (2007). *Constituição da República Portuguesa Anotada* (4ª ed. revista, Vol. 1). Coimbra Editora.
- Carvalho, M., & Pinto C. (Coords.) (2014). *Serviço Social: teorias e práticas*. Factor.
- Correia, A. F. (2022). *A dignidade nas políticas sociais de velhice: contributo para uma nova agenda do envelhecimento em Portugal* [Tese de Doutoramento, Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas – Universidade de Lisboa].
- Correia, A. F., Pereira, E., & Costa, D. (2016). De que necessitam as pessoas idosas para viver com dignidade em Portugal? *Análise Social*, 51(219), 366-401.
http://analisesocial.ics.ul.pt/documentos/AS_219_art05.pdf
- Costanza, R., Fisher, B., Ali, S., Beer, C., Bond, L., Boumans, R., Danigelis, N. L., Dickinson, J., Elliott, C., Farley, J., Gayer, D. E., Glenn, L. M., Hudspeth, T., Mahoney, D., McCahill, L., McIntosh, B., Reed, B., Rizvi, S. A. T., Rizzo, D. M., ...Snapp, R. (2007). Quality of life: an approach integrating opportunities, human needs, and subjective well-being. *Ecological Economics*, 61(2-3), 267-276.
<https://www.sciencedirect.com/science/article/pii/S0921800906000966>
- Decreto-Lei n.º 158/2006, de 8 de agosto, da Presidência do Conselho de Ministros. (2006). Aprova os regimes de determinação do rendimento anual bruto corrigido e a atribuição do subsídio de renda. *Diário da República*, 1.ª série, 152, 5646-5651.
<https://dre.pt/dre/detalhe/decreto-lei/158-2006-538623>
- Decreto-Lei n.º 187/2007, de 10 de maio, do Ministério do Trabalho e da Solidariedade Social (2007). No desenvolvimento da Lei n.º 4/2007, de 16 de janeiro, aprova o regime de protecção nas eventualidades invalidez e velhice dos beneficiários do regime geral de segurança social. *Diário da República*, 1.ª série, 90, 3100-3116.
<https://dre.pt/dre/detalhe/decreto-lei/187-2007-520669>
- Decreto-Lei n.º 70/2010, de 16 de junho, do Ministério do Trabalho e da Solidariedade Social. (2010). Estabelece as regras para a determinação da condição de recursos a ter em conta na atribuição e manutenção das prestações do subsistema de protecção familiar e do subsistema de solidariedade, bem como para a atribuição de outros apoios sociais públicos, e procede às alterações na atribuição do rendimento social de inserção, tomando medidas para aumentar a possibilidade de inserção dos seus beneficiários. *Diário da República*, 1.ª série, 115, 2081 – 2089.
<https://dre.pt/dre/detalhe/decreto-lei/70-2010-335683>
- Decreto-Lei n.º 17/2011, de 27 de janeiro, do Ministério das Obras Públicas, Transportes e Comunicações. (2011). Simplifica, no âmbito do Programa SIMPLEX, o modo de acesso e emissão do cartão de estacionamento para pessoas com mobilidade condicionada. *Diário da República*, 1.ª série, 19, 563-564.
<https://dre.pt/dre/detalhe/decreto-lei/17-2011-280965>

- Decreto-Lei n.º 167-E/2013, de 31 de dezembro, do Ministério da Solidariedade, Emprego e Segurança Social. (2013). Altera o regime jurídico de proteção social nas eventualidades de invalidez e velhice do regime geral de segurança social. *Diário da República*, 1.ª série, 253, 3º Suplemento, 364-369.
<https://dre.pt/dre/detalhe/decreto-lei/167-e-2013-164427>
- Diogo, F. (Coord.) (2021). *Faces da Pobreza em Portugal* (Vol. 12: Resumos da Fundação). Fundação Francisco Manuel dos Santos.
<https://www.ffms.pt/FileDownload/6e8cd87d-5021-47ea-aa3e-6d4870aa8b2b/faces-da-pobreza-em-portugal>
- Donnelly, J. (1982). Human rights and human dignity: an analytic critique of non-western conceptions of human rights. *The American Political Science Review*, 76(2), 303-316. <http://www.jstor.org/stable/1961111>
- Esping-Andersen, G. (1990). *The three worlds of welfare capitalism*. Polity Press.
- Fernandes, A. (1997). *Velhice e Sociedade*. Celta Editora.
- Fernandes, A. (2001). Velhice, solidariedades familiares e política social. Itinerário de pesquisa em torno do aumento da esperança de vida. *Sociologia, Problemas e Práticas*, (36), 39-52. <http://sociologiapp.iscte.pt/pdfs/4/36.pdf>
- Ferrera, M. (1997). Introduction générale. In U. Ascoli, D. Bouget, & B. Palier (Coords.), *Comparer les Systèmes de Protection Social en Europe du Sud* (Vol. 3: Rencontres de Florence, pp. 15-25). MIRE [texto policopiado]
- Ferrera, M. (1999). A reconstrução do estado social na Europa meridional. *Análise Social*, 34 (151-152), 457-475.
<http://analisesocial.ics.ul.pt/documentos/1218799082K6bNK0vw3Hi14GU4.pdf>
- Guerra, I. (2006). *Pesquisa qualitativa e análise de conteúdo. Sentidos e formas de uso*. Princípia Editora, Lda.
- Guerra, I., Pinto, T., Martins, M., Almeida, S., & Gonçalves, A. (Coords.) (2010). *À tona de água*. (Vol. 2: Retratos de um Portugal em mudança). Tinta-da-China.
- Guillén, A., Álvarez, S., & Silva, P. (2001, 2-3 de novembro). *O redesenhar dos Estados-Providência Espanhol e Portugueses: o impacto da adesão à União Europeia*. [Comunicação]. Conference From Isolation to Integration: 15 years of Spanish and Portuguese Membership in Europe, Centro de Estudos Europeus Minda de Gunzburg, Universidade de Harvard [Texto policopiado].
- Habermas, J. (2010). The concept of human dignity and the realistic utopia of human rights. *Metaphilosophy*, 41(4), 464-479.
<http://onlinelibrary.wiley.com/doi/10.1111/j.1467-9973.2010.01648.x/abstract>
- Hill, JR, T. E. (2014). Kantian perspectives on the rational basis of human dignity. In M. Düwell, J. Braarvig, R. Brownsword, & D. Mieth (Eds.), *The Cambridge handbook of human dignity. Interdisciplinary perspectives* (pp. 215-221). Cambridge University Press.
- INE, Instituto Nacional de Estatística. (2020). *Pessoa idosa* [Metainformação]. Consultado em 30 de março de 2020, de
https://www.ine.pt/xportal/xmain?xpid=INE&xpgid=ine_indicadores&indOcorCod=0008851&contexto=bd&selTab=tab2

- Imbach, R. (2014). Human dignity in the middle ages (twelfth to fourteenth century). In M. Düwell, J. Braarvig, R. Brownsword, & D. Mieth (Eds.), *The Cambridge handbook of human dignity. Interdisciplinary perspectives* (pp. 64-73). Cambridge University Press.
- Kant, I. (1995). *Fundamentação da metafísica dos costumes*. Edições 70. (Obra originalmente publicada em 1785)
- Lei n.º 4/2007, de 16 de janeiro, da Assembleia da República. (2007). Aprova as bases gerais do sistema de segurança social. *Diário da República*, 1.ª série, 11, 345-356. <https://dre.pt/dre/detalhe/lei/4-2007-522781>
- Lei Constitucional n.º 1/2005, de 12 de agosto, da Assembleia da República. (2005). Sétima revisão constitucional. *Diário da República*, 1.ª série-A, 155, 4642-4686. <https://www.parlamento.pt/Legislacao/Paginas/ConstituicaoRepublicaPortuguesa.aspx>
- Lopes, A. (2012). Idosos e riscos de exclusão social: as dimensões monetárias e não monetárias na discussão sobre instrumentos de política social. *SOCIOLOGIA ON LINE*, (5), 103-122. <https://revista.aps.pt/pt/idosos-e-riscos-de-exclusao-social-as-dimensoes-monetaria-e-nao-monetaria-na-discussao-sobre-instrumentos-de-politica-social/>
- Lopes, A. (2015). Pobres que envelhecem ou velhos que empobrecem? – Alguns apontamentos sobre o tema da pobreza na população idosa. In F. Diogo, A. Castro, & P. Perista (Orgs.), *Pobreza e exclusão social em Portugal, contextos, transformações e estudos* (pp. 149-164). Edições Húmus.
- Lorberbaum, Y. (2014). Human dignity in the jewish tradition. In M. Düwell, J. Braarvig, R. Brownsword, & D. Mieth (Eds.), *The Cambridge handbook of human dignity. Interdisciplinary perspectives* (pp. 135-144). Cambridge University Press.
- Loureiro, J. C. (2017). Human dignity in Portugal. In P. Becchi, & K. Mathis (Eds.), *Handbook of human dignity in Europe* (pp. 1-27). Springer; Cham. https://link.springer.com/content/pdf/10.1007%2F978-3-319-27830-8_33-1.pdf
- Maróth, M. (2014). Human dignity in the slamic world. In M. Düwell, J. Braarvig, R. Brownsword, & D. Mieth (Eds.), *The Cambridge handbook of human dignity. Interdisciplinary perspectives* (pp. 155-162). Cambridge University Press.
- Mauritti, R. (2004). Padrões de vida na velhice. *Análise Social*, 39(171), 339-363. <http://analisesocial.ics.ul.pt/documentos/1218705579I0rOG8pd6Mj50DK4.pdf>
- Max-Neef, M., Elizalde, A., & Hopenhayn, M. (1991). *Human scale development: conception, application and further reflections*. The Apex Press. <http://www.wtf.tw/ref/max-neef.pdf>
- MoU, Memorandum of Understanding. (2011). *Memorandum of understanding on specific economic policy conditionality 17 may 2011*. https://ec.europa.eu/economy_finance/eu_borrower/mou/2011-05-18-mou-portugal_en.pdf
- Moreira, A. (1963, 13 de fevereiro). *Os direitos do homem e a balança de poderes* [Comunicação]. Conferência proferida na Faculdade de Filosofia, Braga, Portugal.

- Neto, J. (2014). *Dignidade social: direitos fundamentais e as fronteiras da atividade prestacional do Estado* (Vol. 2) [Tese de Doutoramento, Faculdade de Direito – Universidade de Lisboa]. Repositório da Universidade de Lisboa.
<http://hdl.handle.net/10451/25140>
- Nordenfelt, L. (2003). Dignity and the care of the elderly. *Medicine, Health Care and Philosophy*, 6(2), 103-110. <https://www.ncbi.nlm.nih.gov/pubmed/12870631>
- Nordenfelt, L. (2004). The varieties of dignity. *Health Care Analysis*, 12(2), 69-81.
<https://www.ncbi.nlm.nih.gov/pubmed/15487812>
- Nordenfelt, L., & Edgar, A. (2005). The four notions of dignity. *Quality in Ageing and Older Adults*, 6 (1), 17-21. <https://doi.org/10.1108/14717794200500004>
- Novais, J. (2016). *A dignidade da pessoa humana* (Vol. 1: Dignidade e direitos fundamentais). Almedina.
- Nussbaum, M. (2000). *Women and human development. The capabilities approach*. Cambridge University Press.
- Nussbaum, M. (2003). Capabilities as fundamental entitlements: Sen and social justice. *Feminist Economics*, 9(2-3), 33-59. <https://doi.org/10.1080/1354570022000077926>
- Nussbaum, M. (2014). *Educação e justiça social*. Edições Pedagogo.
- Patrick, R. & Simpson, M. (2020). Conceptualising dignity in the context of social security: Bottom-up and top-down perspectives. *Social Policy Administration*, 54(3), 475-490. <https://onlinelibrary.wiley.com/doi/abs/10.1111/spol.12528>
- Pereira, E. (2010). *Pobreza e ruralidade: uma análise espacial em Portugal continental* [Tese de Doutoramento, Instituto Superior de Economia e Gestão – Universidade Técnica de Lisboa].
- Pereira, E. (2019). Um olhar sobre a diferenciação territorial da pobreza em Portugal à luz da abordagem das capacidades de Amartya Sen. *SOCIOLOGIA ON LINE*, (19), 51-80.
<https://revista.aps.pt/wp-content/uploads/2019/08/SociologiaAPS192019Cap3ElviraPereira.pdf>
- Pereira, E., Pereirinha, J., Branco, F., Costa, D., Amaro, I. & Nunes, F. (2013). O que é necessário para uma pessoa viver com dignidade em Portugal? Grupos de Orientação. *Working Paper*, (1). Projeto Rendimento Adequado em Portugal.
- Pereirinha, J. A. (2008a). *Política Social. Fundamentos da atuação das políticas públicas*. Universidade Aberta.
- Pereirinha, J. A. (2008b). *Política Social. Formas de atuação no contexto europeu*. Universidade Aberta.
- Pereirinha, J. A., & Pereira, E. (2019). Défice Social e Pobreza Relativa: uma análise da adequação do bem-estar e da segurança económica em Portugal. *Instituto Superior de Economia e Gestão – GHES Documento de Trabalho/Working Paper*, (65), 1-36.
<https://www.repository.utl.pt/handle/10400.5/19159>
- Pereirinha, J., (Coord.), Pereira, E., Branco, F., Amaro, M. I., Costa, D., & Nunes, F. (2017). *Rendimento adequado em Portugal. Quanto é necessário para uma pessoa viver com dignidade em Portugal?* Projeto Rendimento Adequado em Portugal [Texto policopiado].

- Pereirinha, J. A. (Coord.), Pereira, E., Branco, F., Amaro, M. I., & Costa, D. (2020). *Rendimento adequado em Portugal: um estudo sobre o rendimento suficiente para viver com dignidade em Portugal*. Almedina.
- Resolução do Conselho de Ministros n.º 5/2011, de 18 de janeiro, da Presidência do Conselho de Ministros. Aprova o IV Plano Nacional para a Igualdade – Género, Cidadania e não Discriminação, 2011-2013. *Diário da República* n.º 12/2011, Série I de 2011-01-18, 296 – 321. <https://dre.pt/dre/analise-juridica/tipo/5-2011-280896>
- Resolução do Conselho de Ministros n.º 63/2015, de 25 de agosto, da Presidência do Conselho de Ministros (2015). Aprova a Estratégia de Proteção ao Idoso. *Diário da República*, 1.ª série, 165, 6280-6289. <https://dre.pt/dre/detalhe/resolucao-conselho-ministros/63-2015-70095695>
- Resolution No. A/RES/217(III)A, adopted by the General Assembly on 10 December 1948. (1948). Universal Declaration of Human Rights [Declaração Universal dos Direitos Humanos], *General Assembly Official Records*, 3rd Session, 71-77. <https://www.ohchr.org/en/resources/educators/human-rights-education-training/universal-declaration-human-rights-1948>
- Santos, B. S. (1995). Sociedade-providência ou autoritarismo social? *Revista Crítica de Ciências Sociais*, (42), 1-7. http://www.boaventuradesousasantos.pt/media/pdfs/Sociedade_Providencia_ou_Autoritarismo_Social_RCCS42.PDF
- Sen, A. (2003). *O desenvolvimento como liberdade*. Gradiva.
- Spicker, P. (1993). Needs as claims. *Social Policy Administration*, 27(1), 7-17. <https://onlinelibrary.wiley.com/doi/epdf/10.1111/j.1467-9515.1993.tb00386.x>
- Stratton, D., & Tadd, W. (2005). Dignity and older people: the voice of society. *Quality in ageing and older adults*, 6(1), 37-48. <https://doi.org/10.1108/14717794200500007>
- Tadd, W. (2005). Dignity and older europeans. *Quality in ageing and older adults*, 6(1), 1-19. <https://doi.org/10.1108/14717794200500001>
- Walker, A. (2018). Why the UK needs a Social Policy on ageing. *Journal of Social Policy*, 47(2), 253-273. <https://www.cambridge.org/core/journals/journal-of-social-policy/article/why-the-uk-needs-a-social-policy-on-ageing/93A75C5B7D8DE10BB8D59F52F90EC0C2>
- Woolhead, G., Calnan, M., Dieppe, P., & Tadd, W. (2004). Dignity in older age: what do older people in the United Kingdom think?. *Age and Ageing*, 33(2), 165-170. <https://www.researchgate.net/publication/8695247>

Data de submissão: 11/07/2021 | **Data de aceitação:** 04/05/2022



A IMPORTÂNCIA DA *INTERNET* PARA OS ADULTOS MAIS VELHOS QUE VIVEM SÓS

Um estudo sobre os países do Sul da Europa

THE IMPORTANCE OF THE INTERNET FOR OLDER ADULTS LIVING ALONE

A study on Southern European countries

Patrícia Silva

FUNÇÕES: Concetualização, Curadoria dos dados, Análise formal, Investigação, Metodologia, Validação, Visualização, Redação do rascunho original

AFILIAÇÃO: Escola Superior de Educação, Instituto Politécnico de Viana do Castelo e Centro de Estudos de Comunicação e Sociedade, Instituto de Ciências Sociais, Universidade do Minho. Avenida Capitão Gaspar de Castro – Apartado 513, 4901-908 Viana do Castelo, Portugal

E-mail: patriciaisva@ics.uminho.pt | ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-4074-5368>

Alice Delerue Matos

FUNÇÕES: Concetualização, Curadoria dos dados, Aquisição de financiamento, Metodologia, Validação, Visualização, Redação – revisão e edição

AFILIAÇÃO: Departamento de Sociologia e Centro de Estudos de Comunicação e Sociedade, Instituto de Ciências Sociais, Universidade do Minho. Campus de Gualtar, 4710-057 Braga, Portugal

E-mail: adelerue@ics.uminho.pt | ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-2394-4077>

Roberto Martinez-Pecino

FUNÇÕES: Concetualização, Metodologia, Validação, Visualização, Redação do rascunho original

AFILIAÇÃO: Departamento de Psicologia Social, Universidad de Sevilla. Calle Camilo José Cela, s/n, 41018, Sevilla, España

E-mail: rmpicino@us.es | ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-0765-1407>

Resumo: Em países com fortes tradições familialistas, os estudos científicos associam frequentemente a vida a solo, a sentimentos de solidão, que têm consequências negativas para o bem-estar de adultos mais velhos. Nas sociedades atuais, é inegável o papel desempenhado pela *internet* enquanto meio de comunicação. Tendo em conta este facto, visa-se analisar o papel que desempenha a *internet* na relação entre a vida a solo e a solidão, nos países do Sul da Europa. O presente estudo incide sobre uma amostra de 17228 indivíduos de 50+ anos, residentes em Portugal, Espanha, Itália e Grécia que foram inquiridos na vaga 6 do projeto *Survey of Health, Ageing and Retirement in Europe* (SHARE). Conclui-se que os indivíduos mais velhos que vivem sós e utilizam a *internet* manifestam, com menos frequência, sentimentos de solidão que os seus pares (indivíduos do mesmo escalão etário). Os resultados deste estudo reforçam, pois, a importância de políticas que visem a inclusão digital.

Palavras-chave: solidão, *internet*, viver só, 50+ anos.

Abstract: In countries with strong family traditions, scientific studies often associate living alone with feelings of loneliness, which have negative consequences for the well-being of older adults. In modern societies, the Internet plays an important role in communication. In view of this, the aim is to analyze the role of the Internet in the relationship between living alone and loneliness in southern European countries. This study focuses on a sample of 17,228 individuals aged 50+ living in Portugal, Spain, Italy and Greece who were interviewed in wave 6 of the Survey of Health, Ageing and Retirement in Europe (SHARE). We conclude that older individuals who live alone and use the Internet have less frequent

feelings of loneliness than their peers (individuals in the same age group). The results of this study therefore reinforce the importance of policies aimed at digital inclusion.

Keywords: loneliness, internet, living alone, aged 50+.

Introdução

Viver só é cada vez mais frequente em idades avançadas (Mudrazija et al., 2020; Reher & Requena, 2018). Embora a vida a solo e a solidão surjam, por vezes, como sinónimos, na literatura, viver só – enquanto situação objetiva que remete para o tipo de agregado familiar do indivíduo – não se traduz necessariamente em solidão, ou seja, numa experiência negativa que ocorre quando existe uma discrepância entre as relações sociais desejadas e as estabelecidas (Domènech-Abella et al., 2017; Lasgaard et al., 2016; Perlman & Peplau, 1981; Vozikaki et al., 2018).

O impacto da vida a solo na solidão, em idades avançadas, tem sido debatido na literatura (Jong Gierveld et al., 2012; Victor et al., 2000). A maioria das pesquisas concluem que os indivíduos mais velhos que vivem sós apresentam uma maior probabilidade de experienciar sentimentos de solidão do que os que vivem com outros (Jong Gierveld et al., 2012; Savikko et al., 2005; Sundström et al., 2009; Victor et al., 2002; Yeh & Lo Kai, 2004). A vida a solo em idades mais avançadas está também associada a mais comportamentos de risco (Mudražija et al., 2019) e ao aumento da mortalidade precoce (Holt-Lunstad et al., 2015). No entanto, a literatura não é consensual e alguns estudos têm defendido que viver só, em idades avançadas, não está necessariamente associado a maior risco de mortalidade (Abell & Steptoe, 2021) e pode até contribuir positivamente para a vida dos adultos mais velhos (Eshbaugh, 2008; Walker & Hiller, 2007).

Segundo alguns estudos, os níveis de solidão entre os idosos que vivem sós tendem a ser mais elevados nos países onde a vida a solo é pouco frequente (Jylhä & Jokela, 1990). Com efeito, devido ao valor atribuído culturalmente à família, nos países do Sul da Europa, caracterizados como países “fortes em relações familiares” e onde a coresidência é elevada (de Belvis et al., 2008; Kohli et al. 2005, 2008), o impacto da vida a solo na solidão pode ser mais importante do que nos países do Centro e Norte da Europa, caracterizados por serem “países fracos em relações familiares” (Reher, 1998), uma vez que viver só pode constituir, nos países do Sul da Europa, uma situação não desejada pelos adultos mais velhos (Jylhä & Jokela, 1990). Com efeito, os estudos têm identificado níveis de solidão mais elevados nestes países (Sundström et al., 2009; Vozikaki et al., 2018).

A literatura tem salientado a importância das redes sociais para os adultos que vivem sós (Silva et al., 2022b; Zebhauser et al., 2009). Com efeito, redes familiares e de apoio social são cruciais para o bem-estar destes indivíduos (Ryu et al., 2021). Neste sentido a *internet* pode desempenhar um papel muito importante, uma vez que facilita o estabelecimento e a manutenção de redes sociais (Antonucci et al., 2017) e contribui para a qualidade de vida dos idosos residentes em países da Europa do Sul (Silva et al., 2018). Para além disso, a utilização da *internet* em idades mais avançadas tem sido associada a menos sentimentos de solidão (Choi et al., 2012; Fokkema & Knipscheer, 2007; Hagan et al., 2014; Khosravi et al., 2016; Şar et al., 2012) e a menor isolamento social (Silva et al., 2022a). Porém, a utilização da *internet* não consubstancia apenas aspetos positivos para os adultos mais velhos podendo, ao invés, impactar negativamente no seu bem-estar e nas suas redes sociais (Antonucci et al., 2017). Dos argumentos a favor dos efeitos nefastos da tecnologia nas relações sociais destaca-se o da “transferência de tempo”¹, segundo o qual quanto mais tempo as pessoas navegam na *internet*, menos tempo dedicam a interagir com a família e amigos (Nie et al., 2002).

A solidão em indivíduos mais velhos está associada a problemas de saúde física e mental (Hawkley et al., 2010; Perissinotto et al., 2012) e até a risco acrescido de mortalidade (Holt-Lunstad et al., 2015; Perissinotto et al., 2012).

As redes sociais, com o avançar da idade, tendem a sofrer um processo de reestruturação que é marcado sobretudo pela redução da sua dimensão (Antonucci et al., 2014). Simultaneamente, com o avançar da idade, tendem a surgir obstáculos (como o surgimento de novos problemas de saúde, a saída do mercado de trabalho, etc.) que interferem na manutenção das redes sociais (Antonucci et al., 2017). A *internet* pode contribuir para ultrapassar esses obstáculos (Antonucci et al., 2017). Porém, os adultos de 50 e mais anos, residentes no Sul da Europa, apresentam uma das mais baixas taxas de utilização da tecnologia (König et al., 2018), persistindo diversos obstáculos à sua inclusão digital (König et al., 2018; Silva et al., 2017).

Os estudos existentes salientam a importância da *internet* para a redução da solidão em os adultos mais velhos. Contudo, pouco se sabe sobre a importância que esta tecnologia pode ter junto de grupos com características específicas, como o dos europeus mais velhos que vivem sós no Sul da Europa. Assim, este estudo visa responder à seguinte pergunta de investigação: Pode a *internet* reduzir a solidão dos adultos de 50+ anos que vivem sós nos países do Sul da Europa?

1 *Time displacement.*

Metodologia

Análises estatísticas

As análises estatísticas foram realizadas com o *software* SPSS, versão 25. Num primeiro momento, foram realizadas análises descritivas univariadas ponderadas, de modo a obter uma amostra calibrada. Para avaliar a interdependência entre duas variáveis qualitativas utilizou-se o teste do Qui-Quadrado. Proce- deu-se também à comparação de médias através de testes *t de Student* para amostras independentes. Os resultados destes testes foram complementados com medidas de magnitude de efeito (*Cohen's d/Phi*). A interpretação dos resul- tados foi baseada em Cohen (1988).

Num segundo momento, testou-se o papel moderador da *internet* na relação entre a vida a solo e a solidão. Neste sentido, recorrendo-se ao *software* PROCESS, realizaram-se análises de regressão, com as variáveis centradas, para evitar proble- mas de multicolinearidade.

Amostra

Este estudo incide sobre 17228 indivíduos de 50 e mais anos, entrevistados em Por- tugal (N=1657), Espanha (N=5561), Itália (N=5197) e Grécia (N=4813) no âmbito da vaga 6 do projeto europeu *Survey of Health, Ageing and Retirement in Europe* (SHARE), cuja recolha de dados ocorreu em 2015².

A amostra é representativa da população não institucionalizada de 50 e mais anos, residente em Portugal, Espanha, Itália e Grécia. Com efeito, foram seleciona- das amostras probabilísticas em cada um destes países.

Os questionários em CAPI (*Computer Assisted Personal Interviewing*) foram aplicados, presencialmente, por entrevistadores devidamente formados. Têm uma duração média de cinquenta e cinco minutos, quando aplicados a um único indiví- duo do agregado ou de setenta minutos, quando aplicado a um casal. Informação adicional sobre a metodologia do estudo SHARE pode ser consultada nos manuais de metodologia do projeto (Malter & Börsch-Supan, 2013, 2017).

Variáveis

Variável dependente: Solidão, versão curta da escala R-UCLA (Malter & Börsch-Supan, 2013), frequentemente utilizada em estudos sobre a solidão em populações mais ve- lhas (Niedzwiedz et al., 2016; Shankar et al., 2011; Shiovitz-Ezra, 2013). A escala inclui

2 Última vaga do projeto em que as variáveis em análise foram incluídas no inquérito.

três questões: “Com que frequência se sente com falta de companhia?”, “Com que frequência se sente posto(a) de parte?” e “Com que frequência se sente isolado(a) dos outros?”. As respostas variam entre 1 (quase nunca ou nunca) a 3 (frequentemente). Os três itens formam uma escala que varia de três a nove pontos, em que valores elevados representam maiores níveis de solidão. O alpha de Cronbach da escala foi de 0,792, revelando assim uma boa consistência interna.

Variável moderadora: variável dicotômica relativa à utilização regular da *internet*: “utiliza internet”; “não utiliza internet”.

Variável de interesse: variável dicotômica relativa ao agregado familiar: “vive só”; “reside com uma ou mais pessoas”.

Incluíram-se também nas análises as covariáveis tradicionalmente consideradas em estudos sobre a solidão, ou seja, variáveis sociodemográficas, econômicas e de saúde (Aartsen & Jylhä, 2011; Dahlberg et al., 2015; Dahlberg & Mckee, 2014; Drageset et al., 2012; Hansen & Slagvold, 2016; Houtjes et al., 2014; Niedzwiedz et al., 2016; Perissinotto et al., 2012; Pinguart & Sorensen, 2001; Prieto-Flores et al., 2011; Savikko et al., 2005; Shiovitz-Ezra, 2013; Vozikaki et al., 2018; Zebhauser et al., 2009).

Covariáveis: Género: feminino, masculino; Anos de escolaridade; Auto percepção de stress financeiro: (1) “grande dificuldade” ou “alguma dificuldade” em suportar as despesas mensais e (0) “facilidade” ou “muita facilidade” em fazer face às despesas mensais; Redes sociais: escala que combina as cinco principais características da rede social, ou seja, a dimensão, a proximidade geográfica, a frequência de contato, a proximidade emocional e o tipo de relacionamento (a escala apresenta valores mais elevados para os indivíduos com uma rede de maior dimensão, com mais pessoas na rede que residem até 25 km de distância, com mais pessoas na rede que contactam semanalmente ou com mais frequência, com mais elementos na rede considerados como próximos ou muito próximos emocionalmente e com redes mais diversificadas, ou seja, com maior variedade de tipos de relacionamento) e varia de 0 a 4 valores, (Litwin & Levinson, 2018; Litwin & Stoeckel, 2014).

Foram também consideradas como covariáveis alguns indicadores de saúde: Sintomas depressivos avaliados pela escala EURO-D, distinguindo-se (1) os indivíduos com sintomas significativos de depressão, ou seja, que obtiveram uma pontuação igual ou superior a 4 pontos na escala Euro-D de 12 itens (Prince et al., 1999) e (0) os indivíduos que obtiveram pontuações inferiores na mesma escala; ABVD

(Atividades Básicas da Vida Diária): que remete para a presença ou ausência de dificuldades na realização de seis atividades básicas da vida diária (vestir, incluindo calçar meias e sapatos; andar pela casa; tomar banho ou duche; comer como, por exemplo, cortar a comida; deitar ou levantar da cama; usar a casa de banho, incluindo levantar ou sentar), tendo-se distinguido os indivíduos que declararam ter dificuldades em uma ou mais atividades básicas da vida diária (1) daqueles indivíduos que não declararam nenhuma limitação (0).

Resultados

A utilização da internet no Sul da Europa

No Sul da Europa, a *internet* é utilizada apenas por 34,4% dos adultos de 50 ou mais anos (Tabela 1). A Grécia apresenta a mais baixa percentagem de utilizadores desta tecnologia (27,9%) e a Espanha a mais alta (37,8%).

Relativamente a outra das principais variáveis de interesse desse estudo — a solidão — é possível observar, na mesma tabela, que os adultos de 50+ anos que residem na Grécia declaram o maior nível médio de solidão. Já os que residem em Espanha são os que experienciam menos esse sentimento.

Por fim, a residência a solo é mais frequente em Itália (25,5% dos adultos de 50+ anos vivem sós) e menos frequente em Portugal, onde apenas 13,4% dos respondentes residem sozinhos.

Na Tabela 2, coluna “amostra total”, podem observar-se as características sociodemográficas, económicas e de saúde dos entrevistados. Nos países do Sul da Europa, os indivíduos de 50 e + anos que utilizam a *internet* constituem um grupo minoritário (34,1%). Os participantes no projeto SHARE têm uma idade média de 66,7 anos ($dp=11,085$), pertencem maioritariamente ao sexo feminino (54,3%) e, em média, apresentam 8,8 ($dp=4,769$) anos de escolaridade. A maioria dos entrevistados (56,7%) declarou ter dificuldades em fazer face às despesas mensais.

Relativamente à saúde, apenas 29,2% dos indivíduos entrevistados relataram sintomas depressivos significativos e 12,5% limitações na realização de atividades básicas da vida diária. Ainda na mesma tabela é possível verificar que o indicador relativo à rede social apresenta uma pontuação média de 1,9 ($dp=0,829$), numa escala de 0 a 4 valores.

Finalmente, constata-se que 23% dos entrevistados residem sós e que, em média, apresentam níveis de solidão de 4,2 ($dp=1,620$), ou seja, níveis de solidão reduzidos.

A mesma tabela permite ainda comparar o grupo dos utilizadores da *internet* com o dos não utilizadores. Nesta comparação tivemos em conta a magnitude do

Tabela 1 A utilização da *internet*, o grau de solidão e a residência a solo em Portugal, Espanha, Itália e Grécia

	Amostra total	Portugal	Espanha	Itália	Grécia
Utilização da <i>internet</i> (%)	34,4%	31,5%	37,8%	33,8%	27,9%
Solidão média (dp)	4,17 (1,6)	3,99 (1,4)	3,74 (1,3)	4,35 (1,7)	4,90 (1,7)
Residência a solo (%)	22,4%	13,4%	20,1%	25,5%	22%

N= 17228 (N não ponderado).

Fonte: SHARE vaga 6, versão 6.1.1 dados ponderados.

Tabela 2 Características sociodemográficas, económicas e de saúde dos utilizadores e não utilizadores da *internet* dos países do Sul da Europa

Variáveis	Amostra total	Utilizadores	Não utilizadores	χ^2/t	Cohen's <i>d</i> / <i>Phi</i>
<i>Internet</i> (%)		34,1%	65,9%		
Sociodemográficas e económicas					
Idade média (dp)	66,7 (11,085)	59,1 (7,147)	70,5 (10,763)	-73,961***	-1,236**
Feminino (%)	54,3%	45,7%	58,7%	81,545***	-0,069
Masculino (%)	45,7%	54,3%	41,3%		
Anos de escolaridade média (dp)	8,8 (4,769)	12,0 (4,466)	7,0 (3,940)	63,827***	1,090**
Situação financeira positiva(%)	43,3%	51,0%	39,2%	493,052***	0,172*
Situação financeira negativa(%)	56,7%	49,0%	60,8%		
Saúde					
Com sintomas depressivos (Euro-D)	29,2%	19,2%	38,2%	552,113***	-0,161*
Sem sintomas depressivos (Euro-D)	63,9%	80,8%	61,8%		
ABVD (1+)(%)	12,5%	2,9%	17,5%	413,896***	-0,179*
Sem ABVD(%)	87,3%	97,1%	82,5%		
Redes sociais (0-4) (dp)	1,9 (0,829)	1,9 (0,812)	1,8 (0,834)	7,020 **	0,128
Vive só	23,0%	17,2%	25,9%	142,846***	-0,091
Não vive só	77,0%	82,8%	74,1%		
Solidão R-UCLA (3-9) (dp)	4,2 (1,620)	3,7%	4,4%	-24,541***	-0,419*

N= 17228 (N não ponderado).

*** p < 0.001; ** p < 0,01

Magnitude de efeito (*Cohen's d/Phi*): pequena *; elevada ou muito elevada**

Fonte: SHARE vaga 6, versão 6.1.1 dados ponderados.

efeito de amostras³ de grande dimensão que podem conduzir a resultados estatisticamente significativos, ainda que as diferenças entre grupos sejam reduzidas (

3 Os resultados são complementados com medidas de magnitude de efeito (*Cohen's d/Phi*), uma vez que as amostras de grandes dimensões podem conduzir a resultados estatisticamente significativos quando as diferenças entre os grupos são reduzidas.

Marôco, 2014). Assim, é possível afirmar que os utilizadores da *internet* são mais jovens que os seus homólogos não utilizadores (magnitude de efeito muito elevada) e apresentam, em média, um número de anos de escolaridade superior (magnitude de efeito muito elevada). O grupo dos utilizadores da *internet* distingue-se ainda do grupo dos não utilizadores no que diz respeito à capacidade de fazer face às despesas mensais. Com efeito, a percentagem de indivíduos que afirma conseguir fazer face às despesas com alguma facilidade é superior no grupo dos utilizadores da *internet* (magnitude de efeito pequena).

Relativamente à saúde mental e física, os utilizadores da *internet* apresentam menos sintomas depressivos (magnitude de efeito pequena) e mencionam menos limitações na realização de atividades básicas da vida diária (magnitude de efeito pequena), comparativamente aos seus pares não utilizadores da *internet*.

Por fim, os utilizadores da *internet* experienciam menores níveis solidão do que os seus homólogos não utilizadores (magnitude de efeito pequena).

A vida a solo e a solidão em adultos de 50+ anos: uma relação moderada pela internet

Na Tabela 3 são apresentados os resultados das análises de regressão, podendo observar-se no Modelo 1 o impacto das características sociodemográficas, económicas e de saúde, assim como da utilização da *internet* e da vida a solo, na solidão dos adultos de 50 e mais anos. Constata-se que a solidão aumenta à medida que se avança em idade e em número de anos de escolaridade e que é mais elevada para as mulheres. Por outro lado, conclui-se que a perceção positiva da situação financeira do agregado familiar está negativamente associada à solidão.

Relativamente à saúde mental e física, a existência de sintomas depressivos significativos, assim como de limitações na realização de atividades da vida diária estão associados a maiores níveis de solidão.

A rede social, assim como a utilização da *internet*, destacaram-se nesta análise ao se relacionarem com uma diminuição dos sentimentos de solidão, contrariamente ao viver só que constitui um preditor de incremento desses sentimentos entre os adultos de 50 e mais anos, residentes nos países da Europa do Sul.

No Modelo 2, a introdução do termo de interação permitiu evidenciar o papel moderador da *internet* na relação entre a vida a solo e a solidão. Com efeito, neste modelo é possível verificar que os indivíduos que vivem sós e utilizam a *internet* têm menos probabilidades (-,569, CI: -,720; -,0418; p=001) de reportar sentimentos de solidão do que os seus pares (indivíduos do mesmo escalão etário).

Tabela 3 O papel moderador da *internet* na relação entre viver só e a solidão

	Modelo 1			Modelo 2		
	B	SE	95% CI	B	SE	95% CI
Constante	3,271***	,112	3,051; 3,49	3,436***	,110	3,22; 3,653
Idade	,009***	,001	,006; ,012	,008***	,001	,006; ,011
Mulher	,199***	,025	,151; ,247	,193***	,024	,145; ,241
Escolaridade	,016***	,003	,010; ,021	,016***	,003	,010; ,022
Situação financeira positiva	-,474***	,025	-,523; - 425	-,477***	,025	-,526; -,428
Euro-D (≤ 4 sintomas depressivos)	1,181***	,027	1,128; 1,234	1,175***	,027	1,122; 1,228
ABVD (1+)	,373***	,044	,286; ,459	,374***	,044	,288; ,461
Redes sociais	-,131***	,014	-,160; -,103	-,130***	,014	-,158; -,102
<i>Internet</i>	-,167***	,031	-,227; -,107	-,190***	,031	-,252; -,131
Viver só	1,173***	,034	1,107; 1,240	1,136***	,034	1,068; 1,203
<i>Internet</i> * viver só				-,569***	,077	-,720; -,418

R²=,303; p= <.001R²=,306; p= <.001 ; R²chang =,003

N= 13111 (N ponderado)

*** p < 001

Fonte: SHARE vaga 6, versão 6.1.1 dados não ponderados.

Discussão

Os resultados deste estudo permitiram concluir que a utilização da *internet* está associada a menores probabilidades de solidão, nos países do Sul da Europa, contribuindo assim para o debate sobre a relação desta tecnologia com a solidão (Choi et al., 2012; Fokkema & Knipscheer, 2007; Hagan et al., 2014; Kraut et al., 1998; Şar et al., 2012; Sum et al., 2009). Os resultados evidenciam ainda que viver só é um preditor de níveis mais elevados de solidão, tal como concluem outras investigações (Jong Gierveld et al., 2012; Savikko et al., 2005; Sundström et al., 2009; Victor et al., 2002; Yeh & Lo Kai, 2004). Tal é também congruente com os estudos que identificam a residência a solo como preditor de maiores níveis de solidão nos adultos que residem no Sul da Europa (Vozikaki et al., 2018). De acordo com Dykstra (2009) existe uma tendência geográfica na distribuição da solidão na Europa, que se caracteriza por níveis mais elevados de solidão em adultos mais velhos residentes no Sul, onde as sociedades são mais orientadas para a família, contrariamente à tendência individualista do Norte da Europa.

O principal contributo científico deste trabalho prende-se com o papel moderador apontado à *internet*, na relação entre viver só e solidão nos países do Sul da Europa. Por outras palavras, este estudo inova ao evidenciar o facto da *internet* permitir reduzir a probabilidade dos indivíduos que vivem sós manifestarem sentimentos de solidão, quando comparados com os seus pares (indivíduos do mesmo escalão etário), nos países do Sul da Europa.

Estes resultados sugerem que a *internet* pode facilitar a manutenção e desenvolvimento de relações sociais (Antonucci et al., 2017; Martinez-Pecino et al., 2013), essenciais para que os indivíduos que vivem sós experienciem menos sentimentos de solidão (Zebhauser et al., 2009). Este resultado é especialmente importante nos países do Sul da Europa onde a coresidência é elevada (de Belvis et al., 2008; Kohli et al., 2005, 2008) e existe maior impacto da residência a solo nos níveis de solidão dos idosos, devido aos padrões culturais (Vozikaki et al., 2018).

Assim, tendo em conta que, nestes países, a utilização da *internet* tem sido associada a redes sociais de maior dimensão, a uma frequência mais elevada de contacto, a sentimentos de maior proximidade emocional com os membros da rede social e ainda a maior apetência para interação com os outros (Silva, 2019), a utilização desta tecnologia pode beneficiar o bem-estar dos adultos que residem sós.

Neste estudo foi também possível concluir, tal como em investigações anteriores (König et al., 2018), a persistência de baixas taxas de utilização da *internet* por parte dos adultos de 50+ anos que vivem no Sul da Europa. Com efeito, os quatro países do Sul da Europa incluídos no estudo, apesar de representarem diferentes contextos sociais, políticos e culturais, apresentam todos baixas taxas de utilização da tecnologia.

Este trabalho apresenta algumas limitações. A principal diz respeito à escassez de informação sobre a utilização da *internet*, no projeto SHARE. Esta limitação não permite analisar, por exemplo, a relação entre os diferentes tipos de utilização da *internet* e o sentimento de solidão.

Apesar desta limitação, permite evidenciar o papel positivo da *internet* para os indivíduos de idades avançadas que vivem sós, e que afirmam sofrer menos frequentemente de solidão do que os seus pares (indivíduos com as mesmas idades).

Conclusão

Esta investigação contribui para o debate científico sobre a importância da *internet* para a redução da solidão em adultos mais velhos que residem no Sul da Europa. Os resultados sublinham ainda a existência de uma relação entre a residência a solo e níveis mais elevados de solidão. Por outro lado, destacam o papel protetor desta tecnologia na relação entre a vida a solo e a solidão.

Estas conclusões remetem para a necessidade de desenvolvimento de políticas públicas que promovam a utilização da *internet* que é muito reduzida em idades avançadas, nos países do Sul da Europa (Silva et al., 2017).

Financiamento

Este trabalho foi financiado pela Fundação Calouste Gulbenkian e pela FCT/MCTES através de Fundos Nacionais (PIDDAC) e do Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional (FEDER) através do Programa Operacional PORNorte e PORLisboa, AAC N.º 01 / SAICT / 2016, Candidatura n.º 022209 DATALAB.

A nível internacional, a recolha de dados do SHARE foi financiada pela Comissão Europeia através do FP5 (QLK6-CT-2001-00360), FP6 (SHARE-I3: RII-CT-2006-062193, COMPARE: CIT5- CT-2005-028857, SHARELIFE: CIT4-CT-2006-028812), FP7 (SHARE-PREP: GA N.º 211909, SHARE-LEAP: GA N.º 227822, SHARE M4: GA N.º 261982), Horizonte 2020 (SHAREDEV3: GA N.º 676536, SERISS: GA N.º 654221).

Notas

Por decisão pessoal, os/as autores/as do texto escrevem segundo o novo acordo ortográfico.

Referências

- Aartsen, M., & Jylhä, M. (2011). Onset of loneliness in older adults: Results of a 28 year prospective study. *European Journal of Ageing*, 8(1), 31-38.
<https://doi.org/10.1007/s10433-011-0175-7>
- Abell, J. G., & Steptoe, A. (2021). Why is living alone in older age related to increased mortality risk? A longitudinal cohort study. *Age and Ageing*, 50(6), 2019-2024.
<https://doi.org/10.1093/ageing/afab155>
- Antonucci, T. C., Ajrouch, K. J., & Birditt, K. (2014). The convoy model: Explaining social relations from a multidisciplinary perspective. *Gerontologist*, 54(1), 82-92.
<https://doi.org/10.1093/geront/gnt118>
- Antonucci, T. C., Ajrouch, K. J., & Manalel, J. A. (2017). Social Relations and Technology: Continuity, Context, and Change. *Innovation in Aging*, 1(3), 1-9.
<https://doi.org/10.1093/geroni/igx029>
- Choi, M., Kong, S., & Jung, D. (2012). Computer and Internet Interventions for Loneliness and Depression in Older Adults: A Meta-Analysis. *Healthcare Informatics Research*, 18(3), 191-198.
<https://doi.org/https://doi.org/10.4258/hir.2012.18.3.191>
- Cohen, J. (1988). The t test for means. In J. Cohen (Ed.), *Statistical Power Analysis for the Behavioral Sciences* (2nd ed., pp. 19-74). Routledge.
<https://doi.org/10.1016/B978-0-12-179060-8.50007-4>

- Dahlberg, L., Andersson, L., McKee, K. J., & Lennartsson, C. (2015). Predictors of loneliness among older women and men in Sweden: A national longitudinal study. *Aging and Mental Health, 19*(5), 409-417. <https://doi.org/10.1080/13607863.2014.944091>
- Dahlberg, L., & McKee, K. J. (2014). Correlates of social and emotional loneliness in older people: Evidence from an English community study. *Aging and Mental Health, 18*(4), 504-514. <https://doi.org/10.1080/13607863.2013.856863>
- de Belvis, A. G., Avolio, M., Spagnolo, A., Damiani, G., Sicuro, L., Cicchetti, A., Ricciardi, W., & Rosano, A. (2008). Factors associated with health-related quality of life: the role of social relationships among the elderly in an Italian region. *Public Health, 122*(8), 784-793. <https://doi.org/10.1016/j.puhe.2007.08.018>
- Domènech-Abella, J., Lara, E., Rubio-Valera, M., Olaya, B., Moneta, M. V., Rico-Urbe, L. A., Ayuso-Mateos, J. L., Mundó, J., & Haro, J. M. (2017). Loneliness and depression in the elderly: the role of social network. *Social Psychiatry and Psychiatric Epidemiology, 52*(4), 381-390. <https://doi.org/10.1007/s00127-017-1339-3>
- Drageset, J., Espehaug, B., & Kirkevold, M. (2012). The impact of depression and sense of coherence on emotional and social loneliness among nursing home residents without cognitive impairment – a questionnaire survey. *Journal of Clinical Nursing, 21*(7-8), 965-974. <https://doi.org/10.1111/j.1365-2702.2011.03932.x>
- Dykstra, P. A. (2009). Older adult loneliness: Myths and realities. *European Journal of Ageing, 6*(2), 91-100. <https://doi.org/10.1007/s10433-009-0110-3>
- Eshbaugh, E. M. (2008). Perceptions of living alone among older adult women. *Journal of Community Health Nursing, 25*(3), 125-137. <https://doi.org/10.1080/07370010802221685>
- Fokkema, T., & Knipscheer, K. (2007). Escape loneliness by going digital: a quantitative and qualitative evaluation of a Dutch experiment in using ECT to overcome loneliness among older adults. *Aging & Mental Health, 11*(5), 496-504. <https://doi.org/10.1080/13607860701366129>
- Hagan, R., Manktelow, R., Taylor, B. J., & Mallett, J. (2014). Reducing loneliness amongst older people: a systematic search and narrative review. *Aging & Mental Health, 18*(6), 683-693. <https://doi.org/10.1080/13607863.2013.875122>
- Hansen, T., & Slagvold, B. (2016). Late-life loneliness in 11 European countries: Results from the Generations and Gender Survey. *Social Indicators Research, 129*(1), 445-464. <https://doi.org/https://doi.org/10.1007/s11205-015-1111-6>
- Hawkey, L., Thisted, R., Masi, C., & Cacioppo, J. (2010). Loneliness Predicts Increased Blood Pressure: 5-Year Cross- Lagged Analyses in Middle-Aged and Older Adults. *Psychol Aging, 25*(1), 132-141. <https://doi.org/10.1037/a0017805>
- Holt-Lunstad, J., Smith, T. B., Baker, M., Harris, T., & Stephenson, D. (2015). Loneliness and Social Isolation as Risk Factors for Mortality: A Meta-Analytic Review. *Perspectives on Psychological Science, 10*(2), 227-237. <https://doi.org/10.1177/1745691614568352>

- Houtjes, W., van Meijel, B., van de Ven, P. M., Deeg, D., van Tilburg, T., & Beekman, A. (2014). The impact of an unfavorable depression course on network size and loneliness in older people: A longitudinal study in the community. *International Journal of Geriatric Psychiatry*, 29(10), 1010-1017. <https://doi.org/10.1002/gps.4091>
- Jong Gierveld, J., Dykstra, P. A., & Schenk, N. (2012). Living arrangements, intergenerational support types and older adult loneliness in Eastern and Western Europe. *Demographic Research*, 27, 167-200. <https://doi.org/10.4054/DemRes.2012.27.7>
- Jylhä, M., & Jokela, J. (1990). Individual Experiences as Cultural – a Cross-cultural Study on Loneliness Among the Elderly. *Ageing and Society*, 10(3), 295-315. <https://doi.org/10.1017/S0144686X00008308>
- Khosravi, P., Rezvani, A., & Wiewiora, A. (2016). The impact of technology on older adults' social isolation. *Computers in Human Behavior*, 63, 594-603. <https://doi.org/10.1016/j.chb.2016.05.092>
- Kohli, M., Künemund, H., & Ludicke, J. (2005). Family structure, proximity and contact. In A. Börsch-Supan, A. Brugiavini, H. Jürges, J. Mackenbach, J. Siegrist, & G. Weber (Eds.), *Health, Ageing and Retirement in Europe* (pp. 164-170). Mannheim Research Institute for the Economics of Aging (MEA).
- Kohli, M., Kiinemund, H., & Vogel, C. (2008). Shrinking Families? Marital Status, Childlessness, and Intergenerational Relationships. In A. Börsch-Supan, A. Brugiavini, H. Jürges, A. Kapteyn, J. Mackenbach, J. Siegrist, & G. Weber (Eds.), *Health, Ageing and Retirement in Europe (2004-2007) – Starting the longitudinal dimension* (pp. 166-173). Mannheim Research Institute for the Economics of Aging (MEA).
- König, R., Seifert, A., & Doh, M. (2018). Internet use among older Europeans: an analysis based on SHARE data. *Universal Access in the Information Society*, 17(3), 621-633. <https://doi.org/10.1007/s10209-018-0609-5>
- Kraut, R., Patterson, M., Lundmark, V., Kiesler, S., Mukopadhyay, T., & Scherlis, W. (1998). Internet Paradox: A social technology that reduces social involvement and psychological well-being? *American Psychologist*, 53(9), 1017-1031. <https://doi.org/10.1037//0003-066x.53.9.1017>
- Lasgaard, M., Friis, K., & Shevlin, M. (2016). "Where are all the lonely people?" A population-based study of high-risk groups across the life span. *Social Psychiatry and Psychiatric Epidemiology*, 51(10), 1373-1384. <https://doi.org/10.1007/s00127-016-1279-3>
- Litwin, H., & Levinson, M. (2018). The association of mobility limitation and social networks in relation to late-life activity. *Ageing & Society*, 38(9), 1771-1790. <https://doi.org/10.1017/S0144686X1700023X>
- Litwin, H., & Stoeckel, K. (2014). Engagement and social as elements of active ageing: an analysis of older europeans. *Sociologia e Politiche Sociali*, 17(3), 9-31. <https://doi.org/10.3280/SP2014-003002>
- Malter, F., & Börsch-Supan, A. (Eds.) (2013). *Share Wave 4: Innovations & Methodology*. Munich Center for the Economics of Aging (MEA).

- Malter, F., & Börsch-Supan, A. (Eds.) (2017). *SHARE Wave 6: Panel Innovations and collecting Dried Blood Spots*. Munich Center for the Economics of Aging (MEA).
- Marôco, J. (2014). *Análise estatística com o SPSS statistics* (6ª ed.). ReportNumber.
- Martinez-Pecino, R., Delerue Matos, A., & Silva, P. (2013). Portuguese older people and the Internet: Interaction, uses, motivations, and obstacles. *Communications*, 38(4), 331-346. <https://doi.org/10.1515/commun-2013-0020>
- Mudrazija, S., Angel, J. L., Cipin, I., & Smolic, S. (2020). Living Alone in the United States and Europe: The Impact of Public Support on the Independence of Older Adults. *Research on Aging*, 42(5-6), 150-162. <https://doi.org/10.1177/0164027520907332>
- Mudražija, S., Smolić, Š., & Čipin, I. (2019). Living alone in Europe and health behaviours. In A. Börsch-Supan, J. Bristle, K. Andersen-Ranberg, A. Brugiavini, F. Jusot, H. Litwin, & G. Weber (Eds.), *Health and socio-economic status over the life course* (pp. 249-258). Gruyter. <https://doi.org/10.1515/9783110617245-026>
- Nie, N., Hillygus, S., & Erbringer, L. (2002). Internet Use, Interpersonal Relations, and Sociability: A Time Diary Study. In B. Wellman, & C. Haythornthwaite (Eds.), *The Internet in Everyday Life* (pp. 215-243). Blackwell Publishers Ltd.
- Niedzwiedz, C. L., Richardson, E. A., Tunstall, H., Shortt, N. K., Mitchell, R. J., & Pearce, J. R. (2016). The relationship between wealth and loneliness among older people across Europe: Is social participation protective? *Preventive Medicine*, 91, 24-31. <https://doi.org/10.1016/j.ypmed.2016.07.016>
- Perissinotto, C., Cenzer, I., & Kenneth, C. (2012). Loneliness in Older Persons: A predictor of functional decline and death. *Arch Intern Med*, 172(14), 1078-1084. <https://doi.org/10.1001/archinternmed.2012.1993>.
- Perlaman, D., & Peplau, L. A. (1981). Toward a Social Psychology of Loneliness. In S. Duck, & R. Gilmour (Eds.), *Personal relationships in disorder* (pp. 31-56). Academic.
- Pinquart, M., & Sorensen, S. (2001). Influences on Loneliness in Older Adults: A Meta-Analysis. *Basic and Applied Social Psychology*, 23(4), 245-266. <https://doi.org/10.1207/153248301753225702>
- Prieto-Flores, M.-E., Forjaz, M. J., Fernandez-Mayoralas, G., Rojo-Perez, F., & Martim-Martinez, P. (2011). Factors Associated With Loneliness of Noninstitutionalized and Institutionalized Older Adults. *Journal of Aging and Health*, 23(1), 177-194. <https://doi.org/10.1177/0898264310382658>
- Prince, M. J., Reischies, F., Beekman, A. T. F., Fuhrer, R., Jonker, C., Kivela, S. L., Lawlor, B. A., Lobo, A., Magnusson, H., Fichter, M., Van Oyen, H., Roelands, M., Skoog, I., Turrina, C., & Copeland, J. R. M. (1999). Development of the EURO-D scale – A European Union initiative to compare symptoms of depression in 14 European centres. *British Journal of Psychiatry*, 174(4), 330-338. <https://doi.org/10.1192/bjp.174.4.330>
- Reher, D. (1998). Family Ties in western Europe: persistent contrasts. *Population and Development Review*, 24(2), 203-234. <https://doi.org/10.2307/2807972>
- Reher, D., & Requena, M. (2018). Living Alone in Later Life: A Global Perspective. *Population and Development Review*, 44(3), 427-454. <https://doi.org/10.1111/padr.12149>

- Ryu, S. I., Cho, B. L., Chang, S. J., Ko, H., Yi, Y. M., Noh, E. Y., Cho, H. R., & Park, Y. H. (2021). Factors Related to Self-Confidence to Live Alone in Community-Dwelling Older Adults: A Cross-Sectional Study. *BMC Geriatrics*, 21(1), 1-12. <https://doi.org/10.1186/s12877-021-02214-w>
- Şar, A. H., Göktürk, G. Y., Tura, G., & Kazaz, N. (2012). Is the Internet Use an Effective Method to Cope With Elderly Loneliness and Decrease Loneliness Symptom? *Procedia – Social and Behavioral Sciences*, 55, 1053-1059. <https://doi.org/10.1016/j.sbspro.2012.09.597>
- Savikko, N., Routasalo, P., Tilvis, R. S., Strandbeg, T., & Pikala, K. . (2005). Predictors and subjective causes of loneliness in an aged population. *Archives of Gerontology and Geriatrics*, 41(3), 223-233.
- Shankar, A., Mcmunn, A., Banks, J., & Steptoe, A. (2011). Loneliness, Social Isolation, and Behavioral and Biological Health Indicators in Older Adults. *Health Psychology*, 30(4), 377-385. <https://doi.org/10.1037/a0022826>
- Shiovitz-Ezra, S. (2013). Confidant networks and loneliness. In A. Börsch-Supan, M. Brandt, H. Litwin, & G. Weber (Eds.), *Active ageing and solidarity between generations in Europe. First results from SHARE after the economic crisis* (pp. 349-358). <https://doi.org/10.1515/9783110295467.349>
- Silva, P. (2019). *Velhas Redes Sociais, Novos Meios de Comunicação: a importância das Redes Sociais e da utilização da Internet para a Qualidade de Vida de indivíduos de 50 + anos* [Tese de doutoramento, Universidade do Minho]. Repositório UM. <https://hdl.handle.net/1822/60290>
- Silva, P., Delerue Matos, A., & Martinez-Pecino, R. (2017). E-inclusion: Beyond individual socio- demographic characteristics. *Plos One*, 12(9), e0184545. <https://doi.org/10.1371/journal.pone.0184545>
- Silva, P., Delerue Matos, A., & Martinez-Pecino, R. (2018). Confidant Network and Quality of Life of Individuals Aged 50+: The Positive Role of Internet Use. *Cyberpsychology, Behavior, and Social Networking*, 21(11), 694-702. <https://doi.org/10.1089/cyber.2018.0170>
- Silva, P., Delerue Matos, A., & Martinez-Pecino, R. (2022a). The Contribution of the Internet to Reducing Social Isolation in Individuals Aged 50 Years and Older: Quantitative Study of Data From the Survey of Health, Ageing and Retirement in Europe. *Journal of Medical Internet Research*, 24(1), e20466. <https://doi.org/10.2196/20466>
- Silva, P., Delerue Matos, A., & Martinez-Pecino, R. (2022b). The protective role of the Internet in depression for Europeans aged 50+ living alone. *Social Media & Society*, 8(1), 1-9. <https://doi.org/10.1177/20563051221077675>
- Sum, S., Mathews, R. M., Pourghasem, M., & Hughes, I. (2009). Internet Use as a Predictor of Sense of Community in Older People. *CyberPsychology & Behavior*, 12(2), 235-239. <https://doi.org/10.1089/cpb.2008.0150>

- Sundström, G., Fransson, E., Malmberg, B., & Davey, A. (2009). Loneliness among older Europeans. *European Journal of Ageing, 6*(4), 267-275.
<https://doi.org/10.1007/s10433-009-0134-8>
- Victor, C., Scambler, S., Bond, J., & Bowling, A. (2000). Being alone in later life: loneliness, social isolation and living alone. *Reviews in Clinical Gerontology, 10*(4), 407-417. <https://doi.org/10.1017/S0959259800104101>
- Victor, C., Scambler, S. J., Shah, S., Cook, D. G., Harris, T., Rink, E., & De Wilde, S. (2002). Has loneliness amongst older people increased? An investigation into variations between cohorts. *Ageing and Society, 22*(5), 585-597.
<https://doi.org/10.1017/S0144686X02008784>
- Vozikaki, M., Papadaki, A., Linardakis, M., & Philalithis, A. (2018). Loneliness among older European adults: results from the survey of health, aging and retirement in Europe. *Journal of Public Health: From Theory to Practice, 26*(6), 613-624.
<https://doi.org/10.1007/s10389-018-0916-6>
- Walker, R. B., & Hiller, J. E. (2007). Places and health: A qualitative study to explore how older women living alone perceive the social and physical dimensions of their neighbourhoods. *Social Science and Medicine, 65*(6), 1154-1165.
<https://doi.org/10.1016/j.socscimed.2007.04.031>
- Yeh, S.-C., & Lo Kai, S. (2004). Living alone, social support, and feeling lonely among the elderly. *Social Behavior and Personality, 32*(2), 129-138.
<https://doi.org/10.2224/sbp.2004.32.2.129>
- Zebhauser, A., Baumert, J., Emeny, R., Ronel, J., Peters, A., & Ladwing, K. (2009). What prevents old people living alone from feeling lonely? Findings from the KORA-Age-study. *Aging & Mental Health, 19*(9), 773-780.
<https://doi.org/10.1080/13607863.2014.977769>

Data de submissão: 02/06/2021 | **Data de aceitação:** 26/06/2022



REDUÇÃO DAS DESIGUALDADES NO ÂMBITO DA AGENDA 2030 DA ONU

REDUCING INEQUALITIES IN THE FRAMEWORK OF THE UN 2030 AGENDA

Sara Franco da Silva

FUNÇÕES: Concetualização, Metodologia, Supervisão, Visualização, Redação do rascunho original, Redação – revisão e edição

AFILIAÇÃO: Iscte – Instituto Universitário de Lisboa, Escola de Sociologia e Políticas Públicas, CIES-Iscte, Centro de Investigação e Estudos de Sociologia. Av. das Forças Armadas, 1649-026 Lisboa, Portugal

E-mail: sara_franco_silva@iscte-iul.pt | ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-2871-5898>

Maria do Carmo Botelho

FUNÇÕES: Curadoria dos dados, Análise formal, Metodologia, Software, Visualização, Redação do rascunho original, Redação – revisão e edição

AFILIAÇÃO: Iscte – Instituto Universitário de Lisboa, Escola de Sociologia e Políticas Públicas, Departamento de Métodos e Pesquisa Social, CIES-Iscte, Centro de Investigação e Estudos de Sociologia. Av. das Forças Armadas, 1649-026 Lisboa, Portugal

E-mail: maria.botelho@iscte-iul.pt | ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-2161-4912>

Rosário Mauritti

FUNÇÕES: Concetualização, Análise formal, Metodologia, Software, Supervisão, Visualização, Redação do rascunho original, Redação – revisão e edição

AFILIAÇÃO: Iscte – Instituto Universitário de Lisboa, Escola de Sociologia e Políticas Públicas, Departamento de Sociologia, CIES-Iscte, Centro de Investigação e Estudos de Sociologia. Av. das Forças Armadas, 1649-026 Lisboa, Portugal

E-mail: rosario.mauritti@iscte-iul.pt | ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-9539-5647>

Nuno Nunes

FUNÇÕES: Concetualização, Metodologia, Redação do rascunho original, Redação – revisão e edição

AFILIAÇÃO: Iscte – Instituto Universitário de Lisboa, Escola de Sociologia e Políticas Públicas, CIES-Iscte, Centro de Investigação e Estudos de Sociologia. Av. das Forças Armadas, 1649-026 Lisboa, Portugal

E-mail: nuno.nunes@iscte-iul.pt | ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-0337-6145>

Luís Cabrita

FUNÇÕES: Metodologia, Redação – revisão e edição

AFILIAÇÃO: Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa. Av. Prof. Aníbal de Bettencourt, 9, 1600-189 Lisboa, Portugal

E-mail: luiscab200@hotmail.com | ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-8362-7463>

Daniela Craveiro

FUNÇÕES: Metodologia, Redação – revisão e edição

AFILIAÇÃO: Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa, Grupo de Investigação Percursos de Vida, Desigualdade e Solidariedade: Práticas e Políticas. Av. Prof. Aníbal de Bettencourt, 9, 1600-189 Lisboa, Portugal

E-mail: daniela.craveiro@ics.ulisboa.pt | ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-4365-2255>

Resumo: As desigualdades sociais ocupam um lugar central nas discussões científicas, políticas e internacionais acerca do desenvolvimento humano. Em setembro de 2015, as Nações Unidas adotaram a Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável, na qual a problemática das desigualdades constitui uma preocupação transversal. Tendo como foco o Objetivo de Desenvolvimento Sustentável (ODS) 10

(Meta 10.2), procuramos entender em que medida o *European Social Survey* (2016) se configura como uma solução adequada para a análise das desigualdades sociais no âmbito do desenvolvimento sustentável. Face à urgência de definir um sistema de indicadores robusto que permita a monitorização do progresso dos países face ao cumprimento dos ODS, propomo-nos a operacionalizar um conjunto de indicadores que, indo mais longe do que os indicadores já propostos pela ONU e pelo Eurostat, permitam compreender como diferentes níveis de inclusão social, económica e política são influenciados por desigualdades sociais nos diferentes países europeus.

Palavras-chave: desigualdades sociais, inclusão, Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, análise multidimensional.

Abstract: Social inequalities take a central place in scientific, political, and international discussions about human development. In September 2015, the United Nations adopted the 2030 Agenda for Sustainable Development in which the subject of inequality is a cross-cutting concern. Focusing on Sustainable Development Goal (SDG) 10 (Target 10.2), this study seeks to understand to what extent the European Social Survey (2016) represents an adequate solution for the analysis of social inequalities within the framework of sustainable development. Given the urgency of defining a robust system of indicators that allows the monitoring of progress of countries in achieving the SDGs, we propose to operationalise a set of indicators which will allow us to understand how different levels of social, economic, and political inclusion are influenced by social inequalities in different European countries, going beyond the indicators already proposed the UN and Eurostat.

Keywords: social inequalities, inclusion, Sustainable Development Goals, multidimensional analysis.

Introdução

Os fenómenos contemporâneos da globalização, o aumento da adoção de políticas neoliberais de fortalecimento dos mercados financeiros e do capital em detrimento do trabalho, a flexibilização da gestão por via do incremento, sem precedentes, de mecanismos tecnológicos automatizados e de ferramentas digitais ou a crise energética global têm contribuído para alterações significativas nos modos de funcionamento das sociedades. Como consequência destas dinâmicas, a nível mundial, tem-se verificado o aumento do fosso entre os detentores da riqueza e do poder e aqueles que “ficam para trás” (Costa, 2012; Milanovic, 2016; Piketty, 2014; Tilly, 2005). As desigualdades no mundo estão a aumentar e os seus efeitos na estrutura das sociedades são transversais, interligando-se de forma complexa com uma variedade de fenómenos económicos, culturais, políticos e ambientais (Alvaredo et al., 2018; Dorling, 2017, 2018; Lamont, 2018; Piketty, 2020).

As teorias mais avançadas das desigualdades enfatizam o seu caráter multidimensional, sistémico e plural, bem como as suas dinâmicas interativas, de natureza cumulativa (Bourdieu, 1979; Costa, 2012; Lamont, 2019; Therborn, 2013, 2020; Tilly, 1998).

O atual contexto da sociedade digital, onde se assiste ao desenvolvimento intensivo dos processos de digitalização, robotização ou automação, converge numa intensificação estrutural das desigualdades, na medida em que os indivíduos com qualificações médias ou elementares, empregues em atividades rotineiras e repetitivas, estão particularmente permeáveis ao risco de substituição da sua força de trabalho por mecanismos automatizados, podendo vir a configurar-se como uma “classe inútil” (Harari, 2018).

Este trabalho, tendo como pano de fundo a Agenda 2030 das Nações Unidas para o Desenvolvimento Sustentável, com especial enfoque no Objetivo de Desenvolvimento Sustentável (ODS) 10 (redução das desigualdades), tem dois objetivos abrangentes: *i*) investigar as diferentes configurações de inclusão social, económica e política nos países europeus; *ii*) analisar as relações de vários tipos de desigualdades com as configurações de inclusão europeias. Para tal, desenvolvem-se análises multivariadas e articulam-se vários métodos estatísticos, nomeadamente, Análise de Clusters e Modelos de Regressão, com base nos microdados do *European Social Survey* (2016).

O foco é explorar a interação entre as dimensões *distributivas* (educação e rendimentos) e *categoriais* (classe social, condição económica, idade, género, etnia, deficiência, naturalidade e religião) das desigualdades sociais e as suas relações com a inclusão: *i*) social (operacionalizada a partir das perceções das pessoas sobre o estado dos serviços de saúde e das instituições educativas, utilização da *internet*, confiança interpessoal e perceção de discriminação); *ii*) económica (procurando entender de que forma as desigualdades sociais se relacionam com os diferentes tipos de contrato de trabalho, a sindicalização e a insegurança económica); e, *iii*) política (procurando demonstrar como esta é limitada pela confiança institucional e satisfação com a democracia, pela capacidade política e responsividade e práticas de ação coletiva).

Tendo como enfoque o ODS 10, mais especificamente, a Meta 10.2, exploram-se as relações entre diferentes configurações de desigualdade e condições de inclusão nos territórios europeus. Além disso, pretende-se contribuir para a conceção de um sistema de indicadores harmonizados que permita apoiar a análise das desigualdades e da inclusão de forma consistente nos diversos países. Este sistema procura melhorar os indicadores já apresentados, nomeadamente, pela ONU, Eurostat e OCDE, conferindo-lhes, ao mesmo tempo, um maior potencial interpretativo.

Desigualdades e inclusão na agenda global do bem-estar

Os indicadores relativos ao crescimento e desempenho económico têm-se revelado insuficientes para medir o progresso social das sociedades (Stiglitz et al., 2019).

A centralidade global que atualmente é conferida ao problema das desigualdades, por parte das principais instituições e organizações internacionais, estados nacionais e sociedades civis, deveu-se, em grande medida, à capacidade que as ciências sociais tiveram em demonstrar o caráter estrutural das desigualdades entre países e no interior dos países, e a sua persistência e intensificação ao longo dos anos (Atkinson, 2015; Milanovic, 2016; Piketty, 2014, 2020).

Enquanto prolongamento teórico-analítico da sociologia das classes sociais, a problemática das desigualdades sociais contemporâneas, que não se esgota nas desigualdades de rendimentos (Costa & Mauritti, 2018; Grusky & Hill, 2018; Mauritti et al., 2016; Savage, 2021), suporta novos horizontes científico-sociais e de políticas públicas nacionais e internacionais, em temas urgentes como as alterações climáticas (Chancel, 2020), a justiça distributiva (Chancel et al., 2021; Dorling, 2018), a diferenciação cultural (Flemmen et al., 2018), a participação democrática (Gethin et al., 2021), as dinâmicas do capitalismo atual (Milanovic, 2019) e o desenvolvimento sustentável (Wilkinson & Pickett, 2020).

Atualmente, é consensual a ideia de que as desigualdades sociais constituem um obstáculo à construção de sociedades mais inclusivas (Therborn, 2013), pois geram uma gama vasta de injustiças, discriminação e estigmatização, que se (re)produzem estrutural e culturalmente (Fraser, 2008; Lamont, 2018), corroendo as instituições e os laços sociais entre os indivíduos (Putnam, 2020) e desencadeando múltiplas formas de exclusão social que refletem a qualidade de vida, o bem-estar e o desenvolvimento sustentável das sociedades (Bertin & Moro, 2021). Assim, e de forma contrária, a igualdade potencia a inclusão social, económica e política (Dorling, 2017, 2018).

Segundo Silver (2015), apesar da definição do conceito de inclusão social variar nos diferentes contextos, ao nível local ou nacional, pode ser definido de uma forma geral como um processo multidimensional e relacional, que pressupõe o aumento de oportunidades de participação social, o reforço das capacidades para cumprir papéis sociais prescritos normativamente, o alargamento das condições de reconhecimento e de respeito (dignidade) e, ao nível coletivo, o reforço dos laços sociais, a coesão, integração ou solidariedade.

Tendo em conta o quadro teórico apresentado, a Figura 1 propõe o modelo conceptual e analítico que se pretende operacionalizar nesta pesquisa. Este modelo visa clarificar de que forma as desigualdades sociais contemporâneas mais

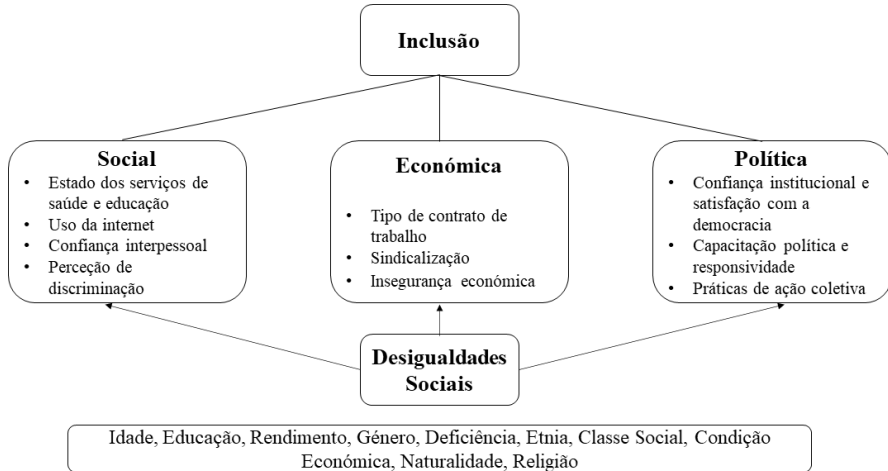


Figura 1 Modelo conceitual e analítico

Fonte: Elaboração própria.

significativas influenciam as dinâmicas da inclusão social, económica e política, tendo como campo de análise empírica o espaço social europeu.

A natureza multidimensional das interseções das desigualdades sociais contemporâneas (Costa et al., 2018; Mauritti et al., 2016) forma uma matriz estrutural constituída essencialmente por desigualdades na distribuição de recursos económicos e educativos (Atkinson, 2015; Bourdieu, 1979). Também incluídas nesta matriz estão as desigualdades derivadas da pertença a determinadas categorias sociais, tais como a classe social, o estatuto profissional, o género, a idade, a etnia, a deficiência, a naturalidade e a religião — todas elas teoricamente definidas como desigualdades *categoriais* (Costa & Mauritti, 2018; Tilly, 1998).

Temos ainda um longo caminho por percorrer antes de se alcançar a plena inclusão dos direitos sociais, económicos e políticos (Fraser, 2008). E, além disso, é fundamental assegurar que o trajeto de conquistas de direitos e garantias até agora percorrido não é revertido. Num contexto sociocultural muito marcado por experiências e perceções difusas de discriminação (Lamont, 2018), é particularmente relevante a análise dos mecanismos sociais que constituem entraves à plena participação e reconhecimento social. Num mundo cada vez mais globalizado, os valores fundamentais europeus da dignidade humana, da liberdade e da democracia estão sob ameaça. Estes três pilares do bem-estar são decisivos para determinar o grau de confiança interpessoal, reforçando o capital social inclusivo (Carmo & Nunes, 2013).

Nesta ótica, o presente estudo enfatiza também componentes de inclusão social ligadas à sociedade digital, na qual a literacia e as competências tecnológicas são essenciais (van Deursen & van Dijk, 2015). A análise realizada nesta vertente de inclusão procura ainda destacar os quadros institucionais mais ou menos facilitadores no acesso a serviços de bem-estar, nomeadamente de saúde, educação e segurança social, através dos quais os cidadãos constroem a sua perspetiva sobre o Estado social (Mauritti et al., 2020; Wilkinson & Pickett, 2009).

No nível socioeconómico, uma das tendências mais relevantes das últimas décadas é, inegavelmente, a diminuição das taxas de sindicalização, juntamente com o aumento das situações de trabalho precário e de insegurança económica (Kalleberg, 2018; Stiglitz et al., 2019; Waddington et al., 2019). Os números do desemprego são por si só motivo de preocupação, mas, ao mesmo tempo, não é menos desafiante o facto de que cada vez mais trabalhadores não terem acesso a empregos com salários justos, a proteção social e a outros direitos e garantias, que lhes permitam construir expectativas de futuro (ILO [International Labour Office], 2020).

A inclusão política é um dos principais desafios que as democracias enfrentam na atualidade, face a desafios globais ligados a nacionalismos, ao autoritarismo, à xenofobia, à intolerância e à tensão crescente de rotura dos laços comunitários (Broderick et al., 2018; Lamont, 2019). A confiança institucional e a satisfação com a democracia, a capacidade de interagir politicamente e o exercício efetivo da cidadania através da ação coletiva assumem uma posição central no nosso contexto histórico. Tais dimensões políticas estão associadas aos mecanismos de (des)igualdade social e aos processos de mobilidade social (Nunes & Raposo, 2018; Therborn, 2020).

O atual paradigma do progresso social assume a inclusão como um eixo fundamental do desenvolvimento sustentável das sociedades (UNECE [United Nations Economic Commission for Europe], 2020), estando presente em múltiplos ODS das Nações Unidas e em instrumentos de políticas públicas (De Neve & Sachs, 2020). A sua operacionalização perspetiva a oportunidade de recuperação do modelo social europeu e de construir uma economia do bem-estar (Bertin & Moro, 2021) capaz de enfrentar os desafios de coesão digital, ambiental e social que as instituições da União Europeia propuseram aos seus cidadãos, reduzindo simultaneamente as desigualdades entre e nos países europeus (Beckfield, 2019).

As desigualdades sociais são uma preocupação em toda a Agenda 2030 da ONU (Freistein & Mahlert, 2016) e, embora subjacente a vários objetivos, conta com um objetivo específico na Agenda: ODS 10 – Redução das desigualdades. Este ODS apresenta 10 metas, todas elas com vista a uma distribuição mais equilibrada

de recursos e oportunidades sociais. Focamo-nos em concreto na Meta 10.2: “Até 2030, capacitar e promover a inclusão social, económica e política de todos, independentemente da idade, género, deficiência, etnia, origem, religião, condição económica ou outra” (Resolution No. A/RES/70/1, 2015, p. 21).

Esta meta assenta numa perspetiva holística e multidimensional da inclusão, integrando não apenas objetivos económicos, mas também preocupações acerca das condições necessárias para que os indivíduos participem e sejam reconhecidos na sociedade (Sen, 2009). No presente artigo, procura-se a operacionalização de indicadores complementares para a sua monitorização. A proposta desenhada e analisada tem em conta as condições objetivas, as perceções e as práticas dos sujeitos, numa perspetiva multidimensional, e teoricamente informada na problemática das desigualdades sociais.

Metodologia

Para entender as relações multidimensionais entre as desigualdades sociais e a inclusão social, económica e política utilizou-se como fonte empírica os microdados do *European Social Survey* (ESS) referentes ao ano de 2016. Para a operacionalização do modelo conceptual (Figura 1) incluíram-se 21 países europeus, todos os participantes nesta ronda do ESS, com exceção de Israel e da Rússia — Alemanha, Áustria, Bélgica, Eslovénia, Espanha, Estónia, Finlândia, França, Hungria, Irlanda, Islândia, Itália, Lituânia, Noruega, Países Baixos, Polónia, Portugal, Reino Unido, República-Checa, Suécia e Suíça. Esta base de dados de acesso gratuito é aqui manobrada com o objetivo de ilustrar o potencial operativo e heurístico do modelo proposto, potencialmente replicável para outros períodos, utilizando a mesma referência de dados ou outra.

O ESS é um inquérito internacional realizado de dois em dois anos, em vários países da Europa, cujo objetivo é a recolha de informação relativa às atitudes, crenças e comportamentos dos cidadãos. Este inquérito segue padrões metodológicos e científicos rigorosos para assegurar que os dados recolhidos são representativos da diversidade de opiniões e de atitudes dos cidadãos (Wuyts & Loosveldt, 2019).

Tendo em conta o objetivo mais amplo desta pesquisa — a construção de um sistema multidimensional de indicadores para monitorizar a Meta 10.2 do ODS 10 — propõem-se as seguintes operações:

- 1.º Construção de um sistema de indicadores de monitorização da inclusão social, económica e política;
- 2.º Comparação dos graus de inclusão social, económica e política nos diferentes países europeus;

- 3.º Construção de perfis de países (*clusters*) a partir das suas condições de inclusão social, económica e política;
- 4.º Construção de um sistema de indicadores para monitorizar as desigualdades sociais;
- 5.º Monitorização das relações entre desigualdades e inclusão social, económica e política em cada um dos perfis de países.

Após mapear as questões do ESS (2016) capazes de medir os três graus de inclusão, efetuou-se uma análise exploratória das variáveis e avaliaram-se as suas distribuições, valores omissos, *outliers* e medidas descritivas.

Para reduzir a multidimensionalidade, aplicaram-se técnicas estatísticas multivariadas, Análises Fatoriais Lineares e Não Lineares (ACP e CatPCA) e Análise de Correspondências Múltiplas (ACM), de acordo com a natureza dos conjuntos de variáveis (Carvalho, 2017; Greenacre, 2007; Hair et al., 1998). O objetivo foi identificar variáveis latentes resultantes das interdependências entre as variáveis iniciais para criar indicadores quantitativos compósitos. Para a criação destes indicadores, a consistência interna foi avaliada com recurso ao alfa de Cronbach e revelou-se adequada (Marôco & Garcia-Marques, 2006). Na sequência foi possível estabilizar um conjunto de indicadores para cada dimensão de inclusão.

Relativamente à inclusão social é monitorizada através dos seguintes indicadores:

- a) *Perceção de discriminação*. Este indicador constitui uma medida sobre as perceções intersubjetivas dos indivíduos face a experiências de discriminação, refletindo a percentagem dos que admitem pertencer a um grupo discriminado, seja por razões étnicas, raciais, religiosas, relativas à sexualidade ou outras.
- b) *O tempo médio de utilização da internet por dia*. Analisou-se a distribuição dos valores e consideraram-se os valores entre 0 e 485 minutos (8h/dia); excluíram-se os *outliers*.
- c) *Avaliação dos serviços de saúde e de educação*. Criou-se um índice a partir das médias aritméticas das respostas às duas questões iniciais, que variam numa escala entre 0 – Extremamente mal a 10 – Extremamente bem (alfa de Cronbach = 0,608).
- d) *Confiança interpessoal*. Criou-se um indicador compósito estandardizado, onde os valores mais altos dos *scores* refletem a opinião de que a maioria das pessoas tenta ser justa, é de confiança, tenta ajudar os outros (alfa de Cronbach = 0,740, 65,9% da variância explicada)¹.

1 Definido a partir da Análise de Componentes Principais (ACP) (KMO=0,684).

Quanto à inclusão económica, utilizaram-se como indicadores:

- a) *Tipo de contrato* (sem termo, a termo, sem contrato).
- b) *Membro de um sindicato*.
- c) Insegurança económica². Um indicador compósito estandardizado, cujos *scores* com valores mais elevados refletem a perceção de maior probabilidade de não ter dinheiro suficiente para as necessidades do agregado familiar nos próximos 12 meses e a probabilidade de perder o emprego nos próximos 12 meses (alfa de Cronbach=0,758).

Para a construção da dimensão de inclusão política, foram utilizadas múltiplas questões do ESS as quais resultaram na criação dos seguintes indicadores compósitos:

- a) *Capacitação política e responsividade*³. Este indicador traduz a capacidade percebida pelo indivíduo para ter um papel ativo num grupo político, a confiança na sua própria capacidade para participar na política, o interesse pela política e a perceção de que o sistema político permite que as pessoas tenham influência sobre a política e uma palavra a dizer sobre o que o governo faz, bem como se votaram na última eleição (alfa de Cronbach=0,757).
- b) *Confiança institucional e satisfação com a democracia*⁴. Neste indicador compósito estandardizado, os valores mais altos dos *scores* refletem uma maior confiança nos políticos, nos partidos políticos, no governo, no sistema legal e uma maior satisfação com a democracia (alfa de Cronbach=0,893).
- c) *Práticas de ação coletiva*⁵. Neste indicador compósito estandardizado, os valores mais altos dos *scores* traduzem mais práticas como assinar uma petição, trabalhar numa organização/associação, trabalhar num partido político, postar ou partilhar algo sobre política ou boicotar produtos, nos últimos 12 meses (alfa de Cronbach=0,704).

Para uma análise descritiva e comparativa dos indicadores de cada dimensão de inclusão calcularam-se os valores médios para cada país.

De seguida, para segmentar e agrupar os países em função dos seus níveis de inclusão social, económica e política efetuou-se uma Análise de Clusters. Utilizaram-se 10 indicadores de inclusão como variáveis de segmentação e realizaram-se Análises

2 Definido a partir da Análise de Componentes Principais Categórica (CatPCA).

3 Definido a partir da Análise de Componentes Principais Categórica (CatPCA).

4 Definido a partir da Análise de Componentes Principais (ACP) (KMO= 0,839).

5 Definido a partir da Análise de Correspondências Múltiplas (ACM) (Inércia = 0,325).

Hierárquicas de Agrupamento com os métodos de agregação do vizinho mais afastado e de Ward, com a medição das distâncias pelo quadrado da distância euclidiana (Hair et al., 1998). Os diferentes métodos aplicados permitiram determinar o número de *clusters* de países e a estabilidade dos resultados, sendo o método de agregação de Ward utilizado no final para a segmentação dos países. Os *clusters* foram caracterizados de acordo com os indicadores de inclusão e analisaram-se as suas diferenças.

Relativamente às desigualdades, utilizaram-se indicadores de *género, idade, naturalidade, escolaridade, condição perante a atividade económica, doença ou deficiência, identificação com uma religião, percepção de pertença a grupos étnicos minoritários*. Adicionalmente, usou-se o indicador de *classe social* seguindo os procedimentos propostos na tipologia ACM (Costa 1999; Mauritti et al., 2016). Assim, os indivíduos foram classificados em cinco posicionamentos de classe: Empresários, Dirigentes e Profissionais Liberais (EDL), Profissionais Técnicos e de Enquadramento (PTE), Empregados Executantes (EE), Trabalhadores Independentes (TI), Operários (O). Os EDL configuram-se como a classe social mais dotada de recursos económicos, educativos e organizacionais, bem como de poder/*status*. Os PTE envolvem os indivíduos com qualificações intermédias ou superiores, que desenvolvem a sua atividade enquanto quadros ou técnicos assalariados, correspondendo às “classes médias”. Os EE são também assalariados, embora com um perfil de qualificações mais baixo, exercendo atividades de base na prestação de serviços de apoio administrativo, comerciais, pessoais e de segurança. Os TI correspondem a pequenos comerciantes, artesãos e prestadores de serviços, aproximando-se dos assalariados de base no que diz respeito às qualificações e rendimentos intermédios. Os Operários configuram-se como empregados em atividades agrícolas e da indústria com perfis qualificacionais baixos e muito baixos, dotados de menores recursos económicos, de poder/*status* (Costa & Mauritti, 2018).

Para avaliar as relações entre as desigualdades e a inclusão, efetuou-se a caracterização das desigualdades em cada *cluster* de países. Depois calcularam-se medidas de associação e correlação entre os indicadores e criaram-se variáveis *dummy*, tendo sido definidas categorias de referência para cada uma destas. Utilizou-se o Modelo de Regressão Linear Múltipla para os indicadores quantitativos da inclusão e avaliaram-se os pressupostos estatísticos envolvidos na análise, bem como o possível efeito da presença de *outliers*. No caso dos indicadores qualitativos e binários da inclusão – *contrato de trabalho* (sem termo, a termo ou sem contrato) e *sindicalização* – construíram-se Modelos de Regressão Logística (Marôco, 2018; Wooldridge, 2013). Relativamente às relações entre indicadores de desigualdade e inclusão, apresentam-se apenas os modelos nos quais a regressão teve capacidade de estimação dos resultados.

A inclusão social, económica e política na Europa

Inclusão social

Para operacionalizar a dimensão da inclusão social, analisaram-se os seguintes indicadores: *estado dos serviços de saúde e de educação, utilização da internet, confiança interpessoal e percepção de discriminação* (Figura 2).

No âmbito da inclusão social, os países do Norte e do Centro da Europa (Finlândia, Noruega, Islândia, Bélgica, Áustria, Países Baixos) são os que revelam, de uma forma geral, condições de inclusão mais favoráveis. Nestes países, o único elemento que emerge como desafio relaciona-se com as percepções de discriminação.

No que respeita à avaliação acerca do estado dos serviços de saúde e de educação, os países que apresentam os valores mais altos são a Noruega e a Finlândia, estando no extremo oposto desta componente de inclusão a Hungria, Polónia e Lituânia. A saúde e educação representam dois pilares fundadores do modelo de Estado social europeu, servindo de referência nas apreciações que os cidadãos projetam relativamente à qualidade dos serviços públicos de bem-estar (Mauritti et al., 2020).

Também no que concerne à “utilização da *internet*” — utilizado neste estudo, simultaneamente, como indicador de “inclusão digital” e de “desigualdade digital” (Reisdorf & Rhinesmith, 2020) —, verificam-se diferenças relevantes entre os países europeus: os cidadãos da Islândia, Suécia e Noruega reportam o dobro da frequência média de utilização diária em comparação com países como a Polónia, Eslovénia e Portugal. Perante o contexto desafiador da sociedade digital, a capacidade de mobilização de competências tecnológicas e digitais revela-se um elemento crucial, potenciador da inclusão nas várias esferas sociais (Harari, 2018). Os cidadãos dos países do Sul e Centro Europeu são, assim, os que tendem a encontrar-se em situações de maior desvantagem face aos novos parâmetros de economia e sociedade digitais.

Relativamente à confiança interpessoal (indicador que traduz o sentimento de que a maioria das pessoas é de confiança, é honesta e tenta ajudar os outros), os *scores* mais baixos observam-se na Polónia, Itália e Portugal, com valores claramente abaixo da média europeia, em forte contraste com a Noruega, Finlândia e Islândia, países cujos cidadãos reportam os níveis mais elevados de confiança nos outros. A confiança interpessoal é um fator relevante nas relações sociais mais prolongadas, sendo, por isso, fundamental para a criação de capital social e para a promoção de condições de segurança ontológica e maior ou menor ansiedade existencial (Giddens, 1997).

No que diz respeito às percepções de discriminação, verifica-se que estas são mais frequentes em países como a Islândia, Reino Unido e França. Na interpretação destes dados, importa ter em conta que os países cujos cidadãos estão mais conscientes de processos discriminatórios poderão também refletir índices mais elevados, relacionados

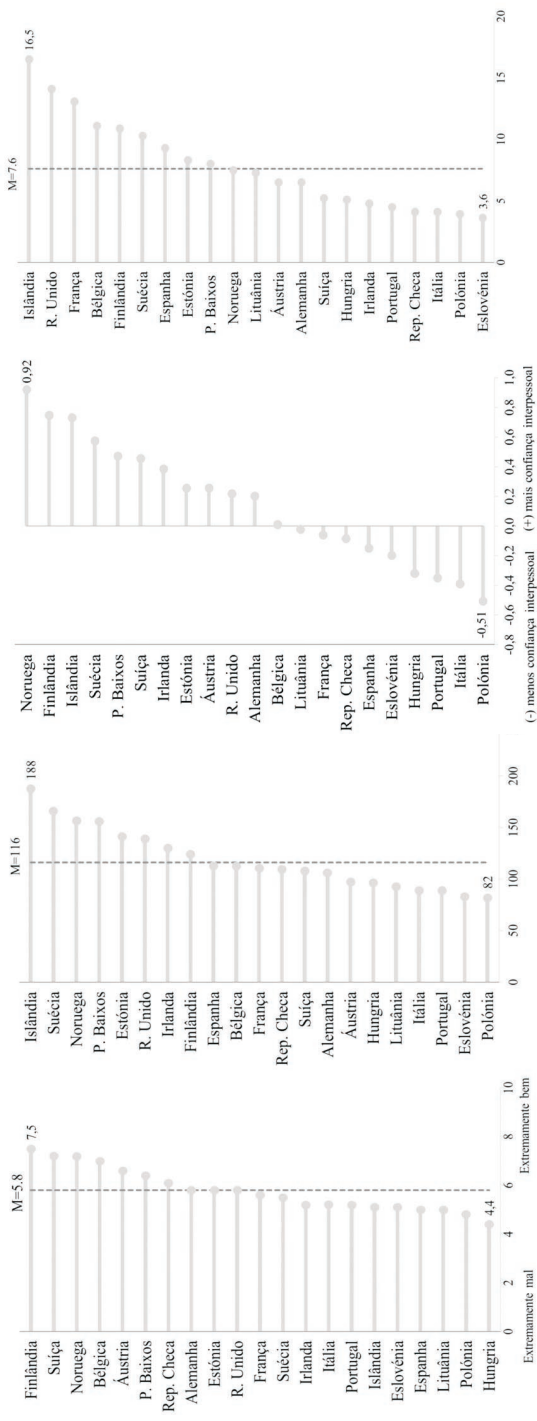


Figura 2 Indicadores de inclusão social por país

Fonte: ESS (2016).

com a maior percepção do caráter não legítimo da discriminação e com a “estranheza” ou a percepção de injustiça face a experiências de não identificação como igual por um outro (Abrams, 2010; Therborn, 2020). Na sua análise, Lamont et al. (2014) caracterizam os mecanismos discriminatórios como processos culturais que são parte integrante do quotidiano, com lógicas próprias face aos sistemas de oportunidades, relacionados com o que designa de “dimensões clássicas de desigualdades”, reportadas às diferentes categorias assinaladas no modelo de análise do presente estudo.

Inclusão económica

A inclusão económica mediu-se de acordo com a percentagem relativa de diferentes *tipos de contrato de trabalho*, percentagem de *sindicalização* e classificação da *insegurança económica* (Figura 3).

Relativamente ao tipo de contrato de trabalho, os irlandeses, os espanhóis, os portugueses e os polacos são os que tendem a apresentar níveis mais elevados de condições laborais precárias e informais, com mais situações de trabalhadores sem contrato de trabalho ou com contrato a termo. Estão aqui em evidência as dinâmicas de flexibilidade laboral associadas à instabilidade e fragilidade dos vínculos contratuais, com impactos na proteção social e financeira dos trabalhadores (ILO, 2020). No extremo oposto, estão países como a Estónia, Lituânia, Áustria e Hungria, cujos trabalhadores tendem a apresentar situações contratuais mais estáveis.

Em relação à sindicalização, observa-se que a percentagem média total de filiação em sindicatos e associações profissionais é de 16,5%. Este valor espelha os tempos difíceis que o sindicalismo assiste no contexto europeu (fenómeno que não é novo), no qual à exceção de países como a Islândia, Suécia, Noruega e Finlândia, esta percentagem não ultrapassa os 40%. Nos países nórdicos com maiores índices de sindicalização, o quadro institucional-legal determina que a filiação sindical seja assumida por defeito na formalização de um novo laço contratual. Nos restantes países, os valores de sindicalização reduzidos tendem a refletir lógicas de flexibilização e de desregulação do emprego e das relações laborais, ligadas ao aumento das formas de trabalho atípicas, como o trabalho a tempo parcial, o trabalho temporário, mediado por plataformas, entre outras. Modelos que contribuem para a individualização do trabalho e que colocam sérios desafios à organização destes trabalhadores enquanto coletivo (Waddington et al., 2019).

No que diz respeito ao sentimento de insegurança económica, o eixo vertical revela que os países da Europa do Norte e Central, com *scores* mais baixos neste indicador, contrastam com os países da Europa do Leste e do Sul, onde a insegurança económica, também relacionada com rendimentos médios mais baixos (Costa et al., 2018), é sentida de forma mais intensa. Nestes contextos, é mais frequente a existência

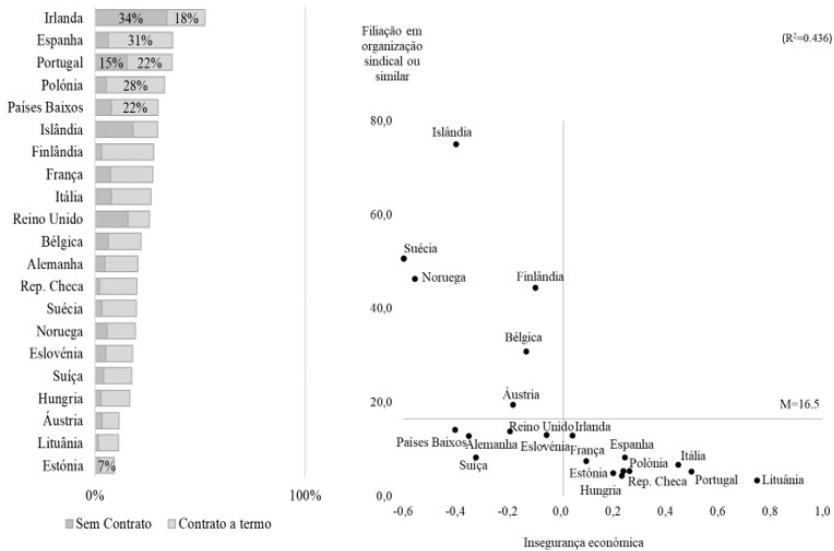


Figura 3 Indicadores de inclusão económica por país
Fonte: ESS (2016).

de situações de fragilidade e instabilidade económica e laboral, dado que os cidadãos tendem a reportar sentimentos de incerteza relativamente à possibilidade de perder o emprego no próximo ano, não ter dinheiro suficiente para fazer face às despesas do agregado familiar, bem como a viver com dificuldades com os rendimentos auferidos.

A Figura 3 demonstra ainda que países com níveis mais reduzidos de insegurança económica — Islândia, Suécia e Noruega — tendem a apresentar percentagens mais elevadas de trabalhadores sindicalizados (quadrante superior esquerdo); inversamente, a maioria dos países com *scores* mais altos para a insegurança económica — Lituânia e Portugal — têm níveis mais baixos de sindicalização (quadrante inferior direito). No entanto, esta relação não é linear, uma vez que alguns países com baixos níveis de insegurança económica — Holanda, Alemanha e Suíça — também têm baixos níveis de sindicalização (quadrante inferior esquerdo).

Inclusão política

Para a dimensão da inclusão política, analisaram-se os *scores* médios dos indicadores relativos à *capacitação política e responsividade, confiança institucional e satisfação com a democracia e práticas de ação coletiva* (Figura 4).

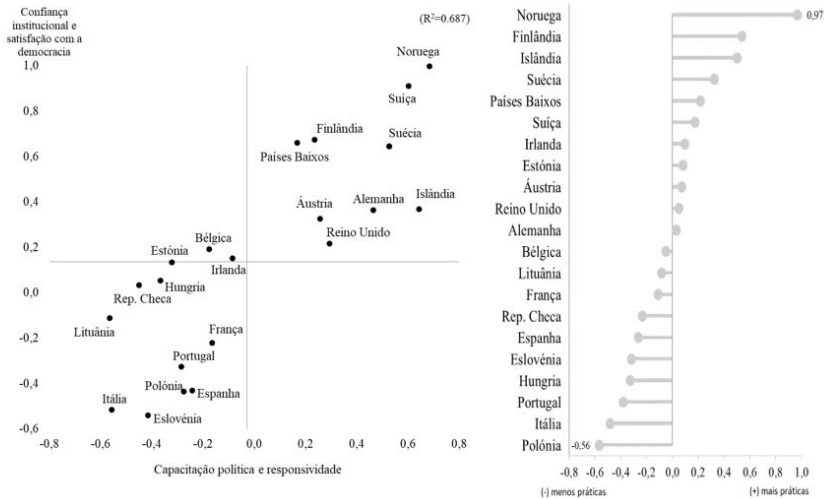


Figura 4 Indicadores de inclusão política por país
 Fonte: ESS (2016).

De uma forma geral, é notória a inclusão política mais favorável dos cidadãos do Norte e do Centro da Europa (Noruega, Finlândia, Islândia, Suécia), os quais registam valores mais positivos de confiança nas instituições e satisfação com a democracia, bem como maior capacitação e responsividade política. Os cidadãos destes países são também os que mais tendem a envolver-se politicamente através de práticas de ação coletiva. Apesar da complexidade crescente que também caracteriza estes países, os seus quadros relacionais assinalam, como referido em Almeida (2013), uma maior capacidade em termos de recursos de literacia política dos seus cidadãos. Assim, não obstante as mudanças radicais a que também estes países estão sujeitos, o contexto institucional estabelecido permite que os indivíduos continuem a percecionar nas instituições tradicionais de monitorização e proteção social um enquadramento coletivo das suas práticas (Beck, 2000).

No extremo oposto estão os países do Sul e do Leste Europeu (Polónia, Itália, Portugal, Hungria), cujos residentes reportam os níveis mais baixos de confiança institucional e satisfação com a democracia, capacitação e responsividade política e de envolvimento coletivo dos cidadãos (Nunes & Raposo, 2018). A maior apatia política, a falta de confiança, o desencanto e a frustração política, traços que tendem a ser prevaletentes nas práticas e orientações dos cidadãos destas regiões europeias, têm raízes profundas, já assinaladas por Giddens (2009), que as relaciona com a “baixa” identidade coletiva. Ou seja, se por um lado, há um apelo nas teorias normativas de

afirmação da importância legitimadora da participação política, por outro lado, através da leitura destes dados, sugere-se que estas democracias liberais funcionam com níveis de mobilização e participação coletiva reduzidos (Nunes, 2013).

Análise de Clusters

Para identificar diferentes perfis de inclusão social, económica e política na Europa, realizou-se uma Análise Hierárquica de Clusters, incluindo todos os indicadores das três dimensões da inclusão em estudo. Identificam-se três perfis de países.

Um primeiro perfil, correspondente ao *cluster 1*, aglomera 10 países do Centro e do Norte da Europa: Alemanha, Áustria, Bélgica, Finlândia, Noruega, Islândia, Países Baixos, Reino Unido, Suécia, Suíça. É o que apresenta os *scores* mais favoráveis em todas as variáveis incluídas na análise, com exceção da *perceção de discriminação e tipo de contrato de trabalho*. O *cluster 2* aglomera cinco países do Báltico e Leste europeu: Eslovénia, Estónia, Hungria, Lituânia, República-Checa. Este conjunto destaca-se pela inclusão social mais favorável no que concerne aos menores sentimentos de discriminação e pela inclusão económica mais favorável relativa à estabilidade contratual. O *cluster 3* reúne seis países: Espanha, França, Irlanda, Itália, Polónia e Portugal, e corresponde ao conjunto com níveis mais desfavoráveis de inclusão social, económica e política (Tabela 1).

Relativamente à inclusão social, o *cluster 1* aglomera os países que se diferenciam de forma positiva pela melhor avaliação que os cidadãos fazem acerca do desempenho dos serviços de saúde e de educação, pela maior frequência de utilização da *internet* e pela maior confiança interpessoal que os indivíduos estabelecem entre si. O *cluster 2* distingue-se pela inclusão de países cujos cidadãos reportam baixas perceções de discriminação. Já o *cluster 3* é o que apresenta os níveis mais baixos de confiança interpessoal, com *scores* negativos neste *cluster* (e também no 2).

No que diz respeito à inclusão económica, os países nórdicos caracterizam-se pelos níveis mais altos de sindicalização e correspondem a contextos em que os cidadãos se sentem menos inseguros do ponto de vista económico, dado que não temem o desemprego ou a perda de rendimentos.

Os países do Leste Europeu, posicionados no *cluster 2*, distinguem-se pela forte presença de trabalhadores com contratos de emprego permanentes, refletindo valores mais elevados no que concerne à estabilidade dos vínculos contratuais. Numa situação oposta estão os países do *cluster 3*, com uma maior presença de trabalhadores com situações de contratos irregulares (contrato a termo e sem contrato). Por conseguinte, estes contextos são os que apresentam os maiores desafios em termos de precariedade e formas atípicas de trabalho.

Tabela 1 Caracterização da inclusão social, económica e política nos *clusters*

Dimensão	Indicadores	Cluster 1 Alemanha, Áustria, Bélgica, Finlândia, Islândia, Noruega, Países Baixos, Reino Unido, Suécia, Suíça	Cluster 2 Eslovénia, Estónia, Hungria, Lituânia, Rep. Checa	Cluster 3 Espanha, França, Irlanda, Itália, Polónia, Portugal
Inclusão Social	Estado dos serviços de saúde e educação 0-extremamente mau; 10-extremamente bom	6.41	5.28	5.17
	Uso da <i>internet</i> (minutos/dia)	135.33	104.56	102.30
	Confiança interpessoal (-) menos confiança; (+) mais confiança	0.46	-0.07	-0.18
	Membro de um grupo discriminado (%)	9.66	5.68	6.62
Inclusão Económica	Tipo de contrato de trabalho: Sem termo (%)	77.59	84.98	64.42
	Tipo de contrato de trabalho: A termo (%)	15.22	12.16	22.80
	Tipo de contrato de trabalho: Sem (%)	7.21	2.84	12.78
	Sindicalização (%)	31.56	6.22	7.68
	Insegurança económica (-) menos insegurança; (+) mais insegurança	-0.32	0.28	0.26
Inclusão Política	Capacitação política e responsividade (-) menos capacitação, (+) mais capacitação	0.37	-0.42	-0.27
	Confiança institucional e satisfação com a democracia (-) menos confiança, (+) mais confiança	0.53	-0.09	-0.30
	Práticas de ação coletiva (-) menos práticas, (+) mais práticas	0.27	-0.37	-0.10

Fonte: ESS (2016).

Refletindo a importância de condições materiais de existência de maior favorecimento relativo (Almeida, 2013), nos países do *cluster 1*, a inclusão política volta a destacar-se positivamente apresentando *scores* melhorados em todos os indicadores desta dimensão. Pelo contrário, os *clusters 2* e *3*, onde estão posicionados os países do Leste e Sul da Europa, apresentam *scores* negativos na capacidade política e responsividade — os cidadãos destes países percebem que são menos “capazes de assumir um papel ativo num grupo político”, têm menos “confiança na sua própria capacidade de participar na política”, também estão menos “interessados na política” e, em geral, têm “menos confiança na representação política”. Do mesmo modo, são menos propensos a tomar iniciativas como contactar um político ou a envolverem-se numa organização política, são também menos propensos a assinar petições, a participar em manifestações ou em boicotes a determinados produtos ou a publicar conteúdos políticos na *internet*. Estes *clusters 2* e *3* têm ainda os *scores* mais baixos de confiança institucional e satisfação com a democracia. Nestes países, os cidadãos tendem a ter menos confiança tanto em relação às instituições

políticas como aos políticos, e expressam maiores graus de insatisfação com a forma como a democracia funciona no seu país.

Fatores de desigualdade que explicam a inclusão na Europa

Indicadores de desigualdade

A Tabela 2 destaca as variáveis de desigualdade que propomos operacionalizar para leitura dos objetivos da Meta 10.2. Os três *clusters* de países identificados integram múltiplos perfis estruturais, culturais, étnicos e religiosos, que definirão o modo como na Europa se configuram as desigualdades *categoriais* e *distributivas*.

O *cluster* 1 agrupa os países do Norte e do Centro da Europa. Este agrupamento é caracterizado pela maior presença de segmentos de classe social dotados de recursos socioprofissionais e socioeducativos ajustados aos requisitos de um contexto global marcado pelo domínio do conhecimento científico e das tecnologias de informação — os profissionais técnicos e de enquadramento (Tilly, 2005). Denota-se também um peso expressivo de categorias de assalariamento de base dos serviços de apoio, administrativos, comerciais e de segurança (empregados executantes, sobretudo mulheres), fundamentais no contexto de sociedades urbanas, muito estruturadas pela presença do setor terciário (Costa & Mauritti, 2018). Consistentes com estas características, os rendimentos médios dos cidadãos destes países são os mais elevados. Tais traços contribuem para que neles os fluxos de pessoas com proveniências territoriais diversas sejam também notórios através da presença mais elevada de pessoas naturais de outros países. A diversidade cultural da população que vive nestes contextos também se destaca na percentagem de pessoas que declaram pertencer a uma religião que não é a mais frequente. Este *cluster* 1 diferencia-se ainda pela presença significativa de pessoas com incapacidade/deficiência.

Quanto ao *cluster* 2, que integra os países do Báltico e do Leste Europeu (com exceção da Polónia), é caracterizado pela maior incidência de trabalhadores pouco qualificados e com referenciais remuneratórios relativamente mais baixos, que exercem profissões de assalariamento de base na indústria e na agricultura (operários). Nestes países, regista-se também uma maior presença de reformados, bem como de pessoas com deficiência. No geral, a menor abertura face aos fluxos de mobilidade internacional está patente na pouca presença relativa de cidadãos estrangeiros; apesar disto, um segmento expressivo identifica-se pela pertença a uma minoria étnico-cultural, enquanto a maioria afirma não pertencer a qualquer religião.

O *cluster* 3, formado pelos países do Sul Europeu, Irlanda e Polónia, tem um perfil de rendimentos ligeiramente melhorado em comparação com o

Tabela 2 Caracterização dos indicadores de desigualdade em cada *cluster*

Indicadores de desigualdade	Clusters								
	Alemanha, Áustria, Bélgica, Finlândia, Islândia, Noruega, Países Baixos, Reino Unido, Suécia, Suíça		Eslovénia, Estónia, Hungria, Lituânia, Rep. Checa		Espanha, França, Irlanda, Itália, Polónia, Portugal		Total		
	Média	Dp	Média	Dp	Média	Dp	Média	Dp	
Idade	47,3	18,93	47,5	18,21	47,8	18,64	47,5	18,67	
Anos completos de educação	13,3	3,66	12,7	3,21	12,5	4,36	12,9	3,81	
Rendimentos equivalentes (euros)	27439,45	20080,965	8146,85	5431,287	13907,86	11073,520	19058,28	17459,380	
Género	n	%	n	%	n	%	n	%	
	Masculino	8732	49,4	4389	47,0	5960	48,2	19082	48,4
	Feminino	8955	50,6	4942	53,0	6413	51,8	20310	51,6
	Total	17688	100,0	9331	100,0	12373	100,0	39392	100,0
Incapacitado nas atividades diárias por doença/deficiência/fragilidade/problema mental	Sim	4810	27,2	2700	29,0	2336	19,0	9846	25,1
	Não	12858	72,8	6607	71,0	9967	81,0	29433	74,9
	Total	17667	100,0	9307	100,0	12304	100,0	39278	100,0
Pertença a minoria étnica no país	Sim	1068	6,1	684	7,4	393	3,2	2145	5,5
	Não	16554	93,9	8573	92,6	11737	96,8	36863	94,5
	Total	17622	100,0	9257	100,0	12130	100,0	39008	100,0
Classes sociais	Empresários, Dirigentes e Profissionais Liberais (EDL)	586	3,6	197	2,4	398	3,8	1181	3,4
	Profissionais Técnicos e de Enquadramento (PTE)	6637	40,5	2587	31,5	3684	34,8	12909	36,7
	Trabalhadores Independentes (TI)	1075	6,6	451	5,5	1058	10,0	2584	7,3
	Empregados Executantes (EE)	5154	31,5	2370	28,9	3091	29,2	10615	30,2
	Operários (O)	2932	17,9	2606	31,7	2344	22,2	7882	22,4
	Total	16384	100,0	8212	100,0	10575	100,0	35171	100,0
Condição económica	Trabalho pago	9369	53,1	5379	57,7	6037	49,0	20785	52,9
	Estudantes	1873	10,6	789	8,5	1221	9,9	3883	9,9
	Desempregados	768	4,4	346	3,7	969	7,9	2083	5,3
	Doente ou incapacitado	554	3,1	200	2,1	240	1,9	994	2,5
	Reformado	3791	21,5	2159	23,2	2642	21,4	8592	21,9
	A fazer trabalho doméstico, tomar conta de crianças/outros	1034	5,9	396	4,3	1071	8,7	2501	6,4
	Outro	259	1,5	45	0,5	144	1,2	449	1,1
	Total	17648	100,0	9314	100,0	12325	100,0	39287	100,0
Natural do país	Sim	15416	87,2	8795	94,3	11110	89,8	35322	89,7
	Não	2272	12,8	534	5,7	1256	10,2	4063	10,3
	Total	17689	100,0	9329	100,0	12367	100,0	39385	100,0
Religião	Não	8496	48,2	4788	52,0	3534	28,9	16818	43,1
	Sim, à mais frequente	6236	35,4	3771	40,9	7975	65,2	17982	46,0
	Sim, não à mais frequente	2879	16,3	655	7,1	729	6,0	4263	10,9
	Total	17611	100,0	9214	100,0	12237	100,0	39062	100,0

Fonte: ESS (2016).

anterior, aglomerando situações de algum contraste. A sua estrutura de classes caracteriza-se pela maior presença de empresários, dirigentes e profissionais liberais e de trabalhadores independentes. Mas também aqui estão agrupados os países com as mais elevadas taxas de desemprego, bem como de pessoas (sobretudo mulheres) dedicadas a trabalho não pago de cuidado de crianças e outros familiares dependentes. Neste conjunto encontramos ainda alguma presença de cidadãos estrangeiros e mais de dois terços declara identificar-se com a religião dominante (católica), tendo pouca expressão os que se reconhecem numa outra religião.

Desigualdades e inclusão social

Neste capítulo, analisam-se os efeitos mediadores das desigualdades sociais sobre as condições de inclusão social e destaca-se a variável que se revelou significativa: utilização da *internet* (minutos/dia). Os Modelos de Regressão Múltipla demonstraram a existência de indicadores de desigualdade relacionados com a utilização da *internet* em cada *cluster* (Tabela 3). No modelo de regressão, as variáveis qualitativas são apresentadas em comparação com uma categoria de referência (†), correspondente ao segmento em que se pretende detetar os benefícios/dificuldades de inclusão.

Em qualquer um dos contextos em análise, existe um efeito negativo da idade sobre o tempo de utilização da *internet*. Refletindo a intensificação do fosso digital associado às pessoas mais velhas — aqui observado através do indicador de utilização da *internet*, mas que se consubstancia nas desiguais condições de acesso, de posse de aparelhos digitais/tecnológicos e de competências de uso (Gallistl et al., 2020) — à medida que os indivíduos envelhecem, o tempo de utilização da *internet* diminui. Nestas segmentações evidenciam-se, igualmente, relações interseccionais, cumulativas e multidimensionais das desigualdades sociais (Costa, 2012; Radovanovic, 2020). Os indivíduos mais velhos, tendencialmente menos escolarizados, com rendimentos inferiores e menos competências digitais, são também aqueles que, com maior frequência, tendem a ficar excluídos do mundo digital (Almeida, 2013).

Entre os fatores que influenciam a utilização da *internet*, os recursos de literacia digital de que os indivíduos são portadores revelam-se cruciais (Reisdorf & Rhinesmith, 2020). No entanto, este efeito não é linear, como se pode observar no *cluster* 2. Na comparação com o Sul, os países posicionados neste agrupamento já nos anos 1990, apresentavam perfis de educação melhorados, sem que tal se refletisse, de forma clara, nas condições de vida e de participação dos seus cidadãos (Mauritti et al., 2016). Neste caso, a influência da educação sugere ser mediada pelo contexto cultural, tecnológico e político — “pós-comunista” e “pré-moderno”

(Almeida, 2013, p. 218) — que os caracteriza. E também pela transversalidade de constrangimentos materiais que configuram as condições de vida e de participação social de ainda boa parte das suas populações. Neste sentido, observa-se que também o rendimento afeta positivamente o tempo de utilização da *internet* em todos os *clusters*, embora mais notavelmente no *cluster 2*, onde se estima que por cada 1% de aumento do rendimento, esse tempo aumenta em média cerca de 25 minutos.

Verifica-se que as mulheres utilizam a *internet* aproximadamente 10 minutos menos do que os homens, embora este efeito seja apenas significativo no *cluster 1*. Desta forma, a diferenciação de género assinalada no tempo de utilização da *internet* denota, também nestes países, tendencialmente mais igualitários, a existência difusa de sistemas culturais patriarcais que continuam a ter efeitos nas práticas de utilização de meios de comunicação e informação digitais. Para uma leitura contextualizada destes dados, seria importante compreender em que medida tais diferenciações se intersejam com outros traços de desigualdades, nomeadamente se são incidentes nos segmentos de população feminina de baixas-qualificações ou em setores marcados por menores oportunidades de participação plena (Arroyo, 2020).

Em relação à etnicidade, o *cluster 2* revela efeitos significativamente negativos. Estima-se que os indivíduos pertencentes a uma minoria étnica, em termos médios, utilizam 33 minutos menos a *internet* diariamente. No *cluster 3*, a etnia foi também considerada como um fator com implicações semelhantes para a utilização da *internet*, exceto que nestes países se verificou que os indivíduos pertencentes a uma minoria étnica a utilizam em média mais 15 minutos por dia em comparação com os indivíduos não pertencentes a grupos étnicos. Para uma clarificação destas relações importaria considerar também as composições sociais de classe das minorias étnico-raciais nas configurações de países em destaque: no Leste, os dados sugerem uma segmentação da presença de minorias sobretudo nas posições executantes e no operariado; no Sul, uma maior transversalidade, com alguma participação em segmentos de maior qualificação e prestígio social, refletindo-se na maior intensidade de utilização de meios digitais.

Relativamente à estrutura de classes — onde a categoria de referência é a dos empregados executantes, envolvendo trabalhadores assalariados de base dos serviços administrativos, comerciais, pessoais, de proteção e segurança —, os *clusters 1* e *3* demonstram resultados semelhantes. As classes sociais com mais recursos económicos, poder e estatuto social (empresários, dirigentes e profissionais liberais) e os segmentos de empregados com qualificações mais elevadas (profissionais técnicos e de enquadramento) passam mais tempo a utilizar a *internet* no dia-a-dia. Inversamente, os trabalhadores independentes e os operários utilizam menos a *internet* do que os empregados executantes. No *cluster 2*, os

Tabela 3 Indicadores de desigualdade que determinam o tempo de utilização da *internet* em cada *cluster*

Indicadores de Desigualdade	Uso da <i>Internet</i> (minutos/dia)					
	Cluster 1 Alemanha, Áustria, Bélgica, Finlândia, Islândia, Noruega, Países Baixos, Reino Unido, Suécia, Suíça		Cluster 2 Eslovénia, Estónia, Hungria, Lituânia, Rep. Checa		Cluster 3 Espanha, França, Irlanda, Itália, Polónia, Portugal	
	B	Robust Std. Error	B	Robust Std. Error	B	Robust Std. Error
Interseção	86,854 ***	16,375	-16,503	61,443	-33,793 ***	11,357
Idade	-2,665 ***	0,084	-2,533 ***	0,356	-2,243 ***	0,084
Anos completos de educação	2,361 ***	0,304	2,078	1,432	4,387 ***	0,248
Rendimentos	13,849 ***	1,633	25,223 ***	7,270	19,855 ***	1,151
Género: Masculino (†)						
Género: Feminino	-10,454 ***	2,001	-3,705	8,132	2,241	1,748
Deficiência: Não (†)						
Sim	-3,583 *	1,945	-26,562 ***	7,510	-1,797	1,912
Grupo étnico: Não (†)						
Sim	-5,531	4,343	-32,908 ***	11,349	14,918 **	5,997
Classe social: Empregados Executantes (EE) (†)						
Empresários, Dirigentes e Profissionais Liberais (EDL)	36,420 ***	6,176	31,689	36,279	35,384 ***	6,673
Profissionais Técnicos e de Enquadramento (PTE)	17,549 ***	2,394	13,228	11,008	14,799 ***	2,378
Trabalhadores Independentes (TI)	-11,036 ***	3,555	36,621 **	18,190	-13,247 ***	2,554
Operários (O)	-14,735 ***	2,607	-23,221 **	9,408	-12,617 ***	2,213
Condição económica: Trabalho pago (†)						
Estudantes	55,000 ***	5,441	106,289 *	59,575	52,453 ***	6,565
Desempregados	9,751 *	5,240	-43,521 ***	15,069	16,379 ***	3,636
Pessoas com deficiência	-12,397 **	5,929	26,240	39,634	-8,316	5,360
Reformados	-10,452 ***	2,672	15,529	10,612	1,730	2,599
A fazer trabalho doméstico	-17,976 ***	3,506	-19,036	20,359	1,374	3,697
Natural do país: Sim (†)						
Não	3,988	3,226	-7,585	25,533	-4,080	3,375
Religião: Não (†)						
Sim, à mais frequente	-12,823 ***	2,109	-13,287 *	7,800	-10,358 ***	2,033
Sim, não à mais frequente	-13,585 ***	2,281	-4,693	11,397	3,533	4,329
$R^2_{aj.}$	0,292 ***		0,302 ***		0,335 ***	
	F(18,11952)=275.379		F(18,687)=17.907		F(18,11030)=310.471	

(†)Categorias de referência.

(*) Estatisticamente significativo 0.10;

(**) 0.05;

(***) 0.01

Fonte: ESS (2016).

trabalhadores independentes passam em média mais 36 minutos a utilizar a *internet* do que a classe de referência, por outro lado, estima-se que os operários utilizam menos 23 minutos.

Quando se trata da categoria referente à condição económica, em todos os *clusters* os estudantes e os desempregados apresentam relações significativas de uso de *internet*. Relativamente aos estudantes, observa-se uniformemente que estes tendem a utilizar mais a *internet* do que os que exercem uma atividade. Quanto aos desempregados, tanto nos países nórdicos como nos do Sul o uso de *internet* tende a ser maior; no Leste é ao contrário. Tais variações sugerem perfis sociodemográficos e qualificacionais, mas também, eventualmente, quadros de referência cultural heterogêneos da população desempregada nestas regiões europeias.

Em todos os *clusters*, os indivíduos que se identificam com a religião dominante no país têm uma média diária mais baixa de tempo de utilização da *internet*. Esta relação é intensificada no *cluster* 1, em que pertencer a uma religião (seja ela a dominante ou não) está relacionado com passar menos tempo *online*. Também os indivíduos com incapacidade ou deficiência tendem a utilizar menos a *internet*. Este efeito é mais proeminente nos *clusters* 1 e 2.

Desigualdades e inclusão económica

Relativamente à inclusão económica, as variáveis referentes ao tipo de contrato de trabalho são particularmente notáveis. A análise engloba os trabalhadores com contrato a termo e sem contrato (Tabela 4) e a insegurança económica (Tabela 5).

Tipo de contrato de trabalho

Para determinar os indicadores de desigualdade que explicam a propensão relativamente a estes dois tipos de contrato de trabalho (contrato a termo e sem contrato de trabalho), efetuou-se uma regressão logística binária em cada *cluster* (Tabela 4).

Em todos os *clusters* de países, o aumento da idade e do rendimento dos indivíduos diminui a chance de não ter contrato ou de ter um contrato a termo. Tal implica que tendem a ser os mais jovens e os que auferem menos rendimentos, os protagonistas dos contratos de trabalho precários, sem acesso a condições de proteção laboral, salários justos ou à possibilidade de construir perspetivas de carreira e de futuro. Tal como em Almeida (2013), na análise de dados reportada ao ESS 2002-2008, poderá assumir-se, de forma inversa, que as gerações mais velhas e com mais rendimentos protagonizam situações mais favoráveis, com acesso a condições de trabalho mais estáveis e vínculos contratuais duradouros.

Em relação ao efeito da escolaridade, nos países do *cluster 1*, o aumento de um ano de escolaridade aumenta em 1,8% a probabilidade de ter uma situação precária; o efeito é contrário nos países do *cluster 3* (com processos de escolarização mais recentes), onde o aumento de um ano de escolaridade diminui em 4,6% a possibilidade de situações precárias.

Apenas o *cluster 3*, apresenta como significativa a diferença de gênero. Aqui as mulheres apresentam uma probabilidade 44% maior do que os homens de terem contratos a termo ou de não terem contrato. Neste conjunto de países são assim evidentes os efeitos estruturais das desigualdades de gênero na inclusão e estabilidade laboral, bem como nas oportunidades de progressão de carreira (Torres, 2018).

Nos *clusters 1 e 2* a percepção autodeclarada de pertença a uma minoria étnica aumenta a possibilidade de ter vínculos contratuais precários. Nestes contextos, também os indivíduos não naturais do país apresentam maior propensão para contratos a termo e ausência de contrato. Estas condições são coerentes com o observado antes, nesta análise, a propósito das percepções de discriminação.

Relativamente à estrutura de classes, no segmento de trabalhadores em assalariamento, em todos os conjuntos de países, os profissionais técnicos e de enquadramento, uma categoria que se distingue pelo seu perfil de qualificações melhorado e pela sua posição de favorecimento na hierarquia das organizações, têm menos precariedade do que os empregados executantes (EE). Quanto aos operários, denotando uma estrutura qualificacional diferenciada a Norte, verifica-se que neste contexto aqueles mantêm condições de maior estabilidade face aos EE; enquanto a Leste e no Sul, o seu perfil relativamente mais desqualificado reflete-se nas suas condições laborais pautadas por maior instabilidade (Mauritti et al., 2016).

Quanto aos efeitos da religião, nos países do *cluster 3* a identificação com a religião predominante associa-se à menor precariedade.

Insegurança económica

Uma das formas de monitorizar a inclusão económica consiste em aferir as percepções dos sujeitos em relação às suas dificuldades para fazer face à gestão do agregado; bem como as perspetivas que têm perante a possibilidade de perderem o emprego. São estas duas dimensões que integramos nos modelos de regressão referentes aos resultados de percepção de insegurança económica. As análises realizadas permitiram identificar relações significativas dos indicadores de desigualdade com esta dimensão (Tabela 5).

No *cluster 1*, observa-se o efeito negativo da idade sobre a insegurança económica, sugerindo menores níveis de insegurança entre a população mais velha. Os anos de escolaridade apresentam-se também negativamente relacionados com a

Tabela 4 Indicadores de desigualdade que determinam a probabilidade de ter um contrato de trabalho a termo ou de não ter contrato em cada *cluster*

Indicadores de desigualdade	Contrato de trabalho - Contrato a termo ou sem contrato		
	Cluster 1 Alemanha, Áustria, Bélgica, Finlândia, Islândia, Noruega, Países Baixos, Reino Unido, Suécia, Suíça	Cluster 2 Eslovénia, Estónia, Hungria, Lituânia, Rep. Checa	Cluster 3 Espanha, França, Irlanda, Itália, Polónia, Portugal
	Exp(B)	Exp(B)	Exp(B)
Idade	0,970 ***	0,961 ***	0,961 ***
Anos completos de educação	1,018 **	0,971	0,954 ***
Rendimentos	0,536 ***	0,567 ***	0,498 ***
Género: Masculino (†)			
Género: Feminino	0,987	1,148	1,440 ***
Deficiência: Não (†)			
Sim	1,085	1,445 *	1,301 ***
Grupo étnico: Não (†)			
Sim	1,352 ***	1,813 *	0,888
Classe social: Empregados Executantes (EE) (†)			
Profissionais Técnicos e de Enquadramento (PTE)	0,717 ***	0,648 *	0,721 ***
Operários (O)	0,976	1,031	1,047
Natural do país: Sim (†)			
Não	1,235 ***	1,304	0,771 ***
Religião: Não (†)			
Sim, à mais frequente	0,985	0,802	0,840 **
Sim, não à mais frequente	0,923	0,830	1,199
Nagelkerk R ²	0,139	0,128	0,213
Modelo $\chi^2(13)$	1189,112 ***	102,179 ***	1668,626 ***

Fonte: ESS (2016).

insegurança económica nos *clusters* 1 e 3. Em contrapartida, também nestes contextos, e de forma coerente com análises anteriores, ser mulher associa-se a *scores* mais elevados de insegurança económica.

Em todos os *clusters*, o rendimento destaca-se como fator mitigador da insegurança económica, estimando-se que o seu aumento esteja associado à diminuição significativa dos *scores*. Outro traço transversal associa a situação de deficiência (doença, incapacidade ou problema mental) ao sentimento de insegurança.

Relativamente aos efeitos da estrutura de classes, as associações com a insegurança económica variam entre *clusters*. No *cluster* 1, apesar de terem vínculos contratuais relativamente estáveis, os operários denotam maiores níveis de insegurança; pelo contrário, a pertença a categorias como a dos profissionais técnicos e de enquadramento e dos trabalhadores independentes relaciona-se com níveis inferiores de insegurança económica. No *cluster* 2, os posicionamentos sociais de classe marcados por maior favorecimento social e económico (EDL e PTE) estão

Tabela 5 Indicadores de desigualdade que determinam a insegurança económica em cada *cluster*

Indicadores de desigualdade	Insegurança económica					
	<i>Cluster 1</i> Alemanha, Áustria, Bélgica, Finlândia, Islândia, Noruega, Países Baixos, Reino Unido, Suécia, Suíça		<i>Cluster 2</i> Eslovénia, Estónia, Hungria, Lituânia, Rep. Checa		<i>Cluster 3</i> Espanha, França, Irlanda, Itália, Polónia, Portugal	
	B	Robust Std. Error	B	Robust Std. Error	B	Robust Std. Error
Interseção	4,382 ***	0,123	5,314 ***	0,659	5,050 ***	0,119
Idade	-0,005 ***	0,001	0,005	0,003	-0,001	0,001
Anos completos de educação	-0,010 ***	0,002	-0,020	0,013	-0,032 ***	0,003
Rendimentos	-0,440 ***	0,012	-0,575 ***	0,073	-0,465 ***	0,012
Género: Masculino (†)						
Género: Feminino	0,052 ***	0,013	0,112	0,075	0,103 ***	0,017
Deficiência: Não (†)						
Sim	0,176 ***	0,015	0,409 ***	0,093	0,211 ***	0,023
Grupo étnico: Não (†)						
Sim	0,048	0,031	0,565 ***	0,190	0,039	0,058
Classe social: Empregados Executantes (EE) (†)						
Empresários, Dirigentes e Profissionais Liberais (EDL)	-0,011	0,031	-0,492 ***	0,147	-0,201 ***	0,047
Profissionais Técnicos e de Enquadramento (PTE)	-0,096 ***	0,017	-0,391 ***	0,094	-0,214 ***	0,022
Trabalhadores Independentes (TI)	-0,105 ***	0,028	-0,169	0,154	-0,149 ***	0,033
Operários (O)	0,074 ***	0,022	-0,014	0,105	-0,013	0,026
Condição económica: Trabalho pago (†)						
Estudantes	-0,279 ***	0,034	0,104	0,292	-0,154 ***	0,055
Desempregados	1,041 ***	0,043	0,972 ***	0,292	1,030 ***	0,035
Pessoas com deficiência	0,397 ***	0,060	1,100 ***	0,322	0,547 ***	0,081
Reformados	-0,233 ***	0,020	-0,138	0,132	-0,298 ***	0,029
A fazer trabalho doméstico	0,094 ***	0,029	0,081	0,246	-0,136 ***	0,045
Natural do país: Sim (†)						
Não	0,214 ***	0,023	-0,278	0,203	0,325 ***	0,036
Religião: Não (†)						
Sim, à mais frequente	-0,100 ***	0,015	-0,150 *	0,085	-0,141 ***	0,018
Sim, não à mais frequente	-0,119 ***	0,016	0,192	0,132	-0,033	0,042
R^2_{aj}	0,328 ***		0,324 ***		0,329 ***	
	F(18,12756)=347.964		F(18,750)=21.419		F(18,11724)=321.056	

(†)Categorias de referência.

(*) Estatisticamente significativo 0.10;

(**) 0.05;

(***) 0.01

Fonte: ESS (2016).

associados a níveis mais baixos de insegurança económica. Relativamente ao *cluster 3*, para além destas duas classes, também os trabalhadores independentes se associam a *scores* de menor insegurança económica.

Os efeitos da condição económica também variam entre *clusters*. No *cluster 1*, os estudantes e reformados têm associados *scores* de insegurança económica mais baixos.

Pelo contrário, as pessoas com deficiência ou as que fazem trabalho doméstico e, com maior destaque as desempregadas, tendem a apresentar *scores* mais altos de insegurança económica. No *cluster 2*, as perceções de insegurança económica aumentam entre os desempregados e as pessoas com deficiência. O *cluster 3* é semelhante ao *cluster 1*, apesar de a condição mais diferenciadora ser relativa ao segmento de pessoas domésticas, que tendem a reportar *scores* mais baixos de insegurança económica.

Apenas no *cluster 2* (países com menor presença de minorias étnicas) a pertença a um grupo étnico está correlacionada de forma significativa com a maior insegurança económica. Nos *clusters 1* e *3*, os estrangeiros ou naturais de outro país tendem a apresentar *scores* mais altos de insegurança económica.

Observa-se ainda que a religião é também um indicador com efeito significativo nesta variável. Em todos os *clusters*, estima-se que os indivíduos que se identificam com a religião predominante no país se associam a *scores* mais baixos de insegurança económica. No *cluster 1*, verificou-se também um efeito idêntico no caso dos indivíduos que se identificam com uma religião não dominante no país onde residem.

Desigualdades e inclusão política

Relativamente à inclusão política, os modelos de regressão mostram relações significativas com as desigualdades nas três variáveis: capacitação política e responsividade, confiança institucional e práticas de ação coletiva (Tabela 6).

Capacitação política e responsividade

O aumento da idade e do número de anos de educação está associado a *scores* mais elevados de capacitação política e responsividade nos *clusters 1* e *3*. Em todos os *clusters*, o rendimento e o género influenciam os níveis de capacitação política e responsividade, onde as mulheres estão associadas a *scores* mais baixos, e um aumento no rendimento está associado a *scores* mais altos.

No *cluster 1*, as pessoas com deficiência tendem a apresentar uma diminuição significativa nos níveis de capacitação política e responsividade.

No *cluster 3*, as pessoas que se identificam como membros de uma minoria étnica tendem a demonstrar um aumento da capacitação política e responsividade.

Os *clusters* também diferem na forma como as variáveis são influenciadas pela estrutura de classes. No *cluster 1*, os empresários, dirigentes e profissionais liberais (EDL), os profissionais técnicos e de enquadramento (PTE) e os trabalhadores independentes (TI) estão associados a uma maior capacitação política e responsividade. Em contraste, a pertença à categoria dos operários tende a relacionar-se com o menor

engajamento político. Nos *clusters* 2 e 3, o que mais se destaca é o efeito de pertencer à categoria dos EDL e dos PTE, sobre o aumento da capacitação política e responsividade em relação aos empregados executantes. A principal característica diferenciadora entre estes *clusters* é que no *cluster* 3 a pertença à categoria dos operários ou TI associa-se a *scores* baixos.

Relativamente à condição económica, os *clusters* 1 e 3 mostram que ser estudante tende a aumentar os *scores* de capacitação política e responsividade, relativamente aos que fazem trabalho pago. No *cluster* 1, estar reformado e, em maior grau, ter uma deficiência tende a diminuir a capacitação política e responsividade. No *cluster* 3, o desemprego prejudica a perceção de capacitação política e a responsividade.

Não ter nascido no país de residência é uma condição que reduz a capacitação política e responsividade em relação às pessoas nascidas no país, nos *clusters* 1 e 3.

Finalmente, observou-se que a religião é novamente um indicador que afeta a inclusão, mas com diferentes implicações nos vários *clusters*. No *cluster* 1, a identificação com uma religião (dominante ou não) está associada a *scores* mais elevados de capacitação política e responsividade. No *cluster* 2, o efeito é notável apenas para indivíduos que se identificam com uma religião que não é a dominante, enquanto no *cluster* 3 são os indivíduos que se identificam com a religião dominante no país de residência que reportam *scores* mais elevados.

Confiança institucional

Entre os modelos analisados para a variável da confiança institucional, apenas o do *cluster* 1 provou ser de qualidade suficiente para análise (Tabela 6). Nos outros contextos, os resultados desta variável não parecem depender dos indicadores de desigualdade considerados.

Os resultados revelam a influência negativa de certos indicadores na confiança institucional, nomeadamente idade (mais velhos), género (feminino) e, com maiores implicações, pessoas com deficiência (aqueles que a têm). Em contraste, o aumento do número de anos de escolaridade ou do rendimento está associado a *scores* de confiança institucional mais elevados.

Em termos da estrutura de classes, verifica-se que a pertença a categorias mais favorecidas (empresários, dirigentes e profissionais liberais e profissionais técnicos e de enquadramento) se associa a níveis mais elevados de confiança institucional, relativamente aos empregados executantes. Por outro lado, a pertença à categoria dos operários associa-se a níveis ligeiramente inferiores.

O local onde se nasce e a religião também influenciam a confiança institucional. Os indivíduos que não nasceram no país de residência ou que se identificam com uma religião (dominante ou não) estão associados a *scores* mais elevados.

Práticas de ação coletiva

A última variável a ser considerada remete para práticas de ação coletiva, envolvendo um conjunto de ações com potencial de impacto nas relações e contextos institucionais que envolvem experiências pessoais e coletivas multifacetadas (Nunes, 2013). Compõem o índice em referência ações reportadas aos últimos 12 meses como: assinar uma petição, trabalhar numa organização do terceiro setor ou estrutura associativa, trabalhar num partido político, postar ou partilhar algo sobre política ou boicotar produtos. Nesta análise, como nas anteriores, procuramos perceber de que forma as características de desigualdade, com os recursos de oportunidade e constrangimento que lhes são específicas, interatuam nessas práticas.

Na análise da Tabela 6, a idade apresenta-se como uma variável de mediação com efeitos estatisticamente significativos nas regiões de Leste e Sul da Europa, sugerindo a importância de enquadramento histórico e cultural que enforma essas práticas, bem como dos contextos de desigualdade que as possibilitam e suscitam (Nunes & Raposo, 2018; Savage, 2021). No *cluster 2*, envolvendo países da ex-URSS, o efeito é positivo, sugerindo que o aumento da idade é acompanhado por níveis mais elevados de práticas de ação coletiva. Pelo contrário, no *cluster 3*, a idade tem um efeito negativo, indicando que com o aumento da média etária diminuem essas práticas. Ainda na componente sociodemográfica, também aqui, ser mulher está associado a *scores* mais baixos de ação coletiva em todos os *clusters*. Pelo contrário, ter uma deficiência associa-se ao aumento dos *scores* das práticas de ação coletiva nos *clusters 1 e 3*.

Relativamente ao efeito da naturalidade, os estrangeiros têm *scores* mais baixos nas práticas de ação coletiva nos *clusters 1 e 3* — sugerindo a presença de desafios ligados à sua representação (Fraser, 2008), mas não no *cluster 2* (países onde a sua presença tende a ser diminuta). Verificou-se também que, no *cluster 1*, a identificação com uma religião (dominante ou não) afeta positivamente as práticas de ação coletiva, enquanto no *cluster 2*, os mesmos indicadores têm um efeito negativo sobre esta variável.

Estes resultados são coerentes com os obtidos noutras pesquisas que assinalam, precisamente, os desafios ligados à representação de mulheres (Fakih & Sleiman, 2022), de pessoas com deficiência e incapacidade, bem como de minorias linguísticas, étnicas e religiosas nos processos de participação política (Broderick et al., 2018; Fraser, 2008; Lamont, 2018). As variações observadas nos diferentes contextos, reportadas a segmentos específicos da população, relacionam-se com condições diversas em termos de representação e reconhecimento legal, administrativo e institucional.

Tabela 6 Indicadores de desigualdade que determinam a inclusão política em cada *cluster*

	Capacitação política e responsividade						Confiança institucional						Práticas de ação coletiva						
	Cluster 1		Cluster 2		Cluster 3		Cluster 1		Cluster 2		Cluster 3		Cluster 1		Cluster 2		Cluster 3		
	B	Robust Std. Error	B	Robust Std. Error	B	Robust Std. Error	B	Robust Std. Error	B	Robust Std. Error	B	Robust Std. Error	B	Robust Std. Error	B	Robust Std. Error	B	Robust Std. Error	
Interseção	-2,422 ***	0,132	-1,575 ***	0,634	-2,098 ***	0,114	-1,785 ***	0,142	-1,558 ***	0,129	-1,389 ***	0,407	-1,834 ***	0,110	-1,389 ***	0,407	-1,834 ***	0,110	
Idade	0,001 ***	0,001	0,000	0,003	0,004	0,001	-0,001	0,001	-0,001	0,001	0,001	0,002	-0,002 ***	0,001	0,004 ***	0,002	-0,002 ***	0,001	
Anos completos de educação	0,059 ***	0,003	0,015	0,013	0,066 ***	0,002	0,023 ***	0,003	0,050 ***	0,003	0,031 ***	0,010	0,047 ***	0,002	0,050 ***	0,010	0,047 ***	0,002	
Rendimentos	0,191 ***	0,013	0,123 *	0,073	0,101 ***	0,012	0,176 ***	0,014	0,093 ***	0,013	0,044	0,048	0,147 ***	0,011	0,044	0,048	0,147 ***	0,011	
Gênero: Masculino (†)																			
Gênero: Feminino	-0,278 ***	0,016	-0,374 ***	0,078	-0,258 ***	0,016	-0,097 ***	0,017	-0,079 ***	0,016	-0,158 ***	0,048	-0,039 **	0,017	-0,158 ***	0,048	-0,039 **	0,017	
Deficiência: Não (†)																			
Sim	-0,091 ***	0,017	-0,140	0,085	0,005	0,020	-0,239 ***	0,017	0,108 ***	0,018	0,078	0,054	0,081 ***	0,021	0,078	0,054	0,081 ***	0,021	
Grupo étnico: Não (†)																			
Sim	-0,030	0,033	-0,058	0,163	0,094 *	0,052	-0,027	0,035	0,156 ***	0,034	-0,034	0,075	0,049	0,052	-0,034	0,075	0,049	0,052	
Classe social: Empregados																			
Executantes (EE) (†)																			
Empresários, Dirigentes e Profissionais Liberais (EDL)	0,492 ***	0,045	0,836 ***	0,295	0,151 ***	0,051	0,113 ***	0,042	0,430 ***	0,051	0,621	0,379	-0,036	0,055	0,621	0,379	-0,036	0,055	
Profissionais Técnicos e de Enquadramento (PTE)	0,298 ***	0,020	0,458 ***	0,100	0,179 ***	0,021	0,146 ***	0,020	0,190 ***	0,020	0,142 **	0,062	0,110 ***	0,022	0,142 **	0,062	0,110 ***	0,022	
Natural do país: Sim (†)	0,090 ***	0,034	0,160	0,165	-0,075 ***	0,029	-0,011	0,036	0,019	0,032	0,228 *	0,134	0,021	0,028	0,228 *	0,134	0,021	0,028	
Operários (O)	-0,053 **	0,024	-0,093	0,097	-0,105 ***	0,022	-0,073 ***	0,026	-0,087 ***	0,021	-0,023	0,048	-0,133 ***	0,021	-0,023	0,048	-0,133 ***	0,021	
Condição econômica: Trabalho pago (†)																			
Estudantes	0,305 ***	0,036	0,274	0,340	0,362 ***	0,044	0,499 ***	0,037	0,298 ***	0,038	0,207	0,322	0,197 ***	0,056	0,207	0,322	0,197 ***	0,056	
Desempregados	-0,057 ***	0,043	0,078	0,224	-0,055 *	0,031	-0,031	0,044	0,031	0,036	0,137	0,155	0,057 *	0,029	0,137	0,155	0,057 *	0,029	
Pessoas com deficiência	-0,293 ***	0,049	0,030	0,321	0,031	0,059	-0,038	0,059	-0,040	0,047	0,103	0,241	0,075	0,061	0,103	0,241	0,075	0,061	
Reformados	-0,092 ***	0,025	-0,009	0,120	-0,042	0,027	0,104 ***	0,027	-0,090 ***	0,025	-0,119 *	0,072	-0,044	0,027	-0,119 *	0,072	-0,044	0,027	
A fazer trabalho doméstico	-0,036	0,031	-0,201	0,219	0,099 *	0,038	0,076 **	0,032	-0,028	0,028	-0,109 *	0,058	-0,015	0,032	-0,109 *	0,058	-0,015	0,032	
Natural do país: Sim (†)																			
Não	-0,130 ***	0,025	0,278	0,285	-0,089 ***	0,033	0,296 ***	0,026	-0,179 ***	0,024	-0,019	0,157	-0,083 ***	0,030	-0,019	0,157	-0,083 ***	0,030	
Religião: Não (†)																			
Sim, a mais frequente	0,196 ***	0,018	0,125	0,082	0,042 **	0,018	0,231 ***	0,019	0,087 ***	0,018	0,095 ***	0,046	-0,191 ***	0,020	0,095 ***	0,046	-0,191 ***	0,020	
Sim, não a mais frequente	0,194 ***	0,019	0,234 *	0,124	0,010	0,044	0,214 ***	0,020	0,087 ***	0,019	0,074	0,075	-0,102 **	0,040	0,074	0,075	-0,102 **	0,040	
R ²	0,222 ***		0,128 ***		0,182 ***		0,109 ***		0,124 ***		0,115 ***		0,144 ***		0,115 ***		0,144 ***		
	F(18,12913)=206,316		F(18,750)=7,252		F(18,11735)=145,815		F(18,12571)=86,773		F(18,12712)=100,896		F(18,734)=6,425		F(18,11533)=109,359		F(18,734)=6,425		F(18,11533)=109,359		

(†) Categorias de referência. (*) Estatisticamente significativo 0,10; (**) 0,05; (***) 0,01

Fonte: ESS (2016).

No mesmo sentido, os efeitos da estrutura de classes nas práticas de ação coletiva variam consoante os *clusters*. No *cluster 1*, a pertença à categoria dos profissionais técnicos e de enquadramento (PTE) e, em maior grau, dos empresários, dirigentes e profissionais liberais tende a resultar em *scores* mais elevados, enquanto a pertença à categoria dos operários tem um efeito oposto. No *cluster 2*, a pertença às categorias dos PTE e, mais particularmente, dos trabalhadores independentes associa-se a níveis mais elevados de práticas de ação coletiva. No *cluster 3*, a categoria dos PTE destaca-se novamente como tendo um efeito positivo nos *scores*, enquanto a pertença à classe dos operários tem um efeito negativo.

Relativamente à condição perante o trabalho, no *cluster 1*, os efeitos mais proeminentes são o estatuto de estudante, com impacto positivo, e o estatuto de reformado ligado à maior desmobilização. No *cluster 2*, o efeito negativo das categorias dos reformados e das pessoas que fazem trabalho doméstico é mais significativo. Finalmente, no *cluster 3*, destaca-se o estatuto de estudante e (em menor grau) o estatuto de desempregado com efeitos positivos sobre as práticas de ação coletiva.

Tal como as desigualdades *categoriais*, também as desigualdades *distributivas* de educação (*cluster 1, 2 e 3*) e de rendimentos (*clusters 1 e 2*) influenciam positivamente esta variável.

Conclusão

Esta pesquisa exploratória permitiu identificar os impactos multidimensionais das desigualdades sociais sobre a inclusão. Os resultados obtidos assinalam como as diferentes dimensões das desigualdades *categoriais* — o género, a classe social, a religião, a pertença a um grupo etário ou a uma minoria étnica, a condição perante o trabalho, ter uma incapacidade ou deficiência ou ser, ou não, natural do país — e *distributivas* — relativas aos recursos de que os indivíduos são detentores, como a educação ou os rendimentos — se correlacionam entre si (Costa et al., 2018; Mauritti et al., 2016). Foi possível revelar as interações complexas, cumulativas e sistémicas das desigualdades sociais nos efeitos que produzem (Alvaredo et al., 2018; Piketty, 2020), bem como demonstrar que as mesmas se relacionam com as condições e perceções de inclusão social, económica e política nos vários países analisados.

Apesar do estatuto da Europa como berço da modernidade, o nível de inclusão social, económica e política observado nos países em referência reflete um continente heterogéneo e assimétrico (Beckfield, 2019; Silver, 2015), que tende a excluir da esfera económica, social e política da sociedade segmentos vulneráveis da população (Broderick et al., 2018). Colocam-se desafios acrescidos à sociedade digital

(Reisdorf & Rhinesmith, 2020; van Deursen & van Dijk, 2015), às instituições do Estado social e à produção de capital social inclusivo (Carmo & Nunes, 2013), especialmente num contexto europeu transnacional que mantém, em termos económicos, as suas ideologias liberais e tendências de desregulamentação do mercado de trabalho (ILO, 2020; Kalleberg, 2018).

A análise desenvolvida permitiu ainda demonstrar que os sistemas institucionais e legais dos estados nacionais apresentam condições de oportunidades e de recursos desiguais entre si, refletindo o efeito do “país” sobre as diferentes esferas da inclusão social, económica e política e colocando em evidência mecanismos (in)igualitários (Costa et al., 2018; Mauritti et al., 2016; Therborn, 2013) que não se repartem da mesma forma no conjunto dos países europeus.

Sistemas de proteção social robustos que tendem a proteger os indivíduos em situações de maior vulnerabilidade e a reduzir as disparidades sociais, como é o caso dos países no Norte da Europa (Almeida, 2013; Torres, 2018), relevam-se mais efetivos na garantia de promoção de melhores condições de vida e participação social dos cidadãos (Stiglitz et al., 2019; Therborn, 2020). Tal é patente, na componente política, nos níveis melhorados de capacitação política e responsividade, confiança nas instituições e engajamento coletivo; na componente económica, nos níveis melhorados de segurança económica e maiores taxas de sindicalização; na componente social, nos maiores níveis de confiança interpessoal entre os cidadãos e também nas condições alargadas de integração na sociedade digital através da utilização da *internet*.

Nesta pesquisa tendo como enfoque o ODS 10, mais especificamente, a Meta 10.2: “Até 2030, capacitar e promover a inclusão social, económica e política de todos, independentemente da idade, género, deficiência/incapacidade, etnia, origem, religião, condição económica ou outra” (Resolution No. A/RES/70/1, 2015, p. 21), pretendeu-se contribuir para a conceção de um sistema de indicadores harmonizados, que permita apoiar a análise das desigualdades e da inclusão de forma teórica e empiricamente consistente nos diversos países. Desta forma, propomos indicadores complementares ao indicador global — *Proporção de pessoas que vivem em agregados familiares com um rendimento inferior a 50% do rendimento mediano, por sexo, grupo etário e tipo de limitação* — que tem sido utilizado pelas diversas instâncias internacionais para monitorizar esta meta.

Os indicadores propostos nesta pesquisa, suportados em bases de microdados do *European Social Survey* (de acesso livre) referentes ao ano de 2016, possibilitam a aferição multidimensional sobre as perspetivas intersubjetivas, dinâmicas simbólicas associadas e condições objetivas de participação dos cidadãos, nas diferentes componentes de inclusão. O enquadramento teórico na problemática das desigualdades sociais dá corpo à monitorização dos avanços/recuos face à meta

definida, tendo em conta desafios experimentados, não apenas pelas populações em geral dos diversos países, mas também, por segmentos específicos que lidam com diferentes tipos de barreiras materiais, normativas, institucionais ou legais.

A análise aqui efetuada poderá ser o ponto de partida para outras investigações futuras que se debruçam acerca da problemática das desigualdades sociais e da inclusão numa perspetiva comparativa.

Notas

Por decisão pessoal, os/as autores/as do texto escrevem segundo o novo acordo ortográfico.

Referências

- Abrams, D. (2010). *Processes of prejudice: Theory, evidence and intervention*. Equality and Human Rights Commission.
- Almeida, J. F. (2013). *Desigualdades e Perspetivas dos Cidadãos: Portugal e a Europa*. Mundos Sociais.
- Alvaredo, F., Chancel, L., Piketty, T., Saez, E., & Zucman, G. (Eds.) (2018). *World Inequality Report 2018*. Harvard University Press.
- Arroyo, L. (2020). Implications of Digital Inclusion: Digitalization in Terms of Time Use from a Gender Perspective. *Social Inclusion*, 8(2), 180-189.
- Atkinson, A. B. (2015). *Inequality: What Can be Done?*. Harvard University Press.
- Beck, U. (2000). A reinvenção da política: rumo a uma teoria da modernização reflexiva. In U. Beck, A. Giddens, & S. Lash (2000), *Modernização reflexiva: Política, tradição e estética na ordem social moderna*. Celta Editora.
- Beckfield, J. (2019). *Unequal Europe: Regional Integration and the rise of European inequality*. Oxford University Press.
- Bertin, G., & Moro, G. (2021). *The European Social Model and an Economy of Well-being: Repairing the Social Fabric of European Societies*. Edward Elgar.
- Bourdieu, P. (1979). *La Distinction*. Les Editions de Minuit.
- Broderick, A., Carrera, S., Chochia, A., Guerin, J., Hoffmann, T., Kerikmäe, T., Luk, N. C., Tóth, J., & van der Velden, B. (2018). *Political Participation of Underrepresented Groups in the EU* (EU-CITZEN Network Type A report). EU-CITZEN Network.
- Carmo, R. M., & Nunes, N. (2013). Class and social capital in Europe: a transnational analysis of the European Social Survey. *European Societies*, 15(3), 373-387.
- Carvalho, H. (2017). *Análise Multivariada de Dados Qualitativos – Utilização da ACM com o SPSS*. Sílabo.
- Chancel, L. (2020). *Unsustainable Inequalities: Social Justice and the Environment*. The Belknap Press of Harvard University Press.

- Chancel, L., Piketty, T., Saez, E., & Zucman, G. (Coords.) (2021). *World Inequality Report 2022*. World Inequality Lab.
- Costa, A. F. (1999). *Sociedade de Bairro*. Celta.
- Costa, A. F. (2012). *Desigualdades Sociais Contemporâneas*. Mundos Sociais.
- Costa, A. F., & Mauritti, R. (2018). Classes sociais e interseções de desigualdades: Portugal e a Europa. In R. M. Carmo, J. Sebastião, J. Azevedo, S. C. Martins, & A. F. Costa (Orgs.), *Desigualdades Sociais: Portugal e a Europa* (pp. 109-129). Mundos Sociais.
- Costa, A. F., Mauritti, R., Martins, S. C., Nunes, N., & Romão, A. (2018). Distributional and Categorical Inequalities in Europe: Structural Configurations. In R. M. Carmo, C. Rio, & M. Medgyesi (Eds.), *Reducing Inequalities: A Challenge for the European Union?* (pp. 63-74). Palgrave Macmillan.
- De Neve, J., & Sachs, J. D. (2020). The SDGs and human well-being: a global analysis of synergies, trade-offs, and regional differences. *Scientific Reports*, 10(15113).
- Dorling, D. (2017). *The Equality Effect: Improving life for everyone*. New Internationalist Publications.
- Dorling, D. (2018). *Do We Need Economic Inequality?*. Polity Press.
- ESS, European Social Survey. (2016) *ESS Round 8* [Microdados]. Sikt – Norwegian Agency for Shared Services in Education and Research.
<https://ess-search.nsd.no/en/study/f8e11f55-0c14-4ab3-abde-96d3f14d3c76>
- Fakih, A., & Sleiman, Y. (2022). The Gender Gap in Political Participation: Evidence from the MENA region. *Review of Political Economy*, 1-24.
<https://doi.org/10.1080/09538259.2022.2030586>
- Flemmen, M., Jarness, V., & Rosenlund, L. (2018). Social space and cultural class divisions: the forms of capital and contemporary lifestyle differentiation. *The British Journal of Sociology*, 69(1), 124-153.
- Fraser, N. (2008). *Scales of Justice: Reimagining Political Space in a Globalizing World*. Polity Press.
- Freistein, K., & Mahler, B. (2016). The potential for tackling inequality in the Sustainable Development Goals. *Third World Quarterly*, 37(12), 2139-2155.
- Gallistl, V., Rohner, R., Seifert, A., & Wanka, A. (2020). Configuring the Older Non-User: Between Research, Policy and Practice of Digital Exclusion. *Social Inclusion*, 8(2), 233-243.
- Gethin, A., Toledano, C., & Piketty, T. (Eds.) (2021). *Political Cleavages and Social Inequalities: a study of fifty democracies, 1948-2020*. Harvard University Press.
- Giddens, A. (1997). *Modernidade e Identidade Pessoal*. Celta.
- Giddens, A. (2009). *Sociologia*. Gulbenkian.
- Greenacre, M. (2007). *Correspondence Analysis in Practice*. Chapman & Hall/CRC.
- Grusky, D., & Hill, J. (2018). *Inequality in the 21st Century: A Reader*. Routledge.
- Hair, J., Anderson, R. E., Tatham, R. L., & Black, W. C. (1998). *Multivariate data analysis* (5th ed.). Prentice Hall.
- Harari, Y. N. (2018). *21 Lições para o Século XXI*. Elsinore.

- ILO, International Labour Office. (2020). *World Employment and Social Outlook – Trends 2020*. Publications of the International Labour Office.
- Kalleberg, A. L. (2018). *Precarious Lives: Job Insecurity and Well-Being in Rich Democracies*. Polity Press.
- Lamont, M. (2018). Addressing recognition gaps: destigmatization and the reduction of inequality. *American Sociological Review*, 83(3), 419-444.
- Lamont, M. (2019). From 'having' to 'being': self-worth and the current crisis of American society. *British Journal of Sociology*, 70(3), 660-707.
- Lamont, M., Beljean, S., & Matthew, C. (2014). What is missing? Cultural processes and causal pathways to inequality. *Socio-Economic Review*, 12(3), 573-608.
- Marôco, J. (2018). *Análise Estatística com o SPSS (7ª ed.)*. ReportNumber.
- Marôco, J., & Garcia-Marques, T. (2006). Qual a fiabilidade do alfa de Cronbach? Questões antigas e soluções modernas?. *Laboratório de Psicologia*, 4(1), 65-90.
- Mauritti, R., Martins, S. C., Nunes, N., Romão, A., & Costa, A. F. (2016). The social structure of European inequality. *Sociologia, Problemas e Práticas*, (81), 75-93.
- Mauritti, R., Nunes, N., Botelho, M. C., & Craveiro, D. (2020). The left and right hands of the Portuguese state: welfare retrenchment of public employment. *Portuguese Journal of Social Science*, 19(2-3), 237-257.
- Milanovic, B. (2016). *Global Inequality: A New Approach for the Age of Globalization*. Harvard University Press.
- Milanovic, B. (2019). *Capitalism, Alone: The Future of the System That Rules the World*. The Belknap Press.
- Nunes, N. (2013). *Desigualdades sociais e práticas de ação coletiva na Europa*. Mundos Sociais.
- Nunes, N., & Raposo, O. (2018). Desigualdades de classes e práticas de ação coletiva: escalas de análise. In R. M. Carmo, J. Sebastião, J. Azevedo, S. C. Martins, & A. F. Costa (Orgs.), *Desigualdades Sociais: Portugal e a Europa* (pp. 211-224). Mundos Sociais.
- Piketty, T. (2014). *Capital in the Twenty-First Century*. The Belknap Press of Harvard University Press.
- Piketty, T. (2020). *Capital and Ideology*. The Belknap Press of Harvard University.
- Putnam, R. (2020). *The Upswing: How America Came Together a Century Ago and How We Can Do It Again*. Simon & Shuster.
- Radovanovic, D., Holst, C., Belur, S. B., Srivastava, R., Hounghonon, G. V., Le Quentrec, E., Miliza, J., Winkler, A. S., & Noll, J. (2020). Digital Literacy Key Performance Indicators for Sustainable Development. *Social Inclusion*, 8(2), 151-167.
- Reisdorf, B., & Rhinesmith, C. (2020). Digital Inclusion as a Core Component of Social Inclusion. *Social Inclusion*, 8(2), 132-137.
- Resolution No. A/RES/70/1, adopted by the General Assembly on 25 September 2015. (2015). Transforming Our World: The 2030 Agenda for Sustainable Development, *General Assembly Official Records*, 70th Session, 1-35.
<https://documents-dds-ny.un.org/doc/UNDOC/GEN/N15/291/89/PDF/N1529189.pdf?OpenElement>

- Savage, M. (2021). *The Return of Inequality: Social Change and the Weight of the Past*. Harvard University Press.
- Sen, A. (2009). *The Idea of Justice*. Harvard University Press.
- Silver, H. (2015). The Contexts of Social Inclusion. *DESA Working Paper, (144, ST/ESA/2015/DWP/144)*, 1-30.
- Stiglitz, J. E, Fitoussi, J., & Durand, M. (2019). *Measuring What Counts: The Global Movement for Well-Being*. The New Press.
- Therborn, G. (2013). *The Killing Fields of Inequality*. Polity Press.
- Therborn, G. (2020). *Inequality and the Labyrinths of Democracy*. Verso.
- Tilly, C. (1998). *Durable Inequality*. University of California Press.
- Tilly, C. (2005). *Identities, Boundaries and Social Ties*. Routledge.
- Torres, A. (Org.) (2018). *Igualdade de Género ao Longo da Vida: Portugal no Contexto Europeu*. FFMS.
- UNECE, United Nations Economic Commission for Europe. (2020). *Towards achieving the Sustainable Development Goals in the UNECE region*. United Nations Publications.
- van Deursen, A. J., & van Dijk, J. A. (2015). Toward a Multifaceted Model of Internet Access for Understanding Digital Divides: An Empirical Investigation. *The Information Society, 31(5)*, 379-391.
- Waddington, J., Müller, T., & Vandael, K. (2019). Setting the scene: collective bargaining under neoliberalism. In T. Müller, K. Vandaele, & J. Waddington (Eds.), *Collective Bargaining in Europe* (pp. 1-32). ETUI Publications.
- Wilkinson, R., & Pickett, K. (2009). *The Spirit Level. Why More Equal Societies Almost Always Do Better*. Allen Lane.
- Wilkinson R., & Pickett, K. (2020). The struggle for equality and sustainability. In R. Costanza, J. D. Erickson, J. Farley, & I. Kubiszewski (Eds.), *Sustainable Wellbeing Futures: A Research Agenda for Ecological Economics* (pp.179-187). Edward Elgar.
- Wooldridge, J. M. (2013). *Introductory Econometrics*. Cengage Learning.
- Wuyts, C., & Loosveldt, G. (2019). *Quality matrix for the European Social Survey, Round 8: Overall Fieldwork and Data Quality Report*. ESS ERIC Core Scientific Team.

Data de submissão: 05/07/2021 | **Data de aceitação:** 15/06/2022



PLÁGIO NO ENSINO SUPERIOR Mensurar o que os alunos fazem, sabem e julgam saber

PLAGIARISM IN HIGHER EDUCATION Measuring what students do, know and believe they know

César Morais

FUNÇÕES: Concetualização, Curadoria dos dados, Análise formal, Investigação, Metodologia, Redação do rascunho original, Redação – revisão e edição

AFILIAÇÃO: Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade NOVA de Lisboa, Centro Interdisciplinar de Ciências Sociais (CICS.NOVA). Av. De Berna, 26 C, 1069-061 Lisboa, Portugal

E-mail: calm@fesh.unl.pt | ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-6741-0037>

Madalena Ramos

FUNÇÕES: Concetualização, Curadoria dos dados, Investigação, Metodologia, Administração do projeto, Redação do rascunho original, Redação – revisão e edição

AFILIAÇÃO: Iscte – Instituto Universitário de Lisboa, CIES – Centro de Investigação e Estudos de Sociologia. Avenida das Forças Armadas, 1649-026 Lisboa, Portugal

E-mail: madalena.ramos@iscte-iul.pt | ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-3117-4498>

Adriana Cardoso

FUNÇÕES: Investigação, Metodologia, Redação – revisão e edição

AFILIAÇÃO: Instituto Politécnico de Lisboa, Escola Superior de Educação de Lisboa, Centro de Linguística da Universidade de Lisboa. 1600-214 Lisboa, Portugal

E-mail: acarados@eselx.ipl.pt | ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-3551-0740>

Sónia P. Gonçalves

FUNÇÕES: Investigação, Metodologia, Redação – revisão e edição

AFILIAÇÃO: Centro de Administração e Políticas Públicas, Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas, Universidade de Lisboa. 1300-663, Lisboa, Portugal

E-mail: spgoncalves@iscsp.ulisboa.pt | ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-3704-2995>

Rosária Ramos

FUNÇÕES: Investigação, Metodologia, Redação – revisão e edição

AFILIAÇÃO: Centro de Administração e Políticas Públicas, Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas, Universidade de Lisboa. 1300-663, Lisboa, Portugal

E-mail: rramos@iscsp.ulisboa.pt | ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-6655-7280>

Rosalina Pisco Costa

FUNÇÕES: Investigação, Metodologia, Redação – revisão e edição

AFILIAÇÃO: Departamento de Sociologia, Universidade de Évora, Centro Interdisciplinar de Ciências Sociais (CICS.NOVA.UÉvora). 7004-516 Évora, Portugal

E-mail: rosalina@uevora.pt | ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-4549-9012>

Joaquim P. Gonçalves

FUNÇÕES: Investigação, Metodologia, Redação – revisão e edição

AFILIAÇÃO: Centro de Estudos Clássicos, Faculdade de Letras, Universidade de Lisboa. 1600-214 Lisboa, Portugal

E-mail: joaquimgoncalves@campus.ul.pt | ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-5533-0504>

Resumo: A investigação sobre o plágio entre alunos do ensino superior tem comprovado que esta prática, além de assumir diversas formas, tanto pode resultar de um ato intencional revelador de falta de honestidade, como de uma ação não intencional decorrente de desconhecimentos acerca do plágio e das normas a cumprir para o evitar. Este carácter plural e não intencional do plágio coloca atualmente

desafios à investigação, quer fundamental, quer aplicada, raras vezes explorados no caso português. Este artigo debruça-se sobre a discussão metodológica em curso acerca da mensuração da incidência do plágio no ensino superior, trazendo à colação dados recentes sobre estudantes portugueses e refletindo sobre os prolongamentos dessa discussão na prevenção desta prática fraudulenta. Verifica-se que a combinação de distintos indicadores permite mensurar de forma mais holística a incidência do plágio e que a sua prevenção carece de maior aposta em formação sobre uma correta utilização e creditação de fontes.

Palavras-chave: plágio, estudantes do ensino superior, práticas, percepções.

Abstract: Research on plagiarism among higher education students has shown that this practice, in addition to taking different forms, may result, both, from an intentional act revealing the lack of honesty, and from an unintentional action resulting from lack of knowledge about plagiarism and the rules to be followed to avoid it. This plural and unintentional nature of plagiarism currently raises challenges for research, be it fundamental or applied, rarely explored in the Portuguese case.

This article focuses on the ongoing methodological discussion about the measurement of the incidence of plagiarism in higher education, bringing to focus recent data on Portuguese students and reflecting on the extensions of this discussion on the prevention of this fraudulent practice. It is verified that the combination of different indicators allows measuring the incidence of plagiarism in a more holistic way and that its prevention requires a greater emphasis in training about the correct use and crediting of sources.

Keywords: plagiarism, higher education students, practices, perceptions.

Introdução

O plágio diferencia-se das outras fraudes académicas na medida em que o estudante, para não o cometer, além da sua necessária adesão a uma pauta de honestidade que o iniba de incorrer numa qualquer fraude, deverá também possuir um conjunto específico de conhecimentos que lhe permitam, por um lado, reconhecer as diversas manifestações desta prática e, por outro, conhecer as normas envolvidas na utilização e creditação de fontes externas.

Esta dimensão de desconhecimento potencialmente associada a práticas de plágio permite perspetivar a existência de plágio não intencional, que é apenas explorado na investigação desde o início deste século, pois até então e, acrescente-se, ainda atualmente, este fenómeno tende a ser enquadrado como uma ação intencional e informada que espelha a falta de ética de quem a engendra (Adam, 2016; Husain et al., 2017). Trata-se de um “novo” entendimento que, por um lado, implica enfrentar renovados desafios metodológicos na mensuração deste fenómeno (Walker, 2010) e, por outro, reclama uma evolução das políticas de prevenção do plágio das instituições de ensino superior (Ramos & Morais, 2020, 2021).

Estas duas consequências, ainda pouco aprofundadas em contexto nacional, serão exploradas no presente artigo, no qual, depois de se sistematizarem alguns

dos pressupostos centrais para a problematização das práticas de plágio entre estudantes do ensino superior, são apresentados e discutidos os resultados de uma inquirição recente a alunos de cursos de licenciatura. Trata-se, portanto, de uma reflexão sobre as possíveis evoluções na mensuração e prevenção do plágio entre estudantes do ensino superior português.

A singularidade do plágio no universo da fraude académica: uma particularidade com incontornável impacto na sua mensuração e prevenção

Ainda que não exista consenso na literatura acerca da definição de plágio, podem considerar-se três aspetos que comumente balizam esta prática na investigação (Ramos & Morais, 2021; Sutherland-Smith, 2008): *i*) a incorreta declaração da(s) autoria(s) ou da originalidade dos textos, *ii*) a creditação das fontes citadas ao arrepio das normas aplicáveis e *iii*) a irrelevância da intencionalidade com que se plagia.

Por sua vez, a diversidade de nomenclaturas utilizadas para referir as várias formas do plágio académico surge passível de sistematização em quatro grandes tipos (Bretag & Mahmud, 2009a; Ramos & Morais, 2021): *i*) o plágio palavra por palavra, isto é, a utilização de citações diretas, seja de texto ou de qualquer outro elemento, sem realizar corretamente a creditação da fonte dessas citações; *ii*) o plágio mosaico, que envolve a alteração de pormenores do texto ou de outros elementos, com ou sem creditação das fontes; *iii*) o autoplágio, que subsume as situações de apresentação de um determinado elemento como original quando este já tenha sido divulgado totalmente ou em grande medida em momento anterior; e *iv*) a compra ou qualquer outra forma de apropriação da autoria de elementos de outrem.

Mas, se estes pontos são relativamente consensuais, é, todavia, importante salientar, de forma necessariamente sumária, algumas das discussões que suscitam.

Desde logo, note-se que o percurso escolar até ao ensino superior geralmente não incentiva uma utilização de fontes creditada ou tampouco cuidada (Strangfeld, 2019). Em Portugal, Dias e colegas (2013) verificam uma frequência elevada de diversos tipos de plágio entre alunos do ensino secundário e profissional que maioritariamente passa impune e que essencialmente resulta do uso acrítico de informação recolhida *online* ao arrepio de quaisquer direitos de autor. Estes autores destacam a profunda necessidade de promover a alfabetização digital nestes níveis de ensino, isto é, importa “ajudar os alunos a entender como utilizar os benefícios das tecnologias para a sua aprendizagem e rendimento escolar, usando as regras básicas para citar as suas fontes” (Dias et al., 2013, p. 18). Tal como referem Kaposi e

Dell (2012), nem todos os estudantes no ensino superior, especialmente os recém-ingressados, conhecem as regras académicas. De facto, a investigação já identificou as suas notórias dificuldades em definir o que é plágio e identificar as suas várias formas (Childers & Bruton, 2016; Power, 2009), elaborar com correção uma paráfrase ou uma metáfrase (Hutchings, 2014) e, sobretudo, conhecer e ser proficiente com a diversidade de normas de creditação de fontes em vigor (Gullifer & Tyson, 2010; Power, 2009). Assim, será plausível assumir que muitos dos casos de plágio detetados entre estudantes do ensino superior podem resultar apenas de incompreensões acerca da própria prática e seus diversos tipos, assim como sobre o processo académico de escrita intertextual com a devida creditação de autorias.

Acresce que existem também disputas sobre as fronteiras dos quatro grandes tipos de plágio na esfera académica mencionados anteriormente. Em particular, no que concerne ao autoplágio, não existe consenso sobre a legitimidade de um autor reutilizar um texto seu já publicado numa nova publicação, nem quanto à forma apropriada de creditar essa reutilização (Bretag & Mahmud, 2009b). Existem também diferentes posições relativamente a situações que envolvem citações corretamente creditadas, mas incorretamente executadas (Childers & Bruton, 2016) ou casos em que a autoria de um texto é partilhada por alguém que não participou diretamente na sua elaboração (Haviland & Mullin, 2009). Essas fronteiras também se afiguram distintas consoante a instituição de ensino ou a área científica (McCabe et al., 2002). O mesmo acontece com o grau de incentivo à própria honestidade, valor nuclear para evitar o recurso ao plágio ou qualquer outra fraude, que parece variar consoante a esfera académica (Peixoto, 2019). Tal como refere Peixoto (2019, p. 77) relativamente ao caso específico das universidades portuguesas, “a fraude académica é um fenómeno socialmente tolerado na universidade, sendo tendencialmente conhecido, praticado e não denunciado”. Estas indefinições e distinções reproduzem-se nas práticas e perceções dos estudantes, uma vez que tendem a ser fortemente influenciadas pela cultura de pares (McCabe & Treviño, 1997).

É ainda relevante equacionar que, atualmente, os próprios conceitos de autoria e originalidade são desafiados pelo surgimento de plataformas de criação ou cocriação, geralmente anónimas e virtuais, que fomentam a divulgação massiva dos elementos nelas criados (Sutherland-Smith, 2016). Estas práticas emergentes, mesmo quando exteriores à esfera do ensino académico, constituem-se progressivamente enquanto referências para a criação e utilização de produções alheias de novas gerações de estudantes que, neste caso, se afirmam particularmente paradoxais face às práticas autorais legitimadas nas instituições de ensino superior (Adam, 2016).

Assim, quando se pretende problematizar o plágio em contexto académico, não bastará assumir que se trata de um ato racional motivado por um qualquer

calculismo, será, portanto, também necessário enquadrar as consequências não antecipadas ou involuntárias de uma ação, no caso em apreço, o plágio em que o estudante incorre quando elabora textos académicos ao arpejo das normas e princípios em vigor na sua academia. A este propósito, note-se a “forma como Raymond Boudon analisa o problema [dos efeitos não intencionais de uma ação intencional] do ponto de vista do individualismo metodológico e (...) [o] modo como Anthony Giddens [o] incorpora na explicação da reprodução social” (Higgins, 2011, p. 258). É, todavia, raro que as investigações sociológicas sobre plágio no ensino superior convoquem este património, não obstante atualmente muitas reconhecerem a existência de plágio intencional e não intencional.

Em suma, a investigação fundamental sobre o fenómeno do plágio entre estudantes no ensino superior precisa ainda de desenvolver o seu manancial teórico e conceptual por forma a melhor problematizar este fenómeno plural, polisémico e, por vezes, involuntário. Um desafio que também se impõe a nível metodológico, nomeadamente, ao nível da mensuração da incidência das várias formas de plágio.

A maioria das investigações sobre práticas e perceções de estudantes sobre plágio tem por base dados quantitativos recolhidos por questionário. Esta prevalência carece de ser equilibrada por análises qualitativas, por exemplo, entrevistas em profundidade, isto é, recolhas de informação intensivas que permitam completar e refinar a informação extensiva recolhida por questionário. São igualmente lacunares as análises documentais retrospectivas da incidência de plágio, nomeadamente em repositórios académicos, pois o desenvolvimento tecnológico já permite atualmente implementar este tipo de metodologia em larga escala e com boa fiabilidade (Walker, 2010).

No contexto das inquirições por questionário, os indicadores utilizados para mensurar a incidência de plágio podem dividir-se em três grandes tipos: sumários, descritivos e avaliativos.

Os indicadores sumários, designadamente, *Alguma vez plagiou?* ou *Já cometeu autoplágio?* assumem que os estudantes sabem o que é plagiar e que conhecem os vários tipos de plágio, algo que a investigação não tem confirmado. Estes indicadores continuam a ser utilizados atualmente em grande medida porque, ao serem tão sintéticos, são facilmente replicados em estudos distintos, permitindo assim a sua comparabilidade e monitorização ao longo do tempo.

Já os indicadores descritivos procuram detalhar a ação que subjaz a um determinado tipo de plágio, por exemplo, *Já utilizou integralmente excertos de textos de outros autores como sendo seus?* É também frequente localizar a prática descrita numa situação académica quotidiana, tendo como principal propósito que os estudantes compreendam melhor essa descrição, como é exemplo a formulação que se segue:

A Joana tem de realizar um trabalho escrito numa unidade curricular. Para facilitar esta tarefa, recorre à internet e apresenta um trabalho em que transcreve partes de textos dispersos online sem identificar os seus autores. Considera que é plágio? Já fez o mesmo? Faria o mesmo?

Mais recentemente e, acrescente-se, raramente, surgem investigações que não se limitam às declarações dos inquiridos sobre as suas práticas, antes as procuram observar diretamente através de exercícios que avaliam a capacidade de os alunos construírem e creditarem corretamente citações de outros textos (Childers & Bruton, 2016; Walker, 2010). Estes “novos” indicadores podem ser apelidados de avaliativos pois têm por base avaliações de exemplos de situações específicas de plágio, isto é, colocam a par um excerto de texto com um tipo de plágio e o excerto plagiado, questionando depois sobre a correção dessa utilização ou creditação de fonte ou, simplesmente, se a situação exemplificada é reconhecida enquanto plágio. Os indicadores avaliativos traduzem o atual entendimento sobre a relação dos estudantes com o plágio e conseguem captar os casos em que o plágio ocorre de forma não intencional, porém, dificilmente são coincidentes entre investigações, o que, não obstante as suas qualidades intrínsecas, tem vindo a dificultar a comparabilidade e cumulatividade do conhecimento entretanto gerado (Childers & Bruton, 2016).

No que concerne à componente aplicada da investigação sobre o plágio entre estudantes do ensino superior, os debates teóricos e metodológicos oferecem novas oportunidades de intervenção, sobretudo ao nível da prevenção. Desde logo, tal como salientam Macdonald e Carroll (2006), as políticas de prevenção do plágio são mais eficazes quando baseadas numa abordagem institucional holística que procure conciliar as diferentes perceções e práticas dos diversos atores nelas envolvidos — discentes, docentes, investigadores, funcionários académicos, instituições de ensino e agências externas de avaliação da qualidade do ensino. Assim, importa monitorizar atentamente a relação dos estudantes com o plágio, mas procurando tanto conhecer a forma como percebem as suas práticas, como tentando avaliar essas práticas diretamente. Tal como referido anteriormente, a evidência aponta para que os procedimentos que vigoram na esfera académica não sejam familiares aos estudantes, especialmente quando recém-chegados a este nível de ensino, tornando-se assim particularmente importante incluir uma dimensão formativa nos processos de prevenção do plágio nas instituições do ensino superior, especialmente no que concerne à transmissão de competências de escrita científica intertextual (Ramos & Morais, 2021; Stoesz & Yudintseva, 2018).

Método e Participantes

Os dados que se apresentam de seguida resultam de uma inquirição *online* por questionário através da plataforma *Qualtrics*, aplicada entre março e maio de 2020, a estudantes em instituições portuguesas de ensino superior. Esta inquirição decorreu ao abrigo de uma parceria entre essas instituições e o projeto de investigação ao qual se associam os autores deste texto, porém, o seu término foi antecipado na sequência do dealbar da crise pandémica COVID-19. Assim, os dados recolhidos certamente não serão representativos da totalidade dos alunos das instituições envolvidas, antes do grupo de alunos dessas instituições que responderam ao convite de participação que foi dirigido a todos os estudantes.

O questionário aplicado incide sobre várias formas e dimensões da fraude académica. A sua elaboração teve por referência outros questionários utilizados em investigações nacionais (Almeida et al., 2015) e internacionais (Razera et al., 2010), mas procurou levar em conta as questões metodológicas antes referidas. O questionário final recebeu aprovação por parte da Comissão de Ética do Iscte — Instituto Universitário de Lisboa (Parecer 78/2019), instituição onde se inscreve a coordenadora do projeto de investigação “Fraude no ensino superior português: práticas e políticas”, no qual se insere o presente trabalho. No que concerne à incidência do plágio, o questionário inclui indicadores sumários, descritivos com e sem cenário, e avaliativos, assim como conjuga questionamentos retrospectivos e prospetivos. Nos indicadores descritivos com cenário, os inquiridos são convidados a declarar se fariam o mesmo, mas também se consideram que a situação retratada configura uma fraude académica. No que concerne aos indicadores avaliativos, são apresentados dois exercícios, o primeiro implica que os inquiridos decidam se um dado parágrafo incorre, ou não, em plágio palavra por palavra, tendo para isso acesso à fonte original desse parágrafo; o segundo adota o mesmo processo, mas incide sobre o plágio mosaico.

Obtiveram-se 693 respostas de estudantes de licenciatura em diversas áreas académicas, 50,6% dos quais no ensino politécnico público e os restantes no universitário público. Os inquiridos são predominantemente do sexo feminino (77,3%) e com idades até aos 25 anos (78,2%).

Perceções e práticas de estudantes perante o plágio: o que dizem saber e fazer face ao que sabem e fazem

A Tabela 1 apresenta os resultados da aplicação de um indicador sumário relativo à perceção dos inquiridos sobre a percentagem de estudantes que cometem plágio. Ao

Tabela 1 Percepção da incidência de plágio no ensino superior e no curso do inquirido (indicadores sumários)

	% média
% que comete plágio no ensino superior (n=539)	45,1
% que comete plágio no curso do inquirido (n=589)	31,9

Fonte: Projeto “Fraude no ensino superior português: práticas e políticas”.

dirigir essa percepção para a globalidade do ensino superior, a estimativa média obtida foi de 45,1%, descendo para 31,9% quando a referência é o próprio curso do inquirido.

Note-se que, assim mensurada, a percepção da incidência de plágio, tanto no ensino superior como no curso do inquirido, é já bastante elevada, envolvendo quase metade dos alunos no primeiro caso e pouco menos de um terço no segundo. Em Portugal, um indicador sumário de plágio foi também aplicado por questionário *online* junto de estudantes em vários ciclos de ensino de uma universidade localizada em Lisboa (n=690), porém, foi formulado em termos pessoais, tendo 28,5% dos inquiridos confidenciado “já ter cometido plágio 1 ou 2 vezes” (24,4%) ou “3 ou mais vezes” (4,1%) (Ramos, 2017, p. 17). Um projeto internacional abordou o caso português com um indicador sumário operacionalizado *online* junto de uma amostra de estudantes de vários ciclos de ensino de dimensão mais reduzida (n=189) do que as antes referidas, mas que incluía instituições de ensino públicas e privadas, quer do ramo universitário, quer do politécnico. Aferiu-se que 39% desses estudantes “acreditam que já cometeram plágio de forma acidental ou deliberada” (Glendinning, 2014, p. 2). Numa inquirição direta por questionário, coordenada por Almeida et al. (2015), foram inquiridos através de amostragem por quotas mais de 7.200 estudantes em cursos de 1º ciclo ou similares (incluindo mestrado integrado) em diversas áreas de formação e em todos os ramos do ensino superior público e privado. O indicador sumário utilizado nesta inquirição não se referia diretamente a plágio, antes questionava “com que frequência os alunos, no seu curso, cometem algum tipo de fraude académica”, tendo 23,2% dos estudantes respondido “regularmente” e 46,4% “com alguma frequência” (Almeida et al., 2015, p. 38).

Os valores cotejados não permitem comparação direta, porém todos revelam que, segundo a percepção de estudantes do ensino superior português, o plágio ocorre e a sua incidência pode até assumir valores bastante altos. Acresce ser também plausível colocar como hipótese que essa percepção seja ainda mais elevada quando, por um lado, se coloca o foco nos outros — a globalidade do ensino superior ou o curso — e, por outro lado, se inclui na questão a referência a plágio intencional e não intencional.

Tabela 2 Percepção da incidência retrospectiva de plágio mosaico e autoplágio (indicadores descritivos sem cenário)

	%
Já recorreu a Plágio Mosaico (n=616)	45,3
Já recorreu a Autoplágio (n=616)	10,4

Fonte: Projeto “A fraude no ensino superior português: práticas e políticas”.

Ao recorrer a indicadores descritivos para plágio mosaico e autoplágio, mas sem localizar a explicação destas formas de plagiar num cenário académico quotidiano, verifica-se que 45,3% dos inquiridos afirmam já ter cometido plágio mosaico e 10,4% autoplágio (Tabela 2)¹.

No cotejo das Tabelas 1 e 2, emerge a fragilidade dos indicadores sumários a par com um primeiro contorno do desconhecimento dos alunos sobre o plágio. Com efeito, quando se explica em que consiste o plágio mosaico, a percepção dos inquiridos sobre o que tem sido o seu próprio comportamento já supera o que, em média, percecionavam como sendo a incidência global de plágio no seu curso, e tange a fasquia mais elevada colocada para a totalidade do ensino superior. Acresce que, quanto ao autoplágio, não obstante existirem apenas 10,4% que admitem já a ele ter recorrido, 4,9% desses não confundiram antes já terem incorrido em plágio mosaico, o que faz elevar a incidência declarada do conjunto destas duas formas de plágio para 50,2%. Convém salientar que apenas se destacam aqui dois tipos de plágio entre os vários contemplados no questionário aplicado.

A Tabela 3 revela os resultados obtidos através de indicadores descritivos por cenário para os mesmos tipos de plágio, desta feita, questionando se são considerados fraude e se poderão vir a ser cometidos pelo inquirido.

Cerca de 68% dos inquiridos consideram fraude o caso de plágio mosaico apresentado e unicamente 12,4% admitem vir a fazer o mesmo. Já o autoplágio é considerado fraude por uma parcela de apenas 33,9% e, provavelmente também por isso mesmo, se eleve a percentagem dos que admitem vir a cometê-lo (26,5%).

Posto isto, o desconhecimento dos estudantes que emergia no indicador descritivo sem cenário surge agora mais notório.

O autoplágio, quando explicado e colocado numa situação quotidiana — “a Sara entrega um trabalho numa unidade curricular já anteriormente avaliado

1 A explicação apresentada aos inquiridos sobre o plágio mosaico era “retirar um excerto de um texto, fazer pequenas modificações ao nível da expressão escrita e apresentá-lo num trabalho sem referir o texto original” e a do autoplágio “apresentar o mesmo trabalho em várias unidades curriculares”.

Tabela 3 Perceção da qualificação enquanto fraude e da incidência prospetiva de plágio mosaico e autoplágio (indicadores descritivos com cenário)

	É fraude		Faria o mesmo	
	n	%	n	%
Plágio Mosaico	662	67,7	662	12,4
Autoplágio	682	33,9	682	26,5

Fonte: Projeto “A fraude no ensino superior português: práticas e políticas”.

numa outra unidade curricular, sem dar conhecimento desse facto ao professor” —, é considerado fraude por pouco mais de um terço dos inquiridos. Note-se ainda que a perceção sobre a sua incidência futura mais que duplica a aferida através de um indicador descritivo sem cenário.

Para o plágio mosaico, é descrito o seguinte cenário: “Na sua dissertação de mestrado, o António apresenta partes de texto que são uma colagem de excertos de livros e artigos, em que acrescenta algumas palavras ou frases de ligação, não referindo os textos originais.”

Cerca de um terço dos inquiridos não o considera fraude, o que pode redundar em recorrências não declaradas nem entendidas enquanto tal. Acresce que a reduzida incidência prospetiva agora aferida — 12,4% afirmam que o podem vir a cometer — contrasta com a elevada incidência retrospectiva aferida antes — mais de 44% admitem já o ter cometido. Mesmo não descartando outras hipóteses explicativas que, sem dados adicionais, permitam esclarecer este aparente paradoxo, é plausível colocar como hipótese que a situação de plágio mosaico descrita seja percebida pelos inquiridos, por referir um curso de mestrado, de tal forma longínqua que estes consideram pouco provável reproduzi-la, mesmo aqueles que tinham assumido antes recorrer esta forma de plágio no seu curso de licenciatura.

Consequentemente, sobressaem novamente as diferenças de resultados sobre a incidência de plágio(s) consoante o tipo de indicador utilizado. Mesmo que neste caso o questionamento seja prospetivo e nos anteriores retrospectivo, a utilização, ou não, de cenários efetivamente produz diferentes perceções sobre a incidência dessa prática.

A já referida inquirição a estudantes no ensino superior português coordenada por Almeida et al. (2015) recorreu igualmente a um questionamento prospetivo por recurso a indicadores descritivos com cenário. Neste caso, a situação relativa ao plágio mosaico é formulada nos seguintes termos:

No âmbito do regime de avaliação de uma disciplina do seu curso, a Joana tem de apresentar um trabalho escrito. Tendo pouco conhecimento sobre o tema, para

facilitar o seu trabalho, a Joana recorreu à internet, apresentando um texto final significativamente copiado de outros textos dispersos *online*. (p. 167)

Nesta inquirição, 84,4% dos estudantes de 1.º ciclo consideraram esta prática fraude e 38,9% admitiram que podiam vir a cometê-la. Face aos dados anteriormente analisados, verifica-se que diminuem as dúvidas em considerar fraude esta forma de plagiar, aumentando, todavia, a parcela dos que admitem poder vir a fazê-lo.

Contraste semelhante sucede no caso do autoplágio, que é, na investigação coordenada por Almeida et al. (2015), formulado no seguinte cenário:

A Sara apresentou um trabalho numa disciplina que ela já havia apresentado em outra disciplina, tendo apenas que reescrever uma pequena parte do texto original, dada a semelhança dos temas. A Sara não disse ao seu professor que já havia apresentado o mesmo trabalho noutra disciplina. (p. 165)

Neste caso, 62,7% dos inquiridos consideram-no fraude e 73,0% assumem que o podem cometer, isto é, são menores as dúvidas e maior a intenção de o cometer face ao aferido antes.

Mesmo que a comparabilidade entre os valores cotejados seja limitada, sobressai, além da falta de univocidade na classificação de práticas fraudulentas enquanto tal, que a perceção dos estudantes sobre a elevada incidência de plágio, quando apurada através de um indicador sumário, pode elevar-se mais ainda se os vários tipos de plágio forem decompostos e explicados através de indicadores descritivos, com ou sem recurso a cenário. De facto, o conhecimento limitado sobre o plágio, os seus tipos e a forma de os evitar, surge comumente apontado como o principal obstáculo à precisão dos resultados obtidos por indicadores sumários, mesmo que descritivos (Colella-Sandercock, 2016), pois reportar a incidência de algo que não se compreende plenamente dificilmente se afigura fiável (Power, 2009).

Em suma, mesmo que os indicadores descritivos considerem a pluralidade do plágio e também o desconhecimento dos estudantes sobre essa pluralidade, as descrições que contêm dificilmente esgotam todas as formas dos tipos de plágio a que aludem e, portanto, não só mais facilmente são distintas entre estudos, o que coloca entraves à sua comparabilidade e leitura evolutiva (Childers & Bruton, 2016), como ainda podem ser demasiado restritivas, o que resulta na subestimação da incidência do tipo de plágio a que aludem. Não obstante, os indicadores descritivos aferem com maior precisão a perceção dos inquiridos sobre a incidência dos tipos específicos de plágio que abordam pois, de facto, nem todos conhecem esses tipos ou, tampouco, os consideram fraude. Note-se, contudo, que os indicadores descritivos com ou sem cenário podem ser encarados enquanto componentes de um índice global da

incidência de plágio, uma análise conjunta que certamente potenciará a comparabilidade com outros estudos que também mobilizem estes tipos de indicadores, ainda que descrevendo situações distintas de um mesmo tipo de plágio.

Convém também notar que estes indicadores remetem para questionamentos sensíveis, isto é, o comportamento que visam aferir, mesmo quando não totalmente compreendido, tende a ser entendido como socialmente condenável, o que facilmente se repercute nas respostas obtidas. No caso específico da fraude acadêmica, as questões sensíveis maioritariamente resultam na subestimação do tipo de fraude que pretendem mensurar e num maior volume de não-respostas (Jann et al., 2012), mesmo quando se garante o anonimato dos respondentes (Collella-Sandercock, 2016).

No sentido de ultrapassar a previsível subestimação nos questionamentos diretos sobre fraudes acadêmicas, um grupo de investigação sediado na Alemanha vem testando a aplicabilidade de algumas metodologias estatísticas, nomeadamente, a técnica clássica da resposta randomizada (Warner, 1965) e os mais recentes modelos triangulares e cruzados de resposta (Yu et al., 2008). Não obstante os resultados promissores obtidos pelo último modelo, este não consegue evitar totalmente os problemas dos questionamentos diretos, tampouco se afigura claro em que medida melhora a estimação da incidência de plágio ou, acresce, se tal se aplica aos seus vários tipos (Jann et al., 2012; Krumpal, et al., 2015). Com efeito, tanto porque requerem formas de questionar específicas, geralmente alternando questões sensíveis com outras não sensíveis ou de resposta conhecida, como porque recorrem a análises estatísticas complexas, estas metodologias poucas vezes foram aplicadas a fraudes acadêmicas fora dos arranjos experimentais do referido grupo de investigação.

De implementação mais facilitada, mas também escassas vezes encetada (Collella-Sandercock, 2016), surge a sugestão de John Walker (2010): medir o que os estudantes fazem e não apenas o que dizem fazer. Dando sequência à sugestão de Walker para a mensuração da incidência do plágio, procurou-se no questionário aplicado averiguar se os estudantes inquiridos conseguem utilizar e creditar corretamente fontes externas nos seus trabalhos e, portanto, evitar cometer plágio mesmo quando não o pretendem cometer. Utilizam-se, para isso, dois indicadores avaliativos para plágio, quer na sua versão palavra por palavra, quer na de mosaico. No primeiro caso, apresenta-se uma paráfrase abusiva de um excerto, ou seja, substituem-se por sinónimos todas as palavras do texto original, ainda que se tenha creditado corretamente a sua fonte. No segundo, cita-se diretamente um excerto de um texto a par com a referência aos seus autores e a data da obra, mas sem colocar esse excerto entre aspas nem tampouco indicar o número da página na obra

Tabela 4 Capacidade de reconhecer situações de plágio mosaico e palavra por palavra (indicadores avaliativos)

		%
Plágio Mosaico por utilização incorreta da fonte (<i>Paráfrase abusiva mas corretamente creditada</i>)	Está incorreto	42,4
	Está correto	44,1
	Não sabe avaliar	13,5
	Total (n)	637
Plágio Palavra por Palavra por creditação incorreta da fonte (<i>Citação direta creditada como indireta</i>)	Está incorreto	12,9
	Está correto	73,6
	Não sabe avaliar	13,5
	Total (n)	635

Fonte: Projeto "A fraude no ensino superior português: práticas e políticas".

citada. Quanto aos resultados, a citação indireta abusiva ou, se se preferir, paráfrase abusiva, foi identificada como uma situação de plágio (mosaico) por 42,4% dos respondentes, enquanto apenas 12,9% dos inquiridos conseguiram identificar o caso de plágio (palavra por palavra) que resultava da creditação de uma citação direta como indireta (Tabela 4).

Conjugando os resultados deste exercício prático com a anterior mensuração de perceções, verifica-se que a grande maioria dos inquiridos não consegue reconhecer situações de plágio mosaico ou palavra por palavra, o que significa ser bastante provável que ao longo do seu percurso académico possam incorrer reiteradamente em práticas de plágio sem o saber, ou seja, de forma não intencional. Veja-se que apenas 12,4% do total de inquiridos admitiram antes, utilizando um indicador descritivo com cenário, que poderiam vir a cometer plágio mosaico, mas apenas 42,4% desse mesmo total sabem como evitar cometê-lo por utilização incorreta da fonte, conforme se constata por recurso a um indicador avaliativo.

Ainda que não existam resultados comparáveis para o caso português, trata-se de conclusões consentâneas com as de Childers e Bruton (2016), num estudo de caso numa universidade estadunidense, no qual um indicador avaliativo semelhante de plágio mosaico foi também mais facilmente reconhecido enquanto plágio do que o de uma citação direta creditada como indireta. Num exercício não ensaiado agora, apenas cerca de dois terços desses estudantes estadunidenses estavam fortemente convictos da correção de uma citação indireta devidamente elaborada e creditada, o que ilustra bem as muitas hesitações presentes.

A sugestão de Walker (2010) também remete para análises documentais retrospectivas, tendo o próprio verificado que, entre cerca de 1.100 trabalhos escritos submetidos por alunos seus ao longo de quatro anos letivos, "mais de um quarto (...) continham plágio e um décimo das submissões eram extensamente plagiadas" (p.57), sendo a forma mais usual o plágio mosaico, quer por utilização abusiva da fonte, quer

pela sua creditação incorreta. Segundo este autor, um dos principais obstáculos a estas análises assenta na incapacidade da tecnologia atual para determinar o que é, ou não, plágio, limitando-se a assinalar os excertos de um texto que são semelhantes aos de outros e, portanto, transferindo para o utilizador essa determinação, o que nem sempre se afigura linear e pode retirar objetividade a essa avaliação, especialmente se considerarmos as disputas sobre as fronteiras das várias formas de plagiar.

Não obstante as suas limitações e mesmo que acometidos ao seu contexto de recolha, estes dados sugerem igualmente que o retrato da incidência de plágio surge bastante distinto consoante se observa o que os estudantes dizem fazer ou as suas práticas. Este tipo de análise documental escasseia a nível internacional e ainda não foi tentada em terreno nacional. Assinale-se, no entanto, que Sousa-Silva e Abreu (2015) refletem sobre o contributo da linguística forense na identificação de casos de plágio em língua portuguesa, avançando sugestões valiosas no sentido de dotar de maior objetividade essa identificação, o que poderá contribuir para melhorar a precisão de futuras análises documentais.

Posto isto, as mensurações da incidência de plágio no ensino superior baseadas apenas na perceção dos estudantes, quer sobre os seus comportamentos passados ou futuros, quer sobre as ações dos outros, mesmo quando se detalham ou ilustram os tipos de plágio a que se reporta, só permitem ter uma noção subestimada da real incidência desta prática fraudulenta. Trata-se de uma limitação que se revela dificilmente corrigível ou estimável, mesmo utilizando formas de questionamento específicas e testes estatísticos mais ou menos sofisticados. Esta lacuna pode ser em grande medida colmatada por recurso a indicadores avaliativos, dado que só estes permitem mensurar até que ponto os estudantes conseguem evitar cometer plágio sem querer e, se este não for detetado por um qualquer mecanismo de controlo, sem saber que o cometeram.

Prevenção do plágio entre estudantes: como melhorar face ao que dizem saber e fazer e ao que sabem e fazem

Tomados no seu conjunto, os dados coligidos durante a reflexão metodológica anterior autorizam duas ilações gerais para o caso dos estudantes do ensino superior português: *i)* os alunos revelam dificuldades em determinar o que constitui, ou não, plágio; *ii)* a não intencionalidade tem uma expressão significativa nas práticas de plágio que dizem cometer. Estas ilações indicam outros tantos caminhos possíveis de intervenção rumo a uma melhor prevenção deste fenómeno.

Em primeiro lugar, formar. Trata-se de procurar dirimir os casos de plágio não intencional por mero desconhecimento das normas em vigor nas academias para a

correta utilização e creditação de fontes, assim como os intencionais através da valorização das vantagens individuais e coletivas da honestidade na esfera da produção académica e científica. Em Portugal, as instituições de ensino superior tendem a apostar pouco neste tipo de formação, procurando sobretudo dissuadir os plagiadores através da multiplicação de medidas de vigilância e punição (Glendinning, 2014; Peixoto et al., 2016). Todavia, existem já experiências pedagógicas de formação para a prevenção do plágio académico em contexto nacional (Ramos & Morais, 2020) e internacional (Stoesz & Yuditseva, 2018) que podem ser adaptadas ao caso específico de cada instituição, reforçando assim a sua atuação preventiva.

Saliente-se também que muitos dos estudantes inquiridos nos estudos mencionados antes, além de conscientes das suas dificuldades perante o plágio e a utilização e creditação de fontes, consideram importante ultrapassá-las. Com efeito, em Ramos (2017), os estudantes inquiridos apontam as “dificuldades na elaboração de um texto académico” como o segundo fator mais importante que motiva o plágio (p. 11) e fornecer “informação acerca das regras relativas ao plágio” como a segunda medida preventiva mais eficaz (p. 17). Também em Glendinning (2014), perante a questão “o que leva os estudantes a plagiar?” e uma lista de 22 motivos diversos passíveis de escolha, uma ampla parcela dos inquiridos indicou que “não percebem como citar ou referenciar” (48%) ou “não sabem expressar as ideias dos outros pelas suas próprias palavras” (42%) (p. 9). Tanto em Almeida et al. (2015), como na inquirição conduzida pelos autores do presente estudo, os estudantes foram questionados sobre o que motivava ou inibia a fraude académica no seu conjunto, sobressaindo também diversos aspetos relacionados com lacunas nos conhecimentos entre os motivadores e com o reforço de conhecimentos no caso dos inibidores. Por outro lado, mesmo perante a escassez de oportunidades de formação ao longo do trajeto académico, Ramos e Morais (2021) verificaram antes que as perceções dos estudantes numa universidade em Lisboa sobre o que constitui, ou não, plágio se tornam mais precisas durante o seu percurso académico entre ciclos de ensino:

Ao longo do processo de socialização académica decorrente da progressão entre ciclos de ensino, estes estudantes efetivamente acedem aos conhecimentos sobre o plágio e às competências para a intertextualidade científica que lhes permitem uma maior acuidade no confinamento desta prática e, assim, também uma maior noção da sua gravidade e de como não o cometer por descuido ou incompetência face às normas em vigor. (p. 17)

Trata-se de uma efetiva aproximação à cultura académica, mas que decorre sobretudo de forma atomística e não institucionalizada e, acresce, não se afigura suficiente para dirimir todas as dúvidas sobre o plágio e a construção e creditação de citações

diretas e indiretas, pois essas persistem numerosas em todos os ciclos de estudo (Ramos & Morais, 2021).

Em segundo lugar, monitorizar. Conforme citado antes, o sucesso das políticas de prevenção do plágio no ensino superior não dispensa a conciliação das diferentes perceções e práticas dos diversos atores académicos (Macdonald & Carroll, 2006). No entanto, em Portugal, não existem instituições que monitorizem regularmente essas perceções e práticas ou tampouco investigação em volume suficiente para suprir essa ausência. Acresce que, conforme se verificou antes, a monitorização do plágio, mas também das restantes fraudes académicas, não se afigura linear e tende a ficar acantonada ao contexto mensurado, sendo assim crucial que qualquer futura constituição desta base de conhecimento observe a atual discussão científica e o acervo teórico e metodológico já existente sobre esta temática.

Neste sentido, destaca-se a decisão das instituições do ensino universitário e politécnico em participar na inquirição coordenada pelos autores deste texto e que sustenta a reflexão metodológica atrás realizada. Trata-se, portanto, de um processo colaborativo, no qual a principal ferramenta de recolha de informação — o questionário aplicado *online* —, possui flexibilidade suficiente para acolher especificidades de instituições ou áreas de estudo particulares, ainda que garanta a uniformização necessária à comparabilidade dos dados recolhidos e considere a literatura nacional e internacional sobre a fraude académica. Os dados recolhidos junto de estudantes de uma dada instituição constituem-se como propriedade dessa instituição, sendo aí apresentados em relatório elaborado pelos coordenadores do projeto. Esse relatório promove uma visão comparativa desses dados face aos da globalidade das instituições participantes, sem, porém, as identificar individualmente. Acresce que os coordenadores deste projeto se reservam o direito de utilizar todos os dados recolhidos, mas unicamente em produtos científicos e nunca produzindo qualquer análise que revele a identidade das instituições participantes. Este tipo de processo colaborativo, mesmo que encerre problemas e dificuldades, desde logo na articulação entre os atores participantes, pode constituir um caminho com potencial para colmatar a lacuna de informação sobre o plágio no ensino superior português.

Notas conclusivas

À guisa de conclusão, convém sistematizar as consequências desta reflexão sobre a mensuração do plágio entre estudantes do ensino superior. Desde logo, revela-se necessário medir conhecimentos a par de desconhecimentos. Com efeito, para aferir a incidência de plágio, não basta perguntar a alguém se o cometeu, pois parece existir uma parcela ampla que não sabe se o faz ou não. Nessa mensuração, é,

portanto, crucial distinguir entre percepções (o declaram fazer e saber) e práticas (o que fazem e sabem), ambas relevantes para o estudo deste fenómeno, embora apenas as práticas permitam averiguar com maior precisão a incidência do plágio.

Os indicadores sumários da incidência do plágio observam percepções, mas revelam-se pouco precisos e, portanto, o seu elevado potencial comparativo surge obstaculizado pela dificuldade em determinar o que está a ser medido em cada contexto. Já os indicadores descritivos que visam percepções, ou os avaliativos, que focam as práticas, permitem uma mensuração mais holística do plágio, carecendo, porém, de uniformização tendo em vista a sua comparabilidade entre distintos contextos de mensuração, assim como de uma mobilização conjunta para dotar a mensuração de maior abrangência face à pluralidade do plágio. Importa também considerar que para aferir percepções sobre plágio se colocam questões sobre um tema sensível, o que tende a resultar numa aferição subestimada deste fenómeno. Trata-se de uma tendência dificilmente contrariável, mas que não se coloca numa mensuração da incidência do plágio através das práticas.

Por outro lado, sobressai que a atuação preventiva do plágio (não intencional) entre estudantes nas instituições do ensino superior em Portugal carece de uma formação institucionalizada, porventura obrigatória ou até mesmo curricular, sobre o valor da ética nas academias, como reconhecer fraudes académicas ou plágios e a correta utilização e creditação de fontes.

Convém, por último, referir que os dados sob escrutínio não permitem extrapolação além da amostra recolhida, todavia, as ilações que possibilitam estão em linha com as de outras investigações sobre o plágio entre estudantes do ensino superior português.

Notas

Por decisão pessoal, os/as autores/as do texto escrevem segundo o novo acordo ortográfico.

Referências

- Adam, L. (2016). Student perspectives on plagiarism. In T. Bretag (Ed.), *Handbook of academic integrity* (pp. 519-535). Springer.
- Almeida, F., Seixas, A., Gama, P., & Peixoto, P. (2015). *A fraude académica no ensino superior em Portugal*. Imprensa da Universidade de Coimbra.
- Bretag, T., & Mahmud, S. (2009a). A model for determining student plagiarism: Electronic detection and academic judgement. *Journal of University Teaching e Learning Practice*, 6(1), 49-60.

- Bretag, T., & Mahmud, S. (2009b). Self-plagiarism or appropriate textual re-use? *Journal of Academic Ethics*, 7(3), 193-205.
- Childers, D., & Bruton, S. (2016). Should it be considered plagiarism? Student perceptions of complex citation issues. *Journal of Academic Ethics*, 14(1), 1-17.
- Colella-Sandercock, J. (2016). Self-reporting in plagiarism research. How honest is this approach? *Journal of Research Practice*, 12(2), 1-5.
- Dias, P. C., Bastos, A. S., Gandra, M., & Díaz-Pérez, J. (2013). GENIUS, ¿Plagio o creatividad? Aportes para una discusión sobre las prácticas pedagógicas. *Bordón, Sociedad Española de Pedagogía*, 65(3), 9-23.
- Glendinning, I. (2014). *Impact of policies for plagiarism in higher education across Europe: Plagiarism policies in Portugal*. IPPHEAE.
- Gullifer, J., & Tyson, G. (2010). Exploring university students' perceptions of plagiarism: A focus group study. *Studies in Higher Education*, 35(4), 463-481.
- Haviland, C. P., & Mullin, J. A. (2009). *Who owns this text? Plagiarism, authorship, and disciplinary cultures*. Utah State University Press.
- Higgins, S. S. (2011). O estudo dos efeitos não intencionais da ação intencional na teoria sociológica. *Sociologias*, 13(28), 258-282.
- Husain, M., Shaker, S., & Mahfoodh, O. (2017). Perceptions of and attitudes toward plagiarism and factors contributing to plagiarism: A review of studies. *Journal of Academic Ethics*, 15(2), 167-195.
- Hutchings, C. (2014). Referencing and identity, voice and agency: Adult learners' transformations within literacy practices. *Higher Education Research & Development*, 32(2), 312-324.
- Jann, B., Jerke, J., & Krumpal, I. (2012). Asking sensitive questions using the crosswise model: an experimental survey measuring plagiarism. *Public Opinion Quarterly*, 76(1), 32-49.
- Kaposi, D., & Dell, P. (2012). Discourses of plagiarism: Moralistic, proceduralist, developmental and inter-textual approaches. *British Journal of Sociology of Education*, 33(6), 813-830.
- Krumpal, I., Jann, B., Auspurg, K., & von Hermanni, H. (2015). Asking sensitive questions: A critical account of the randomized response technique and related methods. In U. Engel, B. Jann, P. Lynn, A. Scherpenzeel, & P. Sturgis (Eds.), *Improving survey methods: Lessons from recent research* (pp. 122-136). Routledge.
- Macdonald, R., & Carroll, J. (2006). Plagiarism. A complex issue requiring a holistic institutional approach. *Assessment & Evaluation in Higher Education*, 31(2), 233-245.
- McCabe, D., & Treviño, L. (1997). Individual and contextual influences on academic dishonesty: A multicampus investigation. *Research in Higher Education*, 38, 379-396.
- McCabe, D., Trevino, L., & Butterfield, K. (2002). Honor codes and other contextual influences on academic integrity: A replication and extension to modified honor code settings. *Research in Higher Education*, 43(3), 357-378.
- Peixoto, P. (2019). A importância da universidade na promoção de uma cultura de honestidade. In R. Martins, & A. Nascimento (Coords.), *31 desafios para o ensino superior* (pp. 75-79). Imprensa Académica da Universidade da Madeira.

- Peixoto, P., Esteves, D., Seixas, A., Almeida, F., & Gama, P. (2016). Políticas institucionais em Portugal relativas à fraude académica. In F. Almeida, A. Seixas, P. Gama, P. Peixoto, & D. Esteves (Coords.), *Fraude e plágio na universidade: A urgência de uma cultura de integridade no ensino superior* (pp. 195-240). Imprensa da Universidade de Coimbra.
- Power, L. (2009). University students' perceptions of plagiarism. *The Journal of Higher Education*, 80(6), 643-662.
- Razera, D., Verhagen, H., Pargman, T. C., & Ramberg, R. (2010). Plagiarism awareness, perception, and attitudes among students and teachers in Swedish higher education – a case study. In *Proceedings of the 4th International Plagiarism Conference* (pp. 21-23). Newcastle Upon Tyne.
- Ramos, M. (2017, 13-14 de julho). *O plágio no ensino superior: Perceções e atitudes. Um estudo de caso* [Comunicação]. II Conferência Ibérica de Sociologia da Educação, Córdova, Espanha.
- Ramos, M., & Morais, C. (2020). A prevenção do plágio no ensino superior. Ilações a partir de uma prática pedagógica. In A. Novo, A. Nobre, J. Simão, & P. Pereira (Coords.), *Plágio e integridade académica na sociedade da informação* (pp. 79-93). Universidade Aberta.
- Ramos, M., & Morais, C. (2021). As várias faces do plágio entre estudantes do ensino superior: um estudo de caso. *Educação e Pesquisa*, 47, 1-23.
- Sousa-Silva, R., & Abreu, B. B. (2015). Plágio: um problema forense. *Language and Law/Linguagem e Direito*, 2(2), 90-113.
- Stoesz, B. M., & Yudinseva, A. (2018). Effectiveness of tutorials for promoting educational integrity: A synthesis paper. *International Journal for Educational Integrity*, 14(1), 1-22.
- Strangfeld, J. A. (2019). I just don't want to be judged: cultural Capital's impact on student plagiarism. *SAGE Open*, 9(1), 1-14.
- Sutherland-Smith, W. (2008). *Plagiarism, the Internet, and student learning: Improving academic integrity*. Routledge.
- Sutherland-Smith, W. (2016). Authorship, ownership and plagiarism in the digital age. In Bretag, T. (Ed.), *Handbook of academic integrity* (pp. 575-589). Springer.
- Yu, J., Tian, G., & Tang, M. (2008). Two new models for survey sampling with sensitive characteristic: Design and analysis. *Metrika* 67(3), 251-63.
- Walker, J. (2010). Measuring plagiarism: researching what students do, not what they say they do. *Studies in Higher Education*, 35(1), 41-59.
- Warner, S. (1965). Randomized response: A survey technique for eliminating evasive answer bias. *Journal of the American Statistical Association*, 60(309), 63-69.

Data de submissão: 14/02/2022 | **Data de aceitação:** 09/05/2022



O DARK TOURISM E O DESAFIO À PRESERVAÇÃO DA MEMÓRIA

Uma abordagem à musealização da Fortaleza de Peniche

DARK TOURISM AND THE CHALLENGE OF MEMORY PRESERVATION

An approach to the Peniche Fortress conservation

Catarina Ribeiro

FUNÇÕES: Concetualização, Investigação, Metodologia, Visualização, Redação do rascunho original, Redação – revisão e edição

AFILIAÇÃO: Universidade de Coimbra, Faculdade de Economia. Avenida Doutor Dias da Silva, 165, 3004-512, Coimbra, Portugal

E-mail: catarinafreitasribeiro@gmail.com | ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-1980-3033>

Resumo: Nos últimos 20 anos, uma das matérias que tem sido aprofundada pela Sociologia do Turismo é o *dark tourism*, dinâmica turística assente na visita a lugares marcados, nomeadamente, pelo sofrimento. Pretende-se com este artigo dar um contributo para a compreensão desta prática em Portugal, a partir de uma pesquisa exploratória sobre a preservação da Fortaleza de Peniche, que albergou uma prisão política do Estado Novo. A reflexão parte da articulação entre o quadro teórico, que explora várias abordagens ao conceito de *dark tourism*, sua amplitude e fragilidades, com o trabalho de campo desenvolvido na Fortaleza de Peniche, através de uma entrevista com a diretora do espaço, observação não participante e análise documental. Como resultado, apresenta-se uma visão do que se pretende que seja este lugar em construção, nomeadamente a estratégia de interpretação que tem sido pensada, essencial para o momento de encontro entre visitantes e passado.

Palavras-chave: *dark tourism*, experiência turística, memória, Fortaleza de Peniche.

Abstract: In the last 20 years, dark tourism – a tourism dynamic based on the act of visiting places marked, namely, by suffering – is one of the subjects explored by the sociology of tourism. The objective of this article is to advance with a contribution to the understanding of this practice in Portugal, based on exploratory research on the preservation of the Peniche Fortress, which housed a political prison during the Portuguese dictatorship. This analysis is conducted by the articulation between the theoretical framework, which explores how dark tourism has been approached, with the fieldwork developed in Peniche Fortress, through an interview with the director of the space and documentary analysis. As a result, a vision of what this place under construction is intended to be is presented, as well as the interpretation strategy that has been prepared, which is essential for the moment of encounter between visitors and the past.

Keywords: dark tourism, touristic experience, memory, Peniche Fortress.

Introdução

Os estudos conduzidos pela Sociologia têm contribuído para novos entendimentos sobre as diferentes potencialidades e riscos do Turismo, em domínios como os

interesses das/os turistas, a gentrificação ou a autenticidade dos lugares. No decorrer das últimas décadas, as dinâmicas turísticas têm sido analisadas através de parâmetros principalmente ligados à atratividade dos lugares, ao intercâmbio cultural entre turistas e locais e ao crescimento económico de cidades e países. Quanto aos interesses das/os turistas, as suas motivações têm movido atenção crescente, procurando-se identificar e analisar os propósitos que circundam as deslocações e, em simultâneo, a forma como os lugares de acolhimento se moldam às suas expectativas e necessidades, preservando ou alterando a sua identidade. Estes caminhos de entendimento têm sido conduzidos, nos contextos nacional e internacional, a partir de um circuito em que cada trabalho contribui para orientar novas pistas. As novas linhas de investigação permitem colher novos dados para entender as dinâmicas turísticas na atualidade em profundidade, identificando, analisando e compreendendo as interligações entre os lugares, a sua história e as/os suas/seus visitantes.

Como explica Noémi Marujo (2013), numa análise em que reúne o contributo de diversos autores, o caminho de proximidade entre a Sociologia e o Turismo começa, como refere Erik Cohen — na sua publicação datada de 1984 — em 1899 com o trabalho de Luigi Bodio, que publicou o primeiro artigo científico que interligava as duas áreas. Marujo (2013) identifica ainda que o diálogo entre as duas áreas progride e começam a construir-se os trabalhos que são reconhecidos como os primeiros e grandes contributos da Sociologia do Turismo, que surgem na Alemanha, perto de 1920.

Com recurso ao trabalho de Gil et al. (2003, citado em Marujo, 2013, p. 494), Marujo destaca que o autor H-J Knebel definiu o interesse da Sociologia pelo Turismo como a “sociologia da ciência do movimento de forasteiros”, no arranque do “estudo sociológico do fenómeno turístico”.

Com recurso agora ao trabalho de Dias (2003, citado em Marujo, 2013), Marujo acrescenta que H-J Knebel definiu, no seu livro *Sociología del turismo: cambios estructurales en el turismo moderno*, publicado em 1974, a disciplina como “a ciência que estuda o comportamento social [do ser humano], que transforma durante as férias o seu papel social, deixando para trás os diferentes papéis que desempenha (profissional, económico e social) e assumindo o papel de turista” (Dias, 2003, citado em Marujo, 2013, p. 498).

Ainda que com todos estes passos dados, o olhar da Sociologia para o Turismo como uma área de especialização e não somente como um tópico à margem da Sociologia surge a partir dos contributos de Erik Cohen (1972) — na sua publicação de 1972 — e Dean MacCannell (1989) — na sua publicação original de 1976¹ —, sendo este último considerado o primeiro grande abordagem ao

Turismo por parte das Ciências Sociais (Meethan, 2001). Também o contributo de John Urry (1990)² abriu as portas a uma análise social do Turismo, focada na forma como as pessoas se desviam do quotidiano para assumirem o papel de turistas, que o autor identifica como uma característica dos seres modernos.

A “complexidade do fenómeno turístico”, como também a pesquisa “marcada por um lento progresso”, como refere Noémi Marujo (2015, pp. 46-47), são características que sustentam a necessidade de a academia emprestar novos olhares às dinâmicas turísticas para que melhor se compreendam os seus contornos e impactos. A par da complexidade dos fenómenos turísticos, também o entendimento das experiências turísticas tem suscitado interesse face à diversidade de vivências que podem decorrer nas atividades turísticas. Na busca por um aprofundamento desta dimensão de análise, Noémi Marujo (2016) desenvolveu um estudo que fornece uma análise alargada de diferentes perspetivas de interpretação da experiência turística. Nesta análise, que abarca os contributos de autores de várias áreas do saber — da Sociologia à Geografia — a autora conclui que “não há só uma teoria para definir a natureza e o significado das experiências turísticas” (Marujo, 2016, p. 11).

Admitindo esta heterogeneidade, há, no entanto, diversos esforços para a compreender, analisando a forma como se encontram as/os turistas com os lugares. Com recurso à teorização de Can-Seng Ooi, publicada em 2005, Marujo (2016) destaca seis abordagens às experiências turísticas: *i*) a abordagem da psicologia cognitiva das experiências turísticas, que aborda as expectativas e percepções de turistas e a forma como estas afetam as experiências; *ii*) a abordagem das experiências turísticas positivas, focada no reforço positivo da experiência nas/os turistas; *iii*) a abordagem do estado de espírito e envolvimento experiencial, orientada para as experiências como um momento fora do comum e com grande significado; *iv*) a abordagem da fenomenologia da experiência turística, orientada para o processo de aprendizagem; *v*) a abordagem da natureza visual da experiência, focada na experiência turística com aspetos distintos da vida quotidiana; *vi*) a abordagem da economia da experiência, orientada pela busca por experiências únicas. Esta análise de seis formas de compreensão da experiência turística congrega esforços no sentido de encontrar teorias para definir a prática, tendo sempre em conta a diversidade que lhe é intrínseca, como também a necessidade de recorrer ao campo para testar as diferentes formas que pode assumir.

1 Neste artigo, a edição da obra *The Tourist* que será utilizada é a de 1989, intitulada *The Tourist: A New Theory of the Leisure*, editada pela University of California Press.

2 Neste artigo, recorre-se para citações à edição brasileira, intitulada *O Olhar do Turista*, editada em 2001, pela Studio Nobel.

A reflexão na área do Turismo é também demarcada por metodologias quantitativas e qualitativas, assumindo a Sociologia uma particular responsabilidade na interligação entre os dois universos metodológicos. As metodologias qualitativas assumem uma importância particular na análise das práticas turísticas, na medida em que “oferecem um grande potencial, ajudando-nos a compreender as dimensões humanas da sociedade, o que inclui as implicações sociais e culturais do Turismo” (Marujo, 2015, p. 60).

A relevância da investigação qualitativa é particularmente evidente no que diz respeito a trabalhos que buscam identificar e compreender dinâmicas turísticas que lidam com heranças particularmente difíceis. Nestas dinâmicas com uma pesada herança histórica, desenrolam-se duas dimensões particularmente relevantes: a forma como se aprende a herança histórica (Marujo, 2015) e a extensão da mercantilização na sociedade (Watson & Kopacheski, 1994). Esta última coloca os lugares em constante transformação, seguindo desígnios de mercado. No resgate da História para ser consumida nos lugares turísticos ao redor do mundo, diversos contributos são avançados para lançar novas linhas de reflexão sobre este encontro entre o passado e o presente.

Um dos avanços na discussão foi impulsionado pelo sociólogo John Urry (2001) que, há três décadas, na obra *The Tourist Gaze*, identificava algumas preocupações relacionadas com o fascínio pela contemplação do que é considerado histórico. Numa reflexão sobre o cenário da Grã-Bretanha, com um olhar centrado na cultura museológica e naquilo que apelida de “doença da nostalgia”, o autor considera que a questão central “não reside em saber se devemos ou não preservar o passado, mas que tipo de passado escolhemos preservar” (Urry, 2001, p. 150). Defendia que se devia potenciar “uma cultura baseada na compreensão da História e não num conjunto de fantasias em torno da tradição” (Urry, 2001, p. 150). Na mesma linha de alerta sobre o consumo do passado, também Carlos Fortuna deixa um contributo para suscitar novas interpretações sobre a forma como se apresenta o passado nos nossos dias. Este alerta para a banalização das narrativas de sofrimento, sempre que os lugares com um passado pesado são entregues ao “mercado turístico da nostalgia e do património” e adianta que “sem boas práticas e bons usos sociais, a insistência no património tem apenas o efeito de fazer esmorecer a nossa crença num futuro decente” (Fortuna, 2016, p. 12).

Os contributos e questionamentos de Urry e Fortuna são particularmente relevantes como ponto de partida para entender uma dinâmica turística que, não sendo um novo produto, se tem assumido como um tema estruturante para as Ciências Sociais nos últimos 20 anos: o *dark tourism*. O papel de relevo desta dinâmica turística para a análise e compreensão do Turismo a partir da Sociologia

prende-se, nomeadamente, com a oportunidade que fornece para colher entendimentos sobre a forma como são potenciados lugares de *dark tourism* e os seus efeitos nas/os visitantes. Permite, assim, aprofundar as formas que assume e como se expande esta dinâmica turística ligada a momentos sombrios.

Enquadramento teórico

A prática turística ligada à visita a lugares associados ao sofrimento ou à morte tem sido definida por via de diferentes terminologias. *Negative sightseeing* (MacCannell, 1989), *out of the ordinary experiences* (Urry, 1990), *black spot tourism* (Rojek, 1993), *thanatourism* (Seaton, 1996), *tragic tourism* (Lippard, 1999), *morbid tourism* (Blom, 2000), *dutiful tourism* (Hughes, 2008) e *internal obligation* (Kang et al., 2012) são alguns dos termos que assinalam a diversidade de leituras que têm sido produzidas sobre esta dinâmica turística.

A diversidade de leituras reflete não só a regular busca para encontrar novas terminologias para definir esta prática turística, como também a heterogeneidade do *dark tourism*, assente, por exemplo, nos contextos sociais e políticos dos países onde se encontram os lugares que são objeto do estudo, como também a missão e fontes de financiamento destes sítios.

Apesar da diversidade de descrições, é o termo *dark tourism* aquele que tem sido analisado e revisitado com maior regularidade e profundidade. Foi teorizado por Malcolm Foley e John Lennon, em 1996, e define esta dinâmica turística como “a apresentação e o consumo pelos visitantes de locais de morte e de desastres reais preparados para serem mercantilizados” (1996, p. 198). Para os autores, que tomaram como ponto de partida a visita a sítios associados à vida e à morte do 35.º Presidente dos Estados Unidos da América, John F. Kennedy, os média têm um papel central no desenvolvimento deste fenómeno. No seu entendimento, as/os visitantes destes lugares podem ter sido “motivados a realizar a visita pelo desejo de experienciar a realidade por trás das imagens dos média e/ou por uma associação pessoal com a desumanidade” (Foley & Lennon, 1996, p. 198), considerando também que levanta questões éticas, motivadas, nomeadamente, pela extensão da interpretação destes fenómenos. O fascínio pela contemplação de desastres reais é, para Foley e Lennon, uma motivação determinante para as/os turistas.

Para outras/os autoras/es que revisitaram esta definição da dinâmica turística, o preconceito ético de assumir que um fascínio pelo mórbido é a única motivação das/os visitantes é uma das críticas que são apontadas à leitura que Foley e Lennon propõem, pela limitação das motivações no usufruto destes lugares.

Michael S. Bowman e Phaedra C. Pezzullo criticam a rigidez com que se procura definir a forma certa de praticar *dark tourism*. Consideram que as dicotomias que têm sido propostas para pensar esta prática — que só pode ser “séria ou frívola e educacional ou entretenimento” (Bowman & Pezzullo, 2009, p. 195) — negligenciam as percepções diversas das/os turistas que visitam estes lugares. Concluem que pode ser tempo de abandonar o termo *dark tourism*, na medida em que este pode representar um “impedimento a análises detalhadas e circunstanciais dos lugares e performances e todas as suas particularidades e ambiguidades” (Bowman & Pezzullo, 2009, p. 199).

Nesta linha de interpretação, o conceito de *edutainment* abre também caminho à revisão das limitações da aplicação do conceito *dark tourism*. Aplicado numa análise a *lighter dark visitor attractions*, que se situam, segundo a teorização, num espectro mais leve dos lugares de *dark tourism*, Wyatt e colegas (2020) procuram demonstrar, através do design de interpretação destes espaços, que os lugares que promovem a educação-entretenimento “procuram desenhar as suas interpretações de forma que possam educar as audiências através de informações ancoradas académica e historicamente” (p. 13).

Na mesma linha de análise, outro contributo que vem também desafiar o conceito de *dark tourism* de Foley e Lennon é o de Rachel Hughes, a partir de um estudo de caso no Tuol Museum of Genocide, que resgata para atualidade o genocídio perpetrado pelo ditador Pol Pot no Camboja, entre 1975 e 1979. A autora (Hughes, 2008) sugere alguma prudência na forma como se interpreta o conceito e a forma abrangente como tantas vezes é aplicado: não se pode assumir somente que as/os turistas estão interessadas/os nos lugares de *dark tourism* apenas porque oferecem experiências fora do comum. Para Hughes (2008), a assumpção da/o turista como imoral falha na busca por explicar o turismo em lugares que não estão associados, definitivamente, ao divertimento.

A procura pela definição de categorias e subcategorias que permitam uma análise mais profunda e conhecedora da visita a lugares ligados ao sofrimento tem sido desenhada a várias mãos. Nos vários contributos que têm sido avançados, destacam-se dois trabalhos que colocam em evidência as motivações das/os turistas, como também a existência de diferentes intensidades dos lugares.

Um dos contributos é de Seaton (1996), que desenha uma proposta para definir cinco tipos de *dark travel activities*. Neste entendimento, as visitas ligadas a um lado mais sombrio do Turismo podem ser despoletadas por diferentes motivações que podem assumir várias intensidades, que vão desde a viagem para testemunhar encenações públicas de morte até à viagem para visitar lugares onde decorrem reconstituições de morte.

Philip Stone é outro dos autores que tem contribuído, em larga escala, para o entendimento desta dinâmica turística. No trabalho que publicou em 2006 (Stone, 2006), avança com duas possibilidades para a leitura e aplicação do conceito. Por um lado, o autor clarifica que a visita a estes lugares pode ser o resultado de diferentes objetivos: da espontaneidade ou premeditação da visita até existência de motivos políticos, de educação ou de entretenimento para impulsionar a viagem. Por outro lado, Stone desenha ainda categorias gerais para descrever os lugares que podem integrar esta dinâmica turística, sítios que denomina como *dark attractions*. Este contributo ajuda a justificar a complexidade de alcançar uma definição absoluta para a prática e, em simultâneo, dá a possibilidade de começar a segmentar caminho para compreender os lugares que podem integrar esta prática turística. Neste quadro de diferentes lugares que podem integrar esta definição, Stone (2006), aponta sete tipos de atrações: *i) dark fun factories*, sítios altamente turísticos que têm como principal propósito o entretenimento; *ii) dark exhibitions*, espaços destinados a potenciar oportunidades educativas e de reflexão; *iii) dark fun dungeons*, lugares associados à justiça adaptados para serem visitáveis, como, por exemplo, antigas prisões; *iv) dark resting places*, como cemitérios, largamente visitados devido à sua relevância arquitetónica; *v) dark shrines*, locais ou pontos próximos de lugares onde ocorreram mortes, que se tornaram numa espécie de memoriais; *vi) dark conflict sites*, como campos de batalha, que têm objetivos comemorativos e educativos, sendo um produto turístico com um grande potencial; *vii) dark camps of genocide*, que relatam e divulgam as maiores atrocidades da História.

No contexto português, também novos caminhos se têm trilhado na abordagem a esta dinâmica turística a partir dos contributos que se desenham internacionalmente. É o caso da revisitação que Ana Paula Fonseca e colegas (2015) fazem às categorias de Stone anteriormente referidas. Este contributo sublinha o papel do *dark tourism* no contacto próximo, mas seguro, com a morte por parte das/os visitantes em alguns lugares, como também a discussão na atualidade sobre os momentos e os lados mais sombrios da Humanidade.

Com a evolução das abordagens teórico-práticas ao *dark tourism*, tem sido possível trilhar novos caminhos de análise. Os conceitos e análises que se têm desenhado permitem compreender que o *dark tourism* é um fenómeno “complexo, multifacetado e multidimensional” (Sharpley, 2005, p. 220). Como prova a literatura, pode ser interpretado com recurso, nomeadamente, a três principais linhas de reflexão, levantadas por Lennon e Foley (1996) quando abordam os motivos que despoletam as visitas. Com recurso a uma vertente educativa, é possível analisar estes lugares a partir de uma abordagem à importância de conhecermos o passado no presente, como também no futuro. Pode também ser analisado através de uma

vertente cultural, que pode ser interpretada como um encontro para homenagear os que sofreram ou partiram. E ainda a partir de uma vertente comercial, que se caracteriza pela prevalência de grandes desígnios de mercantilização nos lugares.

Sobre estas três possíveis linhas de interpretação dos lugares de *dark tourism*, há na literatura, nomeadamente, três contributos relevantes para justificar a assumpção de que estas três vertentes podem ser efetivamente válidas para a análise de vários lugares. Por um lado, Philip Stone (2012) revela que os lugares de *dark tourism* são importantes para “construir significados da morte e do sofrimento no passado para compreender o presente e a vida no futuro” (p. 78). O contributo de Philip Stone e Richard Sharpley (2008) é também relevante para a interpretação desta dinâmica turística, ao referirem que o *dark tourism* pode contribuir para o “entendimento de desastres e de eventos do passado que perturbaram projetos de vida” (p. 588). Na mesma linha, Carolyn Strange e Michael Kempa (2003), através de uma análise das prisões de Alcatraz, nos Estados Unidos da América, e de Robben Island, na África do Sul, adiantam que o cenário mais obscuro seria fechar estes lugares aos/às visitantes, em vez de enfrentar o desafio contínuo de interpretar o encarceramento, punição e isolamento forçado. Noutra análise, Carlos Fortuna (2016) deixa uma chamada de atenção que dialoga com a vertente destes lugares mais orientada para a mercantilização: “o princípio da sujeição de lugares de alto sentido patrimonial da vida humana a desígnios turísticos” (p. 11).

Uma abordagem ao conceito de *dark tourism* tendo em conta estas três vertentes pode servir como um importante mediador entre o espaço e seus/suasazedores/as e o público, percebendo, assim, como se interligam o passado e o presente dos sítios e os impactos das suas missões nas necessidades e expectativas das/os turistas. Como revela a revisão da literatura, a forma como o conceito é analisado não deve excluir a sua diversidade, que pode ser a chave para compreender com maior detalhe o que simbolizam estes lugares para as/os visitantes e os fatores que motivam as suas visitas. Também a forma como é estruturada e concretizada a aproximação e o envolvimento das/os visitantes é uma componente forte para interpretação desta dinâmica turística.

No trabalho que Rachel Hughes desenvolveu no Tuol Museum of Genocide, no Camboja, para entender o impacto da visita nos/as turistas, a autora começa desde logo por procurar saber de que forma as estruturas governamentais dialogam com estes lugares. Neste caso, o museu analisado não surge nas publicações do Ministério do Turismo, sendo considerado por fontes oficiais do ministério como indesejável para grandes campanhas promocionais, dado que pode dar a ideia de que o Camboja não é um bom destino para férias (Hughes, 2008). Assim, a comunicação do espaço é feita localmente, através de publicações distribuídas em

bares, restaurantes e *guest houses* e surge em alguns guias de viagem como um dos sete lugares de interesse de Phnom Penh, capital do país.

No trabalho de campo junto das/os visitantes, a autora indica que estas/es esperam que a visita ao museu vá apoiar o conhecimento sobre o genocídio, tendo estas/es expressado alguma preocupação perante o facto de o museu não lhes dar ferramentas para concretizar esta missão (o museu tem falta de financiamento e não é significativamente renovado desde 1979). Esta falta de novos materiais e de testemunhos para a interpretação do espaço, e mais latamente do genocídio, transforma a visita, pois Hughes (2008) depreende, assim, que estes passaram a tomar a visita como um gesto simbólico. A sua aplicação do conceito de *dark tourism* neste lugar – particularmente a ideia de Foley e Lennon (1996) de que o turista chega a estes lugares apenas a partir de grandes campanhas massivas de divulgação e com a missão de esclarecer dúvidas sobre os medos da modernidade – vem demonstrar que a experiência real pode ser transformadora do conceito. A autora acrescenta que o resultado da visita das/os turistas ao museu pode denominar-se por *dutiful tourist* em que, pela falta de conhecimento mais abrangente, estas/es se sentem impelidas/os a ajudar as pessoas e organizações locais como uma espécie de gesto simbólico de homenagem. Para Hughes (2008), o Turismo em lugares de violência política em massa é significativamente mais complexo do que o atual *dark tourism* ou o *(a)moral tourism*, em grande medida porque estas teorias “generalizam e diminuem o que se propõe a explicar” com esta prática turística (p. 328).

Percebe-se, portanto, que a comunicação é também fundamental na interpretação deste fenómeno. Nesta linha, Jiaojiao Sun e Xingyang Lv (2021), no seu trabalho sobre Chernobyl, recorrem a imagens e aos sentimentos que elas despoletam para entender esta dinâmica turística numa abordagem mais próxima do *marketing*. Neste estudo, destacam, nomeadamente, a importância da gestão dos espaços e a forma como estes se moldam para se comunicar aos/às visitantes, particularmente através das imagens que partilham sobre si próprios em *websites* de promoção turística, ou até mesmo durante as visitas aos espaços. Neste entendimento, baseado nas informações que recolheram, o *dark tourism* é um processo de descoberta em que vários atores e meios vão intervindo para apresentar os lugares aos/às visitantes.

As propostas de categorização do conceito de *dark tourism* que aqui têm sido analisadas constroem-se num contexto de expectativa de que o conceito possa ser mais enriquecedor do que limitador no processo de compreensão do Turismo na atualidade. Tal não significa que se deva rejeitar, à partida, a existência de um conceito lato para definir esta prática em linhas gerais, mas devem considerar-se também as diversas aplicabilidades do conceito para entender qual é a definição, e

também o significado, desta prática em diferentes países. Philip Stone e Richard Sharpley (2008) alertam que a literatura sobre esta dinâmica permanece eclética e teoricamente frágil, sendo importante procurar compreender se será “possível e justificável categorizar coletivamente a experiência em lugares ou atrações que estão associadas à morte ou ao sofrimento como *dark tourism*” (p. 575).

Abordagem metodológica

Em Portugal, o aprofundamento do *dark tourism* é um território com múltiplas potencialidades de análise. Por parte das Ciências Sociais, começaram a desenhar-se contributos que abrem uma reflexão mais aprofundada sobre a aplicação do conceito no contexto nacional. A Área Metropolitana de Lisboa (Santos & Joaquim, 2018) e as cidades de Viseu (Fonseca, 2015) e do Porto (Gonçalves, 2017; Liberato et al., 2019) são três exemplos de casos de estudo em Portugal.

Se olharmos para as características já previamente mencionadas no enquadramento teórico — nomeadamente a ligação a uma herança pesada —, facilmente nos saltam à memória alguns lugares no contexto português. As prisões políticas do Estado Novo, regime político ditatorial que dominou Portugal entre 1933 e 1974, são um pertinente exemplo para auscultar o conceito no país. A Cadeia do Aljube e a Cadeia do Forte de Peniche, que hoje são a casa de dois museus que evocam a resistência à ditadura e a conquista da liberdade, são espaços que é possível analisar através da mobilização das características associadas às práticas do *dark tourism*. Tratando-se de lugares que se enquadram no ato de visitar lugares ligados ao sofrimento, é analisada neste artigo a Cadeia do Forte de Peniche, denominada desde 2017 como Museu Nacional Resistência e Liberdade — Fortaleza de Peniche (MNRL)³, espaço ainda em construção, que esteve até recentemente aberto ao público, mas ainda não de forma finalizada. No dia 9 de fevereiro de 2022, o MNRL encerrou ao público para dar lugar ao arranque das obras no valor de 2.995.803,55 euros, que têm como data prevista para conclusão o primeiro trimestre de 2023.

3 O caso que se apresenta a discussão neste artigo integra os casos de estudo do projeto de doutoramento “Sobre o *dark tourism* em Portugal: o sofrimento como experiência turística”, que está a ser desenvolvido para a obtenção do grau de Doutora em Sociologia pela Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra, orientado pelo Professor Carlos Fortuna. Integram ainda este projeto de investigação outros quatro casos de estudo do contexto português: a Mina do Lousal, em Grândola; o Mercado dos Escravos, em Lagos; a Capela dos Ossos, em Évora; e o universo dos cemitérios do Porto e de Lisboa. O projeto pretende analisar estes cinco casos de estudo a partir das motivações das entidades promotoras e dos/as visitantes, com recurso, nomeadamente, aos processos de comunicação, contribuindo, assim, para encontrar novos caminhos para a definição, o entendimento, a aplicação e as limitações do conceito de *dark tourism* em Portugal.

Tratando-se de um projeto em construção, que procura reavivar a memória sobre um dos momentos mais duros da história do país, considerou-se relevante compreender como se tem construído e envolvido as/os visitantes, assim como o posicionamento que procura futuramente conquistar. Para ilustrar este percurso, foi realizado um trabalho de campo exploratório, com recurso a entrevista semiestruturada exploratória, a uma visita de observação não participante e à análise da documentação disponível para procurar entender e ilustrar o posicionamento atual do MNRL, os entendimentos até agora colhidos sobre quem o visita e o que pretende ser no futuro.

Foi antes do seu fecho para dar lugar à empreitada que se realizou o trabalho de campo exploratório, com o intuito de acompanhar e registar o seu tempo pré-museu, isto é, antes de assumir o funcionamento e aspeto que foram definidos pelo Governo. O trabalho de campo iniciou-se com uma visita, a 29 de fevereiro de 2020, aos espaços que estavam na altura abertos ao público. Nesta visita não orientada, sem recurso a um/a guia, procurou perceber-se como se circula, visita e percebe o espaço apenas através da sinalética e orientação individual.

Depois da visita exploratória, procurou-se o contacto com a equipa que está envolvida na construção do MNRL, com o intuito de abordar com maior precisão as linhas que estão a orientar este projeto. Esta entrevista semi-diretiva decorreu a 7 de março de 2021 e contou com a participação de Aida Rechená, que na altura era museóloga do Museu, tendo sido nomeada em julho de 2021 diretora do MNRL. Na entrevista, abordaram-se tópicos que foram definidos a partir das análises anteriormente relatadas desta prática turística: a interpretação e a narrativa do espaço, as motivações de visitantes, o contexto político em que se insere e a forma como são encarados as/os visitantes. Para cada um destes tópicos, foram definidas algumas questões fechadas e outras de carácter aberto. A informação recolhida tem um carácter exploratório, não tendo, por isso, a missão de contribuir para uma análise encerrada, mas antes para desenhar novos caminhos de análise deste e de outros lugares em território nacional.

Para a análise documental, foram mobilizados os principais documentos de acesso público que explicam como será a futura estrutura do Museu.

Análise de resultados

Os primeiros registos de atividade da Fortaleza de Peniche remontam ao Século XVI e à sua ligação à defesa do território, tendo assumido, portanto, uma função militar. Foi com o golpe militar de 1926, que marca o início da Ditadura Militar em Portugal, que em 1933 deu lugar ao Estado Novo, que começa a demarcar-se o seu

papel enquanto prisão política. A Fortaleza de Peniche tornou-se numa das principais prisões políticas de segurança máxima do regime ditatorial dirigido por António de Oliveira Salazar, sempre sobre a forte repressão a cargo da Polícia Internacional de Defesa do Estado (PIDE). O dia 27 de abril de 1974 — após o triunfo da Revolução dos Cravos, a 25 de abril, que derrubou o regime fascista — trouxe a libertação dos presos políticos da Cadeia do Forte de Peniche.

Entre 1977 e 1982, a Fortaleza de Peniche recebeu um Centro de Acolhimento de Refugiados, dirigido pela Cruz Vermelha, que albergou retornadas/os das antigas colónias. Em 1984, a Câmara Municipal de Peniche destina o espaço para atividades de natureza cultural e lúdica, passando a denominar-se Museu de Peniche, que era dinamizado, nomeadamente, através de um núcleo dedicado à resistência ao regime fascista.⁴

Em setembro de 2016, a Fortaleza de Peniche surge na discussão pública depois de ter sido anunciada a sua integração do Programa REVIVE, iniciativa partilhada pela Direção-Geral do Património Cultural, pela Direção-Geral do Tesouro e Finanças, pela Direção-Geral dos Recursos da Defesa Nacional e pelo Turismo de Portugal, I.P. Este projeto traduz-se, na prática, na cedência a investidores privados de imóveis públicos que não estão a ser usufruídos pela comunidade para que sejam afetos a atividades, nomeadamente, nas áreas da hotelaria e da restauração. No âmbito desta cedência, a Fortaleza de Peniche viria a ser, muito provavelmente, transformada numa pousada.

Perante este anúncio, rapidamente uma forte contestação se iniciou. Por iniciativa da União de Resistentes Antifascistas Portugueses, foi lançada uma petição e também um protesto contra esta opção governal, que reuniu em torno desta causa ex-presos políticos, familiares, amigas/os e pessoas de diversos quadrantes políticos. Dois meses após o anúncio da integração no Programa REVIVE, a decisão é revogada. Começa assim um novo caminho de conservação e revitalização deste local que é símbolo de luta pela liberdade em Portugal.

Para dar seguimento ao processo de revitalização do espaço, foi criado pelo Ministério da Cultura, em janeiro de 2017, o Grupo Consultivo para a Fortaleza de Peniche. O grupo de peritos, consultado para avaliar as futuras utilizações do espaço, comunicou, em abril do mesmo ano, que este deveria ter como principal motor um núcleo museológico. Face a esta recomendação, o XXI Governo Constitucional, através da Resolução do Conselho de Ministros n.º 73/2017 (2017), determina a

4 A breve reconstituição histórica, maioritariamente centrada na atualidade, que se apresenta neste artigo foi realizada com recurso aos materiais de comunicação do Museu Nacional Resistência e Liberdade — Fortaleza de Peniche, nomeadamente o *website* oficial do Museu (MNRL, s.d.) e o catálogo físico da exposição: *Por teu livre pensamento* (MNRL, 2019).

criação de um museu nacional na Fortaleza de Peniche. Assim nasce o projeto, aberto ao público a 25 de abril de 2019, ainda que numa versão provisória, pois ainda decorre a fase de obras e de construção do núcleo museológico.

Os principais documentos orientadores da criação do museu são o *Programa Museológico* (Pereira & Albino, 2017), publicado em setembro de 2017, e o *Guião para os Conteúdos do Museu Nacional da Resistência e da Liberdade – Fortaleza de Peniche* (CICAM, 2018), que data de abril de 2018 e que foi desenvolvido pela Comissão de Instalação dos Conteúdos e da Apresentação Museológica (CICAM). O projeto visa a “recuperação, valorização, interpretação e musealização dos espaços simbólicos da Fortaleza de Peniche que transmita às novas gerações os valores da soberania nacional e da democracia e o exemplo da resistência e da luta pela liberdade” (Pereira & Albino, 2017, p. 2) e está afeto à Direção-Geral do Património Cultural (DGPC).

A futura exposição de longa duração será o cerne da narrativa do MNRL. Este projeto será construído com base em onze núcleos, que são apresentados no *Guião dos Conteúdos do Museu Nacional Resistência e Liberdade* (CICAM, 2018): Núcleo 1 – Parlatório; Núcleo 2 – Sala do Memorial, História da Fortaleza; Núcleo 3 – Lutar pela Memória; Núcleo 4 – O Regime Fascista; Núcleo 5 – O Sistema Policial e Repressivo; Núcleo 6 – O Colonialismo e a Guerra Colonial; Núcleo 7 – A Resistência Antifascista e Anticolonialista; Núcleo 8 – Fugas de Presos Políticos do Sistema Repressivo Prisional; Núcleo 9 – O 25 de Abril; Núcleo 10 – A Libertação dos Presos Políticos do Forte de Peniche; Núcleo 11 – A Cadeia do Forte de Peniche. Prevê-se que “1 000 peças/documentos que pertencem ao Núcleo de Resistência Antifascista e à Biblioteca dos Presos Políticos (...) sejam transferidos para o Museu Nacional Resistência e Liberdade” (Pereira & Albino, 2017, p. 4). A 26 de março de 2021, foi anunciada também uma colaboração entre a Direção-Geral do Património Cultural e a Associação Movimento Cívico Não Apaguem a Memória, para que a segunda entidade participe na criação de conteúdos e ceda “gratuita e temporariamente peças e documentos identificados como relevantes para completar e enriquecer o museu, em regime de depósito (ou doação)” (Cotrim, 2021, para. 3)⁵.

A 25 de abril de 2021, a Ministra da Cultura, Graça Fonseca, em declarações à comunicação social (Lusa, 2021), por ocasião da cerimónia que assinalou o 25 de Abril no MNRL, referiu que estava previsto que a obra tivesse início no segundo semestre de 2021. Frisou que o Governo tinha no calendário a conclusão da empreitada até ao final de 2022, como também a preparação de todos os conteúdos em 2023 e a inauguração em 2024, aquando da celebração dos 50 anos do 25 de Abril.

5 Declarações que citam a nota de imprensa emitida pela Direção-Geral do Património Cultural, retiradas da notícia publicada pelo jornal *Observador*.



Figura 1 Entrada de acesso aos espaços interiores

Fonte: Catarina Ribeiro, fevereiro de 2020.

Em julho de 2021, a comunicação social anuncia que estava escolhida a primeira diretora do MNRL (Público, 2021). A trabalhar como museóloga no espaço desde março de 2019, Aida Rechená foi nomeada a primeira diretora do espaço. Já a 9 de fevereiro de 2022 é anunciado que as portas do Museu se iriam fechar para dar início à obra que vai dar forma à estrutura desenhada para o MNRL (DN/Lusa, 2022).

A observação não participante foi realizada durante um fim de semana. Nesta visita, foram tomadas notas descritivas às quais aqui se recorre para tentar criar um imaginário, para quem não conhece, do espaço e dar conta da forma que assumia na altura.

A imponência arquitetónica da muralha rodeada maioritariamente pelo mar era um cartão de visita que facilmente indicava onde estávamos. A entrada estava devidamente sinalizada para deixar claro que estávamos perante um espaço visitável. Após

passarmos a porta de acesso, contactámos com o Memorial aos Presos Políticos, inaugurado a 25 de abril de 2019, uma imponente estrutura onde estão listados os nomes dos 2 500 presos políticos que, ao longo de 40 anos, estiveram encarcerados na Cadeia do Forte de Peniche.

O imponente memorial abria o caminho para seguirmos para o interior do espaço (Figura 1). Lá, quatro espaços eram visitáveis (para além do já referido Memorial aos Presos Políticos): o Parlatório, local onde os presos políticos recebiam visitas; a exposição *Por Teu Livre Pensamento*, a primeira exposição temporária do MNRL; a Capela de Santa Bárbara; e o Fortim Redondo (Figura 2), que durante o Estado Novo servia como cela disciplinar de isolamento, espaço que ficou conhecido entre os presos político como Segredo, e de onde um dos presos políticos, António Dias Lourenço, fugiu em 1954. No interior da muralha, está também uma instalação artística da autoria de José Aurélio, ainda do tempo em que o espaço era tutelado pela Câmara Municipal de Peniche, e que celebra a Revolução de Abril.

A frieza, a imponência e o silêncio do espaço, apenas preenchido pelo som que chegava do mar, permitiam imaginar, com distância segura, a vida dos que ali foram aprisionados. Deu-nos acesso a um imaginário do que é habitar um espaço frio, afastado da realidade das ruas da cidade de Peniche, do rumo do país, da liberdade. O sentimento pesado com que nos confrontámos nos espaços exteriores é impulsionado pelos objetos e materiais de apoio que contavam a história deste espaço. O Parlatório (Figura 3) era provavelmente um dos espaços mais crus. Um espaço que permanecia fiel ao passado, onde as palavras expostas nos vidros das cabines de encontro davam pistas sobre a crueza e a impiedade de não ter o direito de falar sobre o que se gostaria de falar.

Para além da visita aos espaços, o MNRL promovia (e tem vindo a promover) ainda outras atividades para o público, como palestras ou ciclos de visitas, como a atividade: *Conhecer o Museu e a Cidade – Roteiro da Resistência e Solidariedade*, criada para transmitir informações aos/às visitantes sobre a Fortaleza Militar, a cadeia política do Estado Novo e a libertação dos presos políticos. A programação do espaço não era encerrada no espaço físico da antiga prisão política, mas ia antes dialogando com temas estruturantes para o presente, assim como com os sítios que circundam a Fortaleza de Peniche.

Mesmo com as portas fechadas ao público, o Museu procura continuar próximo da comunidade, continuando a levar o Museu às pessoas e incentivando a cidadania ativa. Também no digital o MNRL tem traçado o seu percurso, particularmente desde o primeiro confinamento, devido à pandemia de COVID-19, que fez com que as plataformas e as redes *online* passassem a ser uma nova forma de contacto com o público.



Figura 2 Fortim Redondo

Fonte: Catarina Ribeiro, fevereiro de 2020.

Em março de 2020, foi lançada a série de testemunhos de ex-prisioneiros políticos da cadeia, chamada *Histórias de Pessoas, Histórias de Resistência*.

Sobre os dados resultantes da entrevista, foi possível extrair informações em quatro áreas distintas: *i*) as linhas de atuação e de comunicação, nomeadamente as atividades, a comunicação e o acolhimento de públicos; *ii*) a construção da narrativa do Museu por parte de ex-presos políticos; *iii*) a recetividade das/os visitantes e as suas perceções; *iv*) o Turismo como potenciador do museu.

No primeiro tópico da entrevista, abordaram-se as linhas orientadoras do MNRL, particularmente a construção da estratégia de comunicação. A diretora do MNRL defende que “a narrativa do Museu não deve ficar restrita à resistência à ditadura (...), mas refletir e dar espaço a todas as formas de resistência de períodos históricos e contemporâneos que visem a afirmação dos Direitos Humanos”.



Figura 3 Parlatório

Fonte: Catarina Ribeiro, fevereiro de 2020.

Sobre as temáticas centrais da estratégia de comunicação, dividem-se em dois grandes eixos. Por um lado, a comunicação relacionada com a Cadeia do Forte de Peniche e, por outro, a Fortaleza de Peniche. Na primeira linha de comunicação, a entrevistada destaca quatro principais temas: *i)* “memórias dos familiares dos presos em Peniche com incidência para as visitas ao Parlatório”; *ii)* “memórias dos antigos presos políticos, o momento em que foram presos, interrogatórios, torturas, tribunais plenários, encarceramento, quotidiano na prisão, libertação”; *iii)* “ação política de resistência, ações individuais, coletivas, a clandestinidade, o exílio, os partidos, as eleições, etc.”; *iv)* “a solidariedade para com os presos políticos”. Relativamente à Fortaleza de Peniche, o espaço arquitetónico, Aida Rechenha acrescenta que a comunicação incidirá “na sua história e evolução arquitetónica e as várias utilizações do espaço incluindo as memórias da população de Peniche relativas à Fortaleza”.

Sobre a composição da equipa, à data da realização da entrevista, no MNRL trabalhavam permanentemente cinco pessoas, tendo a Direção-Geral do Património Cultural duas técnicas superiores afetas ao Museu. Neste grupo de pessoas que trabalhavam, à data, permanentemente no Museu, duas estavam afetas à vigilância de salas e ao acolhimento e uma técnica superior estava alocada ao serviço educativo, fazendo também o acolhimento de grupos, as visitas guiadas e as atividades educativas. Contavam ainda com um voluntário que trabalhava no acolhimento e visitas guiadas. No que diz respeito à comunicação, não há uma equipa específica, sendo que “polivalência é a regra”, tendo como principais plataformas de comunicação o *website*, a página de Facebook, a página de Instagram, o canal de YouTube e a *newsletter* da Direção-Geral do Património Cultural. Sobre as visitas, Aida Rechena refere que, antes da pandemia, o acolhimento das/os visitantes era sempre personalizado, acolhimento esse que estava, à data da entrevista, suspenso, assim como as visitas guiadas.

No segundo tópico da entrevista, abordou-se a construção da narrativa em colaboração com os ex-presos políticos. A diretora adianta que esta articulação decorre “de uma forma muito natural até porque muitos estiveram associados ao movimento de defesa da instalação do Museu na Fortaleza de Peniche e participaram do movimento social que impediu que aqui fosse instalada uma unidade hoteleira”. Aida Rechena acrescenta ainda que os antigos presos políticos “mantêm uma rede de contactos entre si e as respetivas famílias”. Existem ainda contactos espontâneos que chegam “através de telefonemas ou de visitas ao Museu (...) que manifestam a sua disponibilidade para prestar testemunhos”. A entrevistada destaca ainda que sendo o Museu Nacional Resistência e Liberdade – Fortaleza de Peniche um “museu de memória, a recolha dos testemunhos é a ação fulcral do MNRL”.

No terceiro tópico analisado na entrevista abordou-se a recetividade das/os visitantes e as suas perceções. Aida Rechena adianta desde logo que “não existe nenhum estudo de públicos”, mas avança com uma caracterização geral: “os/as visitantes do MNRL são maioritariamente portugueses/as, ao contrário do que acontece nos restantes museus da DGPC”. Adianta ainda que “uma percentagem significativa [dos/as visitantes] chega em grupos de excursão e são cidadãos do grupo etário superior a 60 anos” e que “uma fatia importante de visitantes são estudantes nacionais”. Sobre os fatores de interesse do MNRL para as/os visitantes, adianta que “praticamente todos/as visitantes perguntam pelas celas da prisão, que neste momento não são visitáveis”, destacando que “existe claramente uma mística associada à prisão de alta segurança e uma heroicidade associada aos antigos presos”. O “funcionamento da prisão e o quotidiano prisional é outro tema que provoca muita curiosidade nos/as visitantes”, como referido na entrevista.

Quanto ao desconhecimento sobre o passado do lugar, a diretora adianta que “há visitantes que desconhecem a luta e repressão que marca a narrativa do Museu” e que “a diferença de envolvimento emocional entre aqueles que ‘viveram’ a situação e aqueles que receberam os conhecimentos por intermédio de terceiros (a escola) é notória”. Exemplifica estas percepções destacando que “os mais velhos ficam extremamente emocionados com as imagens do 25 de Abril ou da Guerra Colonial Portuguesa, enquanto os mais jovens têm uma curiosidade que poderíamos chamar de ‘intelectual’, mas não afetiva e emocional”. No caso das/os visitantes de outras nacionalidades, a entrevistada partilha que “na sua maioria desconhecem a história, mas identificam o período do Estado Novo e associam-no a Salazar”.

O último ponto da entrevista foi dedicado ao Turismo como potenciador do MNRL. Neste tópico analisaram-se as principais mensagens que a equipa do Museu procura transmitir aos/às turistas. Aida Rechenha refere que transmitem a todas/os que

se trata de um museu de memória e um museu de defesa dos direitos humanos; um museu localizado numa antiga prisão de alta segurança de um regime opressivo e violento; e chamam a atenção para o facto de a liberdade ser uma conquista e a sua manutenção exigir uma vigilância constante.

Sobre a importância da visita a espaços físicos marcados por um passado pesado, a diretora adianta que “não há comparação possível entre transmitir a mensagem no local onde os factos ocorreram ou num local ‘cenografado’ para o efeito”. Destaca ainda que no MNRL

o espaço fala por si mesmo e os edifícios são eles próprios documentos e objetos museológicos do museu: o parlatório, as celas, as celas de castigo, todos esses espaços falam mais por si próprios do que qualquer museografia que aí seja colocada.

Finaliza indicando que “é intenção do projeto de adaptação do espaço a museu manter intacto e intocável a maior quantidade de espaço possível”.

Nos trechos da entrevista que aqui se analisaram é possível identificar traços da prática de *dark tourism* que se discutiram no enquadramento teórico do artigo. Denota-se, assim, uma orientação do espaço para uma vertente educativa, como também cultural, através da abordagem a temas que afetaram o passado — como a privação da liberdade — e que podem contribuir para compreender o presente e a vida no futuro. Da entrevista, extraíram-se ainda outros dados relevantes: as diferentes motivações de visitantes, as emoções variadas que a visita despoleta, o impacto que o processo de emissão-receção de informação tem nas/os visitantes e a

conservação fidedigna do espaço para ilustrar a sua história. Depreende-se, assim, que o Museu Nacional Resistência e Liberdade é um exemplo pertinente para entender a prática de *dark tourism* em Portugal, afirmando-se como um lugar com potencial para teorizar esta prática no país.

Conclusões e novas linhas de investigação

Neste artigo procurou-se explorar vários contributos que têm potenciado a evolução da análise do *dark tourism*. Desde propostas que procuram atribuir exclusivamente esta prática turística a determinados comportamentos e vontades até outras que procuram enaltecer a sua diversidade, percebe-se que este é um campo ainda com grande potencial de aprofundamento, sobretudo a partir de casos de estudo em diferentes latitudes. Neste sentido, procurou-se resgatar os conceitos e as linhas de interpretação com maior potencial de aplicabilidade no contexto nacional, como é o caso das vertentes educativa e cultural desta prática.

Para realizar o levantamento dessa aplicabilidade propôs-se estudar um caso particular português, o Museu Nacional Resistência e Liberdade — Fortaleza de Peniche. A sua particularidade reside no facto de ser um projeto que, mesmo antes da sua concretização plena — ou seja, sem ter ainda a forma idealizada para a apresentação ao público — foi possível visitar e que continua a ser ativado. Assim, pretende-se aqui chamar a atenção para a potencialidade que pode ter o acompanhamento, análise e interpretação contínua de espaços com esta característica de estar em construção.

Este acompanhamento da execução dos lugares afigura-se como útil na medida em que pode permitir perceber as sinergias e as tensões que se criam no processo de construção. Ainda que os dados recolhidos para análise não sejam em grande quantidade, o seu estatuto prende-se fundamentalmente com a necessidade de ouvir intervenientes no processo de apresentação destes lugares ao público. Tratando-se de uma ferramenta de elevado valor para efetuar a articulação história-lugar-público, a comunicação⁶ pode ser um elemento estruturante em futuros

6 Sobre a questão da comunicação nos museus, deixa-se a nota de que este é um dos temas abordados no *Relatório Final do Grupo de Projetos Museus no Futuro* (DGPC, 2020), lançado em 2020. Este projeto, orientado para os Museus, Palácios e Monumentos (MPM) dependentes da Direção-Geral do Património Cultural (DGPC) e das Direções Regionais de Cultura (DRC), destaca as medidas a adotar nos próximos 10 anos no âmbito da comunicação, nomeadamente: a “definição de planos de comunicação externa para os públicos-alvo e a consideração das suas especificidades”; a “revisão de formas de comunicação dos MPM necessita de maior sensibilização e de capacitação, em particular das equipas que estão em contacto direto com os visitantes”; e “a valorização da pluralidade de vozes e abordagens nos discursos museológicos é um requisito para a aproximação aos públicos não tradicionais, aliando as coleções aos temas que a sociedade debate às questões que a contemporaneidade propõe, de forma crítica e criativa” (DGPC, 2020, p.73).

estudos sobre o *dark tourism*, como demonstram alguns dos estudos resgatados no enquadramento teórico.

Apesar de se tratar de um estudo exploratório, facto que, desde logo, coloca limitações à investigação realizada, na medida em que é um tema merecedor de um maior aprofundamento empírico, o presente artigo procurou também contribuir para que não apenas investigadoras/es possam ter em conta estas dimensões de análise, mas também para que as entidades gestoras desta tipologia de espaços possam ter acesso ao conhecimento, analisando e, sempre que necessário, atualizando a forma como apresentam os seus lugares ao público. Perante a relevância do tema, como do estudo de caso, pretende-se retomar o seu estudo, quando o MNRL reabrir as portas e novas fontes e agentes estiverem disponíveis.

Notas

Por decisão pessoal, a autora do texto escreve segundo o novo acordo ortográfico.

Referências

- Blom, T. (2000). Morbid Tourism – A Postmodern Market Niche with an Example from Althorp. *Norsk Geografisk Tidsskrift*, 54(1), 29-36.
<https://doi.org/10.1080/002919500423564>
- Bowman, M. S., & Pezzullo, P. C. (2009). What's so 'Dark' about 'Dark Tourism'?: Death, Tours, and Performance. *Tourist Studies*, 9(3), 187-202.
<https://doi.org/10.1177/1468797610382699>
- CICAM, Comissão de Instalação dos Conteúdos e da Apresentação Museológica. (2018). *Guião para os Conteúdos. Museu da Resistência e da Liberdade – Fortaleza de Peniche*.
http://www.museunacionalresistencialiberdade-peniche.gov.pt/wp-content/uploads/2021/09/3_CICAM_Guiao_MNRL_Final_Abril_2018.pdf
- Cohen, E. (1972). Towards a Sociology of International Tourism. *Sociological Research*, 39(1), 164-182. www.jstor.org/stable/40970087
- Cotrim, A. (2021, 26 de março). Formalizada parceria para conteúdos do Museu Nacional da Resistência e Liberdade de Peniche. *Observador*.
<https://observador.pt/2021/03/26/formalizada-parceria-para-conteudos-do-museu-nacional-da-resistencia-e-liberdade-de-peniche/>
- DGPC, Direção-Geral do Património Cultural. (2020). *Grupo de Projeto Museus no Futuro – Relatório Final*.
<http://www.patrimoniocultural.gov.pt/static/data/docs/2020/11/16/RelatorioMuseusnoFuturo04112020a.pdf>

- DN/Lusa. (2022, 9 de fevereiro). Museu Nacional da Resistência e da Liberdade encerrado para obras. *Diário de Notícias*.
www.dn.pt/cultura/museu-nacional-da-resistencia-e-da-liberdade-encerrado-para-obras-14572665.html
- Foley, M., & Lennon J. J. (1996). JFK and dark tourism: A fascination with assassination. *International Journal of Heritage Studies*, 2(4), 198-211.
<https://doi.org/10.1080/13527259608722175>
- Fonseca, A. P. (2015). *Projeto de Dark Tourism para a cidade de Viseu* [Dissertação de Mestrado, Escola Superior de Tecnologia e Gestão de Viseu]. Repositório Científico do Instituto Politécnico de Viseu. <https://repositorio.ipv.pt/handle/10400.19/3013>
- Fonseca, A. P., Seabra, C., & Silva, C. (2015). Dark Tourism: Concepts, Typologies and Sites. *Journal of Tourism Research & Hospitality*, S2-002, 1-6.
<http://dx.doi.org/10.4172/2324-8807.S2-002>
- Fortuna, C. (2016). Património com Futuro... Ou sobre a Resiliência das Cidades. *Revista Património*, (4), 6-13. <http://hdl.handle.net/10316/41846>
- Gonçalves, A. (2017). *Dark Tourism – O lado sombrio do Turismo: Aplicação à cidade do Porto* [Dissertação de Mestrado, Instituto Superior de Contabilidade e Administração do Porto]. Repositório Científico do Instituto Politécnico do Porto. <http://hdl.handle.net/10400.22/10949>
- Hughes, R. (2008). Dutiful Tourism: Encountering the Cambodian Genocide. *Asia Pacific Viewpoint*, 49(3), 318-330. <https://doi.org/10.1111/j.1467-8373.2008.00380.x>
- Kang, E. J., Scott, N., Lee, T. J., & Ballantyne, R. (2012). Benefits of visiting a 'dark tourism' site: The case of the Jeju April 3rd Peace Park, Korea. *Tourism Management*, 33(2), 257-265. <https://doi.org/10.1016/j.tourman.2011.03.004>
- Liberato D., Liberato P., & Gonçalves A. (2019). Dark Tourism, the Dark Side of Cultural Tourism. Application to the City of Porto. In V. Katsoni, & M. Segarra-Oña (Eds), *Smart Tourism as a Driver for Culture and Sustainability* (pp. 163-178). Springer. https://doi.org/10.1007/978-3-030-03910-3_12
- Lippard, L. R. (1999). *On the Beaten Track: Tourism, Art, and Place*. The New Press.
- Lusa. (2021, 25 de abril). Obras de 2,8 milhões de euros para Museu Resistência e Liberdade de Peniche vão ser adjudicadas. *Público – Ípsilon*.
www.publico.pt/2021/04/25/culturaipsilon/noticia/obras-28-milhoes-euros-museu-resistencia-liberdade-peniche-vaio-adjudicadas-1959951
- MacCannell, D. (1989). *The Tourist: A New Theory of the Leisure Class*. University of California Press.
- Marujo, N. (2013). A Sociologia do Turismo na Educação Superior em Portugal. *Turismo & Sociedade*, 6(3), 490-507. <http://hdl.handle.net/10174/9578>
- Marujo, N. (2015). O estudo académico do turismo cultural. *TURYDES – Revista Turismo y Desarrollo*, 8(18), 1-18. <http://hdl.handle.net/10174/16716>
- Marujo, N. (2016). Turismo, turistas e experiências: abordagens teóricas. *Revista TURYDES – Turismo y Desarrollo*, 9(20).
www.eumed.net/rev/turydes/20/turistas.html

- Meethan, K. (2001). *Tourism in Global Society: Place, Culture, Consumption*. Palgrave Macmillan.
- MNRL, Museu Nacional Resistência e Liberdade. (s.d.). *Prisão Política*. Consultado em 12 de janeiro de 2021, de <http://www.museunacionalresistencialiberdade-peniche.gov.pt/pt/prisao/>
- MNRL, Museu Nacional Resistência e Liberdade (2019). *Por Teu Livre Pensamento* (Catálogo da Exposição). Direção-Geral do Património Cultural; MNRL.
- Pereira, F. A. B., & Albino, T. P. (2017). *Programa Museológico – Museu da Resistência e da Liberdade*. República Portuguesa. http://www.museunacionalresistencialiberdade-peniche.gov.pt/wp-content/uploads/2022/03/Guiao_programa_Museologico.pdf
- Público. (2021, 6 de julho). Aida Rechená vai ser a primeira directora do Museu Resistência e Liberdade e Paulo Costa mantém-se nos museus de Etnologia e de Arte Popular. *Público*. www.publico.pt/2021/07/06/culturaipilon/noticia/paulo-costa-mantemse-direcao-museus-etnologia-cultura-popular-1969300
- Resolução do Conselho de Ministros n.º 73/2017, de 5 de junho, da Presidência do Conselho de Ministros. (2017). Determina a recuperação da Fortaleza de Peniche e a criação de um museu nacional dedicado à luta pela liberdade e pela democracia. *Diário da República*, 1.ª série, 108, 2767-2767. <https://dre.pt/home/-/dre/107468673/details/>
- Rojek C. (1993). *Ways of Escape: Modern Transformations in Leisure and Travel*. Springer.
- Santos, E., & Joaquim, G. (2018). Experiência Turística, Autenticidade e Dark Tourism: Reflexões em torno da Área Metropolitana de Lisboa. In *Atas do X Congresso Português de Sociologia. Na era da “pós-verdade”? Esfera pública, cidadania e qualidade da democracia no Portugal contemporâneo, Covilhã, Portugal*. Associação Portuguesa de Sociologia. https://aps.pt/wp-content/uploads/X_Congresso/Turismo_XAPS-19110.pdf
- Seaton, A. V. (1996). Guided by the Dark: from Thanatopsis to Thanatourism. *Journal of Heritage Studies*, 2(4), 234-244. <https://doi.org/10.1080/13527259608722178>
- Sharpley, R. (2005). Travels to the Edge of Darkness: Towards a Typology of Dark Tourism. In C. Ryan, S. Page, & M. Aitken (Eds), *Taking Tourism to the Limits: Issues, Concepts and Managerial Perspectives* (pp. 217-228). Elsevier.
- Stone, P. R. (2006). A Dark Tourism Spectrum: Towards a Typology of Death and Macabre related Tourist Sites, Attractions and Exhibitions. *Turizam: medunarodni znanstveno-strucni casopis*, 54(2), 145-160. <https://hrcak.srce.hr/161464>
- Stone, P., & Sharpley, R. (2008). Consuming Dark Tourism: A Thanatological Perspective. *Annals of Tourism Research*, 35(2), 574-595. <https://doi.org/10.1016/j.annals.2008.02.003>
- Stone, P. (2012). Dark Tourism as ‘Mortality Capital’: The Case of Ground Zero and the Significant Other Dead. In R. Sharpley, & P. Stone, P. (Eds.), *Contemporary tourist experience: concepts and consequence* (pp. 25-37). Routledge.

- Strange, C., & M. Kempa (2003). Shades of Dark Tourism: Alcatraz and Robben Island. *Annals of Tourism Research*, 30(2), 386-403.
[https://doi.org/10.1016/S0160-7383\(02\)00102-0](https://doi.org/10.1016/S0160-7383(02)00102-0)
- Sun, J., & Lv, X. (2021). Feeling Dark, Seeing Dark: Mind-body in Dark Tourism. *Annals of Tourism Research*, 86, 103087. <https://doi.org/10.1016/j.annals.2020.103087>
- Urry, J. (1990). *The Tourist Gaze: Leisure and Travel in Contemporary Societies*. Sage.
- Urry, J. (2001). *O Olhar do Turista*. Studio Nobel.
- Watson, G. L., & Kopachevsky, J. P. (1994). Interpretations of Tourism as Commodity. *Annals of Tourism Research*, 21(3), 643-660.
[https://doi.org/10.1016/0160-7383\(94\)90125-2](https://doi.org/10.1016/0160-7383(94)90125-2)
- Wyatt, B., Leask, A., & Barron, P. (2020). Designing Dark Tourism Experiences: An Exploration of Edutainment Interpretation at Lighter Dark Visitor Attractions. *Journal of Heritage Tourism*, 16(4), 433-449.
<https://doi.org/10.1080/1743873X.2020.1858087>

Data de submissão: 05/07/2021 | **Data de aceitação:** 23/06/2022



NORMAS PARA AUTORES/AS SUBMISSION GUIDELINES

NORMAS PARA AUTORES/AS

1. A *SOCIOLOGIA ON LINE* só aceita propostas para publicação de textos originais, de cariz sociológico, que não tenham sido anteriormente publicados ou que estejam em revisão noutra revista.
2. A revista aceita diferentes tipos de textos: artigos, ensaios e resenhas.
3. Estes textos poderão ser escritos em português, inglês, francês ou espanhol.
4. A submissão deverá ser endereçada por correio eletrónico para sociologiaonline@aps.pt;
5. A Direção da revista procede a uma avaliação inicial de todos os textos. No caso de se adequarem à *SOCIOLOGIA ON LINE* e cumprirem as normas de publicação, encetar-se-á um processo de revisão que recorre a avaliadores/as externos/as e decorre no formato de duplo anonimato, segundo o qual os/as revisores/as desconhecem o nome dos/as autores/as e os autores/as desconhecem o nome dos/as revisores/as (através da criação de um ficheiro anonimizado). Este processo inclui pelo menos dois/duas revisores/as. A decisão final de publicação pertence à Direção da *SOCIOLOGIA ON LINE*.
6. Para além do ficheiro completo com a identificação dos/as autores/as, deverá ser enviado um ficheiro anonimizado, omitindo qualquer referência à autoria do ficheiro e a eventuais projetos que possam ter financiado a investigação. Deve também ser substituída qualquer referência a publicações anteriores dos/das autores/as, tanto nas citações no texto como na lista de referências, pela palavra “Autor@/s”.
7. Todos as submissões serão sujeitas a um sistema de deteção de plágio. Em caso de deteção de plágio o trabalho não será publicado. Os/as autores/as ficarão também impedidos de submeter outras publicações durante um período nunca inferior a um ano, sujeito a decisão da Direção.
8. Os trabalhos propostos à *SOCIOLOGIA ON LINE* devem ser enviados num ficheiro Word, a corpo 12, fonte Times New Roman e espaço 1,5 sendo a sua revisão gramatical e sintática da responsabilidade dos/as autores/as.
9. Os **artigos** não deverão ultrapassar 9000 palavras, incluindo notas de rodapé e referências.
10. Os **ensaios** não devem ultrapassar 6000 palavras, incluindo notas de rodapé e referências.
11. As **resenhas** não devem ultrapassar 1500 palavras, incluindo notas de rodapé e referências.
12. Para os **artigos** sugere-se que os/as autores/as sigam a seguinte estrutura geral: Introdução, Enquadramento teórico, Método, Resultados, Conclusões, Financiamento (opcional); Agradecimentos (opcional), Referências;

13. Para os **ensaios** sugere-se que os/as autores/as sigam a seguinte estrutura geral: Introdução, Argumento (deve incluir a exposição/contextualização do caso, a perspectiva do/a autor/a e a sua fundamentação teórica), Conclusões (ou considerações finais), Referências.
14. As notas de rodapé devem ser em número reduzido e apresentadas em corpo 10. A sua numeração será contínua, do início ao fim do artigo.
15. Os textos escritos em português deverão incluir uma nota final que explicita a utilização ou não utilização do novo acordo ortográfico. Sugere-se a utilização de uma das seguintes opções “Por decisão pessoal, os/as autores/as do texto escrevem/não escrevem segundo o novo acordo ortográfico”.
16. Os elementos não textuais nos artigos devem ser organizados em tabelas e figuras, identificados com numeração árabe contínua para cada um destes tipos de elementos. Os títulos de tabelas devem ser apresentados a Bold, centrados, em corpo 12 e fonte Times New Roman; deve ainda existir um espaço entre o texto e o título da tabela/figura e um espaço entre o título e a respetiva tabela/figura. Sempre que uma tabela fique cortada, deve transitar para a folha seguinte.
17. Os elementos não textuais devem ser enviados num ficheiro separado no seu formato original (Excel, SPSS, outros) ou nos seguintes formatos:
 1. EPS (ou PDF): Desenhos vetoriais;
 2. TIFF (ou JPG): Imagens a cor ou em escala cinza: Resolução mínima de 300 dpi.
18. No caso do recurso a elementos não textuais que não sejam originais e que estejam sujeitos a copyright e/ou outro tipo de direitos, é necessário uma autorização para a sua utilização ou a aquisição dos direitos correspondentes.
19. Os **artigos** devem ser acompanhados de um título em português e em inglês; um resumo de até 250 palavras em português e outro em inglês (incluindo uma breve introdução ao estudo; uma referência às abordagens teórica e metodológica utilizadas; os principais resultados; a conclusão e a relevância do trabalho); 4 palavras-chave em português e 4 palavras-chave em inglês. Os artigos escritos noutras línguas que não as anteriores deverão adicionalmente apresentar um título, resumo e palavras-chave na língua original do texto.
20. Os **ensaios** devem ser acompanhados de um título em português e em inglês; um resumo de até 250 palavras em português e outro em inglês (incluindo o tema, o objetivo ou motivação, o principal argumento do texto e a conclusão); 4 palavras-chave em português e 4 palavras-chave em inglês. Os ensaios escritos noutras línguas que não as anteriores deverão adicionalmente apresentar um título, resumo e palavras-chave na língua original do texto.

21. Os títulos dos textos submetidos para publicação na revista *SOCIOLOGIA ON LINE* não podem ser idênticos a títulos de outras publicações ou comunicações realizadas pelos/as autores/as.
22. Os dados de identificação de todos/as os/as autores/as terão de indicar as seguintes informações: instituição discriminada a três níveis (ex. Universidade; Faculdade; Departamento ou Unidade de Investigação); código postal; cidade; país e endereço de e-mail. Todos/as os/as autores/as têm de apresentar o respetivo identificador digital ORCID. O/A autor/a de correspondência deverá apresentar a morada institucional completa.
23. Os/as autores/as deverão indicar, com base na taxonomia CRediT (Contributor Roles Taxonomy – <https://casrai.org/credit/>), qual a contribuição de cada pessoa autora/colaboradora para o texto. No caso de uma única autoria deve ser seguido o mesmo procedimento.
24. Os/as autores/as devem enviar uma declaração de inexistência de conflito de interesses assinada por todos/as.
25. No caso de os textos incluírem uma seção de “Agradecimentos”, esta deverá surgir após a secção “Conclusões” e antes da secção “Referências”.
26. As citações, as referências no texto e a referenciação bibliográfica devem obedecer às normas *APA 7th Edition*.
27. Os direitos de *copyright* são pertença da Associação Portuguesa de Sociologia.



SUBMISSION GUIDELINES

1. *SOCIOLOGIA ON LINE* publishes original research, of sociological nature, that was not previously published or that is not being considered for publication elsewhere.
2. The Journal accepts different types of texts: articles, essays and book reviews.
3. These manuscripts may be written in Portuguese, English, French or Spanish.
4. Manuscripts must be submitted to sociologiaonline@aps.pt.
5. All texts are initially evaluated by the Direction of *SOCIOLOGIA ON LINE*. Manuscripts that comply with the Journal's publication standards are independently evaluated by at least two experts. The Journal uses a double-blind peer review system, which means that the identities of the authors are concealed from the reviewers, and vice versa (by creating an anonymized file). The Direction of *SOCIOLOGIA ON LINE* is responsible for the final publication decision.
6. In addition to the complete file with the identification of the authors, an anonymized file must be sent, omitting any reference to the authorship of the text and any projects that may have funded the research. Any reference to authors previous publications, both in the text citations and in the list of references, should be replaced by the word "Author/s".
7. All submissions will be subject to a plagiarism detection system. In case of detection of plagiarism, the work will not be published. Authors will also be barred from submitting other publications for a period of no less than one year, subject to decision by the Editorial Board.
8. Manuscripts proposed to *SOCIOLOGIA ON LINE* must be submitted in a Word file with the text in 12-point Times New Roman and 1,5 line spacing. Authors are responsible for the grammatical and syntactical revision of the articles.
9. **Articles** should not exceed 9000 words, including footnotes and references.
10. **Essays** should not exceed 6000 words, including footnotes and references.
11. **Book reviews** should not exceed 1500 words, including footnotes and references.
12. Regarding **articles** authors are encouraged to follow the following general structure of papers: Introduction; Theoretical framework; Methodology; Results; Conclusions; Funding (if applicable); Acknowledgments (if applicable); References.
13. For the **essays**, it is suggested that authors follow the following general structure: Introduction; Argument (should include the exposition/contextualization of the case, the author's perspective and theoretical foundation); Conclusions (or final considerations); References.

14. Footnotes should be used sparingly. In addition, they should be presented in 10-point Times New Roman, with continuous numbering, from the beginning to the end of the article.
15. Manuscripts written in Portuguese should include a final note stating whether they follow or not the spelling agreement.
16. Article's non-textual elements should be presented in tables or figures and identified with continuous Arabic numerals. Table titles should be presented in 12-point Times New Roman, bold and centred. There should be a space between the text and the title of the table or figure and a space between the title and the corresponding table or figure. Tables/figures must be kept in one sheet.
17. Non-textual elements should additionally be sent in a separate file in their original format (Excel, SPSS, others) or in the following formats:
 1. EPS (or PDF): Vector drawings;
 2. TIFF (or JPG): Color or grayscale images: 300 dpi minimum resolution.
18. The usage of non-textual elements that are not original and are subject to copyright and/or other rights, requires a permission or the purchase of the corresponding rights;
19. **Articles** must present a title in Portuguese and a title in English: an abstract of up to 250 words in Portuguese and in English (including a brief introduction to the study; a reference to the theoretical and methodological approaches used; the main results; the conclusion and the work's relevance); 4 keywords in Portuguese and 4 keywords in English. Articles written in languages other than the previous ones should also present a title, abstract and keywords in the original language of the text.
20. **Essays** must present a title in Portuguese and in English; a summary of up to 250 words in Portuguese and in English (including the theme, objective or motivation, the main argument of the text and the conclusion); 4 keywords in Portuguese and 4 keywords in English. The essays written in languages other than the previous ones should also present a title, abstract and keywords in the original language of the text.
21. The titles of the texts submitted to *SOCIOLOGIA ON LINE* must be different from the titles of other publications and communications by the authors;
22. Authors must specify the following information regarding their affiliations: institution discriminated at three levels (e.g. University, School, Department or Research Unit); Postal Code; City; Country and e-mail address. All authors must present the digital identifier ORCID. The correspondence author must present the complete institutional address.
23. The authors should indicate, based on the CRediT taxonomy (Contributor Roles Taxonomy – <https://casrai.org/credit/>), the contribution of each

author/collaborator. In the case of a single authorship, the same procedure should be followed.

24. Authors must submit a no conflict of interest declaration signed by all.
25. If the manuscripts include a section of “Acknowledgments”, this should be included after the “Conclusions” and before “Notes” and “References”.
26. Citations, references in-text and reference list must comply with the APA 7th Edition.
27. The *Associação Portuguesa de Sociologia* retains copyright of all published manuscripts.

